

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	
CNPJ: 28.682.123/0001-79	
Endereço de Sede: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.860-000
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO
Nome do representante legal:	ROBESVALDO DE SOUZA RIBEIRO
Endereço eletrônico (e-mail)	abertcomsei@gmail.com

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.860-000
Município: SÃO DOMINGOS-GO	UF: GO

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	S/Nº
Bairro: CENTRO	CEP: 73.860-000
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 13 ° (N/S) 24 ' 03 "
	Longitude: 46 ° W 18 ' 54 "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº **113/2018/SEI-MCTIC**, publicado no Diário Oficial da União de **04/06/2018**, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO			
Cargo: PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 038431991082	
RG: 1628985	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 693.043.431-00	
Endereço: RUA JK, QD 25, SETOR LESTE			Nº: 05
Município: SÃO DOMINGOS		UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Robervaldo de Sousa Ribeiro</i>			

Nome do dirigente: INOCÊNCIO MOREIRA SOARES			
Cargo: VICE-PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 010984551007	
RG: 4615380	Órgão Emissor: SSP-GO	CPF: 426.029.981-68	
Endereço: AVENIDA MINAS GERAIS, JARDIM PRIMAVERA			S/Nº:
Município: SÃO DOMINGOS		UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Inocencio Moreira Soares</i>			

Nome do dirigente: DIVINO FERREIRA RODRIGUES			
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO		Tit. Eleitor: 032576751074	
RG: 2994141	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 768.636.381-34	
Endereço: AVENIDA GOIÁS, QD 03, JARDIM PRIMAVERA			Nº: 05
Município: SÃO DOMINGOS		UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Divino Ferreira Rodrigues</i>			

Nome do dirigente: LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR			
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES		Tit. Eleitor: 068323081058	
RG: 6316985	Órgão Emissor: SSP-GO	CPF: 061.180.691-66	
Endereço: AVENIDA GOIÁS, QD 03, JARDIM PRIMAVERA			Nº: 05
Município: SÃO DOMINGOS		UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Lindomar F. Rodrigues Junior</i>			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.



- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	CNPJ ou CPF do Contribuinte	28.682.123/0001-79
Instruções As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	UG / Gestão	240101 / 00001
	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN1FDB0A526FB8EC74C5947C256A42434E]	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89920000001-2 00000001010-3 95523151882-4 20421225856-2



31/07/2018 - BANCO DO BRASIL - 12:24:02
217214726 0445

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89920000001-2 00000001010-3
95523151882-4 20421225856-2

Data do pagamento 31/07/2018
Competencia MM/AAAA 07/2018
Data de Vencimento 31/07/2018
CNPJ 28682123/0001-79
Valor Principal 100,00
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR.AUTENTICACAO 9.041.92B.DCB.509.6FE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/06/2018** às **09:40:11** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mf0leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ATA AGE 01/2017. DE 18/08/2017,
DELIBERAÇÕES: Fundação, votação e aprovação
do Estatuto Social e eleição e posse da primeira
Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA**
TERRA RONCA FM, de SÃO DOMINGOS-GO.

Aos 18 dias do mês de agosto de 2017, às 14h00min, à **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000**, reuniram-se os membros da comunidade, com o objetivo de **FUNDAR A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, APROVAR O ESTATUTO SOCIAL E ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA DA ENTIDADE**, por aclamação foram escolhidos **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO** para presidir e **EVANDRO DOS SANTOS SILVA** para secretariar esta **AGE**. Fazendo uso da palavra, o presidente explicou a todos que as associações existem para promover o desenvolvimento social, cultural e comunitário, buscando o exercício pleno da cidadania e que têm um papel de suma importância na história da formação e do desenvolvimento das comunidades organizadas. Disse, também, que a criação da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, é fundamental para o caráter de nossa comunidade. Sua função é buscar melhorias sociais, culturais e educacionais em toda sua amplitude, aí incluindo, os aspectos administrativos e também sociais, sendo que, com a entidade devidamente constituída, o próximo passo será lutar por uma rádio comunitária. Dessa forma, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, será o colegiado que irá determinar como deve ser o trabalho da emissora e as contribuições que a rádio comunitária irá beneficiar a população, buscando benefícios e fechando parcerias com outras entidades e instituições de ensino, no intuito de fomentar a educação e cultura de nossa cidade. Todos os presentes concordaram com a importância da criação da associação e da Rádio Comunitária para o nosso município e que todos se dispunham a carrear esforços para o desenvolvimento da entidade e para viabilizar a criação da rádio comunitária, foi colocado em votação e foi **APROVADA POR UNANIMIDADE A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, que a partir desta data, fica devidamente **CONSTITUÍDA**. Em seguida o Presidente apresentou o estatuto social da entidade para apreciação, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, em seguida foi proposta a formação da primeira Diretoria por consenso, que colocada em votação foi aprovada por unanimidade, **ENTÃO O PRESIDENTE APRESENTOU OS NOMES COM SEUS RESPECTIVOS CARGOS PARA A DIRETORIA, QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO, CPF: 693.043.431-00, RG: 1628985 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1975, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA JK, QD 25, Nº 05, SETOR LESTE, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: INOCÊNCIO MOREIRA SOARES, CPF: 426.029.981-68, RG: 4615380 SSP-GO, DATA DE NASCIMENTO: 26/05/1958, NATURALIDADE: SANTANA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: MOTORISTA, ENDEREÇO: AVENIDA MINAS GERAIS, S/Nº, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: EVANDRO DOS SANTOS SILVA, CPF: 014.076.671-57, RG: 4726688 DGPC-GO, DATA DE NASCIMENTO: 30/12/1984, NATURALIDADE:**



Autenticado eletronicamente por conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b9b4cc4c>

WESLEY CAPTULINO FERNANDES
ADVOGADO

Página 1 de 3
Serv. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás-GO - CEP 73.865-000

39491a-25f8-49bc-9f91-3c74b9b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

JUAZEIRO-BA, **NACIONALIDADE:** BRASILEIRA, **ESTADO CIVIL:** CASADO, **PROFISSÃO:** CONDUTOR SOCORRISTA, **ENDEREÇO:** AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, QD 09, LT 09, CENTRO, **CIDADE:** SÃO DOMINGOS-GO ----- **CARGO:** DIRETOR DE OPERAÇÕES, **NOME:** CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, **CPF:** 876.393.351-91, **RG:** 3529523 SSP-GO, **DATA DE NASCIMENTO:** 18/10/1980, **NACIONALIDADE:** POSSE-GO, **NACIONALIDADE:** BRASILEIRA, **ESTADO CIVIL:** CASADO, **PROFISSÃO:** TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, **ENDEREÇO:** RUA NORBERTO GONÇALVES, QD 34, LT 03, CENTRO, **CIDADE:** SÃO DOMINGOS-GO, **CEP:** 73.860-000. Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, **PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 18/08/2017 À 18/08/2021**, eu, **EVANDRO DOS SANTOS SILVA**, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar o presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Cartório 2º Ofício

Robervaldo de Sousa Ribeiro
ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

CPF: 693.043.431-00

Presidente

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607649

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.t.go.jus.br



CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS Comarca de São Domingos - Goiás

Fone: (62) 3425-

Reconheço verdadeira a firma de

Robervaldo de Sousa Ribeiro

São Domingos, 10 de Setembro de 2017

Em test. *Maria Peregrino Ramos* da verdade.

☐ Marlian Peregrino Ramos - Tabelião

☐ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

Wesley Capitulino Fernandes
WESLEY CAPITULINO FERNANDES
ADVOGADO
OAB/MA 16626



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Página 2 de 3

Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Robervaldo de Sousa	Robervaldo de Sousa
Carlos Henriave de Oliveira	Carlos Henriave de Oliveira
Evandro dos Santos	Evandro dos Santos Silva
Sinaciano m Soares	Sinaciano m Soares

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607650

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607658

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607660

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607662

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

WESLEY CAPITULINO FERNANDES
ADVOGADO
OAB/MA 16626

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS Comarca de São Domingos - Goiás

Fone: (62) 3425-

Reconheço verdadeira a firma de Robervaldo de Sousa

Carlos Henriave de Oliveira

Evandro dos Santos

Sinaciano m Soares

São Domingos, 19 de Setembro de 2014

Em test. Maria Peregrino Ramos da verdade,

☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã

☐ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS Comarca de São Domingos - Goiás

Fone: (62) 3425-

Reconheço verdadeira a firma de Sinaciano m Soares

Evandro dos Santos

Carlos Henriave de Oliveira

São Domingos, 19 de Setembro de 2014

Em test. Maria Peregrino Ramos da verdade,

☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã

☐ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás-GO - CEP 73.865-000

Página 3 de 3
Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás-GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

SERVIÇO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO
 Av. 12 de Outubro, Qd. 13, Lt. 06 - St. Alvorada - CEP: 73805-000 - Fone: (62) 3456-1312
 Maria Vanete da Silva Reges - Oficial Designada

Selo Digital : 07881503051032132000010
 Consulte o Selo digital em :
www.extrajudicial.tjgo.jus.br

SERVIÇO DE NOTAS, REG. DE IMÓVEIS E ANEXOS
 CNPJ - 00.078.234/0001-45 Av. 12 de Outubro Qd. 13 Lt. 06 - St. Alvorada - Divinópolis de Goiás - GO
 CEP 73.885-000 - Fone: (62) 3456-1312

Protocolo no Protocolo H-02 sub n° 718 pág. 58
 Registrado no Livro A-04 pág. 179/181, sob n° R-235, no
 Registro de Pes. Jurídica
 Referência a: Nta da Terra Ronca Em
 Divinópolis de Goiás, 19 / 09 / 2017
MS. Silva
 Oficial

Maria Vanete da S. Reges
 Of. Designada

Port. 018/2010



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ATA AGE 01/2018. DE 05/07/2018,
DELIBERAÇÕES: Alteração, votação e aprovação
do novo Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO**
COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM de SÃO
DOMINGOS-GO.

Aos 05 dias do mês de julho de 2018, às 09h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação, à **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000.** Fazendo uso da palavra o presidente senhor **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO** disse a todos que devido as alterações na Portaria 4334/2015, publicada pelo Ministério das Comunicações se faz necessário alterar o Estatuto Social da entidade com a finalidade de adequá-lo à nova legislação, o presidente apresentou para apreciação o Estatuto Social da entidade consolidado com as alterações, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.** Sem nada mais a tratar o Presidente encerrou a presente reunião e, eu, **EVANDRO DOS SANTOS SILVA**, Diretor Administrativo, lavrei esta ATA, que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo Presidente e na lista de presença por todos os presentes, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Robesvaldo de Sousa Ribeiro
ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO
CPF: 693.043.431-00
Presidente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
Reconheço verdadeira a firma de *Robesvaldo de Sousa Ribeiro*
São Domingos, 05 de Julho de 2018
Em test. *[Assinatura]* da verdade.
☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos
Selo Digital : 08451803221609094801547
Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Sav. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.2018/00145 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - DNJrópolis
73.860-000 - CEP 73.865-000

LISTA DE PRESENÇA

[Assinatura]
Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/GO 8499-B

Página 1 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS. CEP: 73.860-000

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
Reconheço verdadeira a firma de Roberto de
Sousa Ribira, irmão de
Carlos Henrique de Oliveira Brandão da
Silva, conhecido como F. Rodrigues Junior
São Domingos, 06 de Julho de 2018
Em test. _____ da verdade,
Marilân
☐ Marilân Peregrino Ramos - Tabelião
☒ Marilân Peregrino Ramos - Escrevente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
FONE: (62) 3425-_____
Reconheço verdadeira a firma de Inocência
Moura Soares

São Domingos, 06 de Julho de 2018
Em test. _____ da verdade.
[Assinatura]

☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Marilan Peregrino Ramos - Escrevente

Serv. de Arquivos - Insp. Os. Iniciais e Anexos,
00.078.234/2001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, L. 03, St. Angra - DAMópolis
de Goiás - CEP 73.665-000


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 2 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

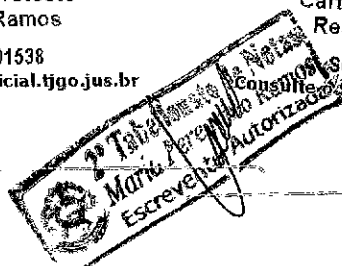
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc2c-SEP 73.965-000

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601538

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601539

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

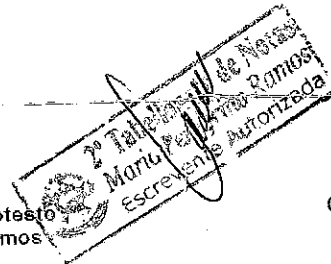
Selo Digital : 08451803221609094601540

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601541

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

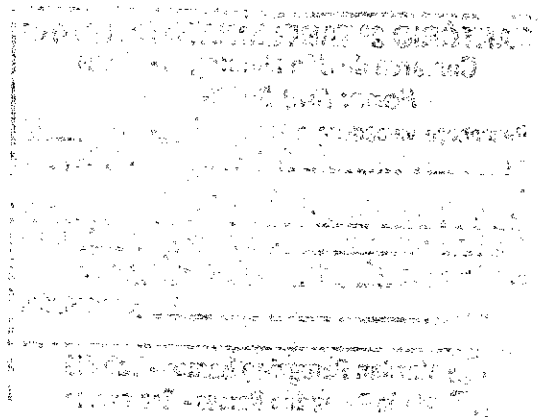
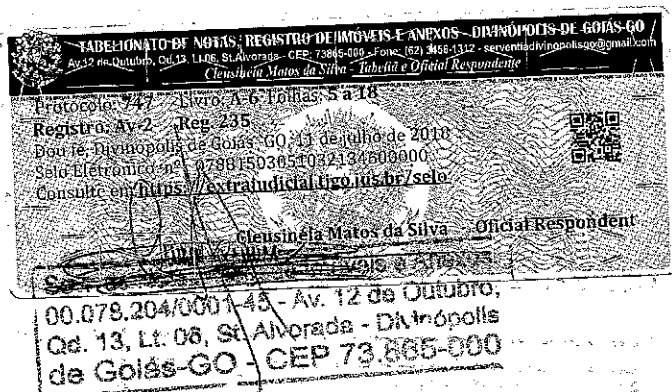
Selo Digital : 08451803221609094601542

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601543

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 01º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, de **SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS**, com sede, na **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM utilizará como denominação fantasia **RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 02º- A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I. beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade além de desenvolver o turismo local e suas potencialidades;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social promovendo feiras agropecuárias para amostra de produtos cultivados no município;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- f) Fomentar pela democracia, independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo religioso, convicção política e filosófica;
- g) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva, lutar pela melhoria da saúde e assistência social;
- h) Lutar por melhorias na educação, cultura e desporto, pela economia e trabalho, pela habitação e meio ambiente, apoio a juventude, velhice e migração;
- i) Manter a comunidade em torno da solução de seus problemas.
- j) Promover eventos sociais, de lazer e culturais como feiras, exposições, feiras e cursos agropecuários, mostras culturais, oficinas, cursos profissionalizantes.
- k) Atuar junto aos órgãos competente para buscar moradias através do projeto minha casa minha vida.

Robervaldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Página 1 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Sev. de Ind. e Reg. de Imóveis e Anexos.
00.076.24/000.145 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, L. 06, St. Alvorada - Dn. Anápolis
06/06/16 GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- l) Apoiar, colaborar e ajudar o poder público, sempre que for necessário para a organização de eventos culturais e sociais em benefício á comunidade.
- m) Celebrar convenios com o poder público municipal, estadual, federal, autarquias de qualquer natureza e instituições de ensino publico e privado, para execusão de ações educativas, culturais e serviços que gere emprego, que promova geração de renda e desenvolvimento social em beneficio a comunidade local, **nos termos do art. 2º, §1º e §2º.**
- n) Desenvolver projetos sociais de erradicação da fome, com arrecadação de alimentos, distribuição de cestas básicas e desenvolvimento de hortas e lavouras comunitárias.
- o) Construção de moradias com recurso próprio ou por meio de parcerias e/ou convênios com o poder público ou iniciativa privada.

II. **respeitar e atender aos seguintes princípios:**

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o vínculo, a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

§2º É vedada a subordinação o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§3º Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§4º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS

Robervaldo


Wesley Capitullino Fernandes
Advogado
OAB-TO 8499-B

Página 2 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Gov. de Goiás, Conj. de Imóveis e Aterros,
00.078.210/5001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, L. 136, St. Alvorada - Distritopolis
04.13.136-0001-45 - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

Art. 03º - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas.

PARAGRAFO ÚNICO - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 04º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

SEÇÃO II DA CATEGORIA DE ASSOCIADOS

Art. 05º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II. **Contribuintes ou Efetivos** – formada por pessoas que se filiaram e que participam efetivamente das reuniões, AG e que contribuem financeiramente com sua mensalidade.
- III. **Honorários** – Formados por aqueles que mereçam o reconhecimento por algum gesto honroso a esta entidade, que os fazem por aclamação serem merecedores deste título vitalício.

Art. 06º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

CAPITULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 07º – São deveres de todos os associados:

- a) Respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e dos órgãos dirigentes da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;
- c) Cooperar com todas as iniciativas e atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- d) Conhecer o Regimento Interno da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- e) Participar das reuniões para as quais forem convocados;
- f) Desempenhar, responsavelmente, as atribuições que lhe forem confiadas;
- g) Zelar pelo nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**.

SEÇÃO II

Roberto


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 3 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Sev. de Reg. do Imóvel e Anexos.
00.078.204/2001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lote 17, St. Alvorada - Distrito
de Brasília - DF - CEP 73.500-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 08º - São direitos de todos os associados:

- I. fica assegurado a todos os associados, pessoa física, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como ter direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes;
- II. fica assegurado, o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativa existentes.
- III. ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito á Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião da Diretoria;
- IV. recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário;

Art. 09º - Os associados perdem seus direitos:

- a) Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- b) Se deixarem de participar das atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, pelo período de 01 (um) ano;
- c) Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- d) Se praticarem atos nocivos ao interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- e) Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** ou de seus membros;
- f) Se praticarem atos ou valerem-se do nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

CAPITULO V DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 10º - O associado deixa de ser membro da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** se praticar, com justa causa, os seguintes atos:

- a) violação do estatuto social;
- b) difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- c) atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- d) desvio dos bons costumes;
- e) conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- f) por falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Art. 11º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

Página 4 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Robenoldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Rev. de Notas, Reg. de Imóveis e Arquivos,
00.078.24/2001-46 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lote 16, St. Alvorada - DAI-440polis
GOIÁS - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. eliminação do quadro social.

§1º - Havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, devesse ser assegurado ao associado o direito da ampla defesa, devendo ser devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria, ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

CAPITULO VI DOS ORGÃOS E SEU FUNCIONAMENTO

Art. 12º - São órgãos da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA

FM:

- I. assembléia Geral;
- II. diretoria;
- III. conselho Comunitário.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberações da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, será composta por seus associados em dia com seus deveres perante a entidade.

§1º - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, com antecedência mínima de 03 (três) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

§2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

Robervaldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 5 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Sev. da Notaria, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.174/2001-45 - Av. 12 de Outubro,
100 - Setor 06, S. Alvorada - Distrito
de Goiânia - GO - CEP 73.805-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

§3º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com 10 (dez) dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais e filiados a pelo menos seis meses.

Art. 14º - A Assembléia Geral Ordinariamente ocorrerá:

- I. a cada ano, no dia 30 do mês de Janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais;
- II. a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria;
- III. a cada 04 (quatro) anos para eleição do Conselho Comunitário.

Art. 15º - A Assembléia Geral Extraordinariamente, poderá ser convocada para:

- I. destituição dos dirigentes;
- II. alteração estatutária;
- III. para decisões administrativas;
- IV. alienação de bens imóveis ou móveis;
- V. para admissão e exclusão de associados.

Art. 16º - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de no mínimo 03 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

SEÇÃO II DA DIRETORIA

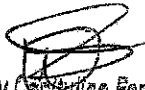
Art. 17º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, **eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.**

§1º - Os membros da Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM poderão ser substituídos para finalização do mandato, mediante decisão em AGE, especialmente convocada para esta finalidade.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 18º - São atribuições da Diretoria:

- I. administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- II. convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. representar a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM em atos públicos ou internos;


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/GO 8499-B

Página 6 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Sev. de Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.11.0001-45 - Av. 12 do Outubro,
Ost. 13, N.º 1, St. Alvorada - DA Anópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- IV. realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- V. apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- VII. desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- VIII. criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- IX. alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA DIRIGENTE

Art. 19º - São atribuições do **PRESIDENTE**:

- I. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente;
- II. coordenar e presidir as reuniões da diretoria;
- III. assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação;
- IV. movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;
- V. votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral;
- VI. praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos;
- VII. participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

Art. 20º - São atribuições do **VICE-PRESIDENTE**:

- I. participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- III. substituir o Diretor Administrativo, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto;

Art. 21º - São atribuições do **DIRETOR ADMINISTRATIVO**:

- I. gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade;
- II. dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação;
- III. assinar conta conjunta com os demais responsáveis;
- IV. assinar com o Presidente todo os documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- V. secretariar as reuniões da diretoria;
- VI. lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria;
- VII. dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria;
- VIII. organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

Art. 22º - São atribuições do **DIRETOR DE OPERAÇÕES**:

- I. implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural;

Sev. de Matr. Reg. de Imóveis e Arquivos.
00.078.204/2011-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 13 - Alvorada - DN-Indópolis
Goiás - CEP 73.865-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Robervoldo

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

- III. supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- IV. promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

SEÇÃO IV DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 23º - O CONSELHO COMUNITÁRIO é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

§1º Em até 30 dias após o início de funcionamento da emissora de rádio, a entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, com regimento próprio, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas, com mandato de 04 anos, sendo admitida a recondução.

§2º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§3º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§4º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 24º - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- I. fiscalizar a programação da emissora;
- II. solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III. fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV. realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V. receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI. submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 25º - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES

Art. 26º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Diretoria, acompanhada de nominata

Robervaldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB:TO 8499-B

Página 8 de 10



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - Com exessão da primeira diretoria, somente poderão concorrer a algum cargo da Diretoria, membros com no mínimo 01 (um) ano de associado na entidade e que estejam em dias com suas obrigações estatutárias, devendo para isso, solicitar junto a Diretoria, certidão de nada consta para comprovação de sua real situação perante a entidade.

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

CAPITULO VIII DA PROGRAMAÇÃO

Art. 27º - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPITULO IX DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 28º - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Art. 29º- A receita da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

§1º - Toda receita deverá ser utilizada única e exclusivamente, para a consecução das finalidades institucionais expressa neste estatuto,

Roberto


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 9 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Rev. de Imp. Rec. de Imóveis e Anexos
00.078.2023/2021-26 - Av. 12 de Outubro,
Cid. 13, Lt. 1, St. Alvorada - D. Indópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

§2º - Após parecer da Diretoria, os balancetes e prestações de contas das despesas deverão ser levados para aprovação da AG.

CAPITULO X DA REFORMA DO ESTATUTO E A DISSOLUÇÃO

Art. 30º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este estatuto não é reformável no tocante à administração.

Art. 31º - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembléia, observadas as disposições contidas nos Artigos. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 33º - O presente estatuto foi aprovado na **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 01/2018 DE 05 DE JULHO DE 2018** e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Domingos, Estado de Goiás, 05 de julho de 2018.


Robervaldo de Sousa Ribeiro
ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

CPF: 693.043.431-00
Presidente


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Página 10 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

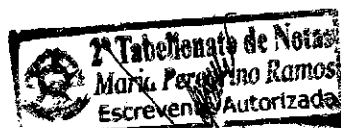
Sev. de M. L. e J. - 1º.º.º. de Inovação e Apoio. I
00.078.2018/0001-46 - Av. 12 de Outubro,
Ed. 13, Lt. 13 - Av. Avarada - D. Inópolis
CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
 Reconheço verdadeira a firma de Roberto
do de Silva
 São Domingos, 09 de Quilho de 2018
 Em test. [assinatura] da verdade.
☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
 Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601545
 Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO
 Av. 12 de Outubro, Qd. 13, Lt. 08, St. Aivorada - CEP 73.865-000 - Fone: (62) 3455-1312 - extrajudicialdivinopolis@gmail.com
 Cláudia Maria da Silva - Tabeliã e Oficial Respondente

Protocolo: 747 - Livro: A-6, folhas: 5 a 18
 Registro: Av. 2 - Reg. 235
 Divinópolis de Goiás - GO, 11 de Julho de 2018
 Selo Eletrônico nº: 07981503051032114600000
 Consulte em: <https://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

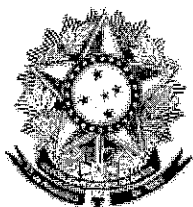
[assinatura] Cláudia Maria da Silva - Oficial Respondente
 Ser. 00.078.2007/000135 - Av. 12 de Outubro
 Qd. 13, Lt. 08, St. Aivorada - Divinópolis
 de Goiás-GO - CEP 73.865-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

AVENIDA 12 DE OUTUBRO, QUADRA 13 LOTE 06, SETOR ALVORADA
CEP 73.865-000 - TEL: (62) 3456-1312 - E-mail: serventiadinópolis@gmail.com

Cleusinéia Matos da Silva
Oficial Respondente

RECIBO

Protocolo nº: 746

Data.....: 11/07/2018 10:07:48

Apresentante....: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Fone:

Natureza: Ata da Assembléia Geral Extraordinária

Recebemos de ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO a importância supra de **R\$ 72,58 (Setenta e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos)**.

Valor Emolumentos...: **R\$ 41**

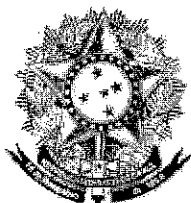
Valor Taxa Judiciária...: **R\$ 13,54**

Fundos Estaduais.....: **R\$ 15,99**

Valor ISS.....: **R\$ 2,05**

Valor Total.....: **R\$ 72,58**

Fundesep(10%=R\$4,10); Funesp(8%=R\$3,28); Estado(5%=R\$2,05); Medidas Penais(4%=R\$1,64); Funemp(3%=R\$1,23); Funcomp(3%=R\$1,23); Advogados Dativos e Sistema de Acesso(2%=R\$0,82); Funproge(2%=R\$0,82); Fundepeg(2%=R\$0,82);



TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

AVENIDA 12 DE OUTUBRO, QUADRA 13 LOTE 06, SETOR ALVORADA
CEP 73.865-000 - TEL: (62) 3456-1312 - E-mail: serventiadinópolis@gmail.com

Cleusinéia Matos da Silva
Oficial Respondente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

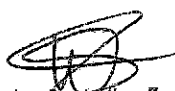
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ATA AGE 02/2018. DE 05/07/2018, DELIBERAÇÕES: Renúncia dos Diretores de Administração e de Operações, eleição e posse da Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, de SÃO DOMINGOS-GO.

Aos 05 dias do mês de julho de 2018, às 11h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação à AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000. Fazendo uso da palavra o presidente senhor ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO cumprimentou a todos, dando início aos trabalhos. O presidente disse que para se adequar as alterações da Legislação os Diretor Administrativo Sr. EVANDRO DOS SANTOS SILVA e o Diretor de Operações Sr. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA decidiram renunciar aos seus respectivos cargos. Com a vacância da metade dos cargos da Diretoria, os presentes decidiram pela realização de novas eleições, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciou o processo eleitoral para escolha da mesa diretora da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, que por unanimidade os presentes decidiram que a escolha da nova Diretoria seja feita por consenso. Em seguida foi formada para apreciação dos associados uma chapa única, QUE COLOCADA EM VOTAÇÃO, FOI ELEITA POR UNANIMIDADE, ficando assim constituída: CARGO: PRESIDENTE, NOME: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO, CPF: 693.043.431-00, RG: 1628985 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1975, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO, CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA JK, QD 25, Nº 05, SETOR LESTE, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: INOCÊNCIO MOREIRA SOARES, CPF: 426.029.981-68, RG: 4615380 SSP-GO, DATA DE NASCIMENTO: 26/05/1958, NATURALIDADE: SANTANA-BÁ, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: MOTORISTA, ENDEREÇO: AVENIDA MINAS GERAIS, S/Nº, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: DIVINO FERREIRA RODRIGUES, CPF: 768.636.381-34, RG: 2994141 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 25/03/1976, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: SEGURANÇA, ENDEREÇO: AVENIDA GOIÁS, QD 03, LT 05, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES, NOME: LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR, CPF: 061.180.691-66, RG: 6316985 SSP-GO, DATA DE NASCIMENTO: 01/03/2000, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: ESTUDANTE, ENDEREÇO: AVENIDA GOIÁS, QD 03, LT 05, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000. Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 05/07/2018 À 05/07/2022, eu, DIVINO FERREIRA RODRIGUES, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar a presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.


Robesvaldo de Sousa Ribeiro
Robesvaldo de Sousa Ribeiro
CPF: 693.043.431-00
Presidente

Robesvaldo de Sousa Ribeiro
Robesvaldo de Sousa Ribeiro
CPF: 693.043.431-00
Presidente


Wesley Capitullino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B



Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, St. Alameda - DNópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Robervaldo de Sousa Ribeiro	Robervaldo de Sousa Ribeiro
Quino Ferreira Rodrigues	Quino Ferreira Rodrigues
Carlos Henrique de Oliveira	Carlos Henrique de Oliveira
Evaristo dos S. Silva	Evaristo dos S. Silva
Vinícius T. Rodrigues Junior	Vinícius T. Rodrigues Junior
Enzoemar M. Soares	Enzoemar M. Soares

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
 Comarca de São Domingos - Goiás
 Fone: (62) 3425-
 Reconheço verdadeira a firma de Robervaldo de Sousa Ribeiro
Quino Ferreira Rodrigues
Carlos Henrique de Oliveira
 São Domingos, 05 de Julho 2018
 Em test. Enzoemar M. Soares da verdade.
☐ Marilân Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
 Comarca de São Domingos - Goiás
 Fone: (62) 3425-
 Reconheço verdadeira a firma de Robervaldo de Sousa Ribeiro
Quino Ferreira Rodrigues
Carlos Henrique de Oliveira
 São Domingos, 05 de Julho 2018
 Em test. Enzoemar M. Soares da verdade.
☐ Marilân Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Serv. de Notas
 00.078.204/0001-5 - Av. 12 de Outubro,
 Qd. 13, Lt. 05, Alvorada - Divinópolis
 de Goiás-GO - CEP 73.865-000

TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO
 Av. 12 de Outubro, Qd. 13, Lt. 05, Alvorada - CEP: 73865-000 - Fone: (62) 3456-1312 - serventia@divinopolisgo.com.br
 Criação: Marcos da Silva - Tabeliã e Oficial Respondente
 Protocolo: 7461 - Livro: A-6 - Folhas: 1 a 4
 Registro: AV - 1 - Reg: 235
 Data: 05 de Julho de 2018
 Selo eletrônico: n1-07881598051032134700011
 Consulte em: <https://extrajudicial.tbo.us.br/selo>
 05.07.2018
 Qd. 13, Lt. 05, Alvorada - Divinópolis
 de Goiás-GO - CEP 73.865-000

Wesley Capitulino Fernandes
 Advogado
 OAB/TO 8499-B



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601520

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601521

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601522

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601523

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

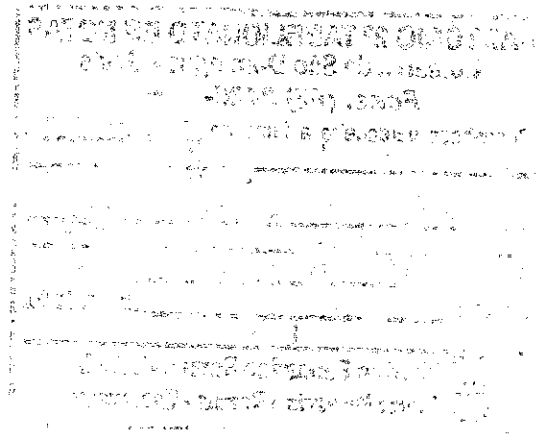
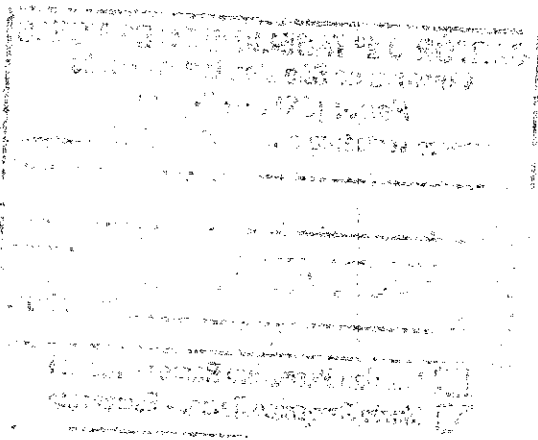
Selo Digital : 08451803221609094601524

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601525

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

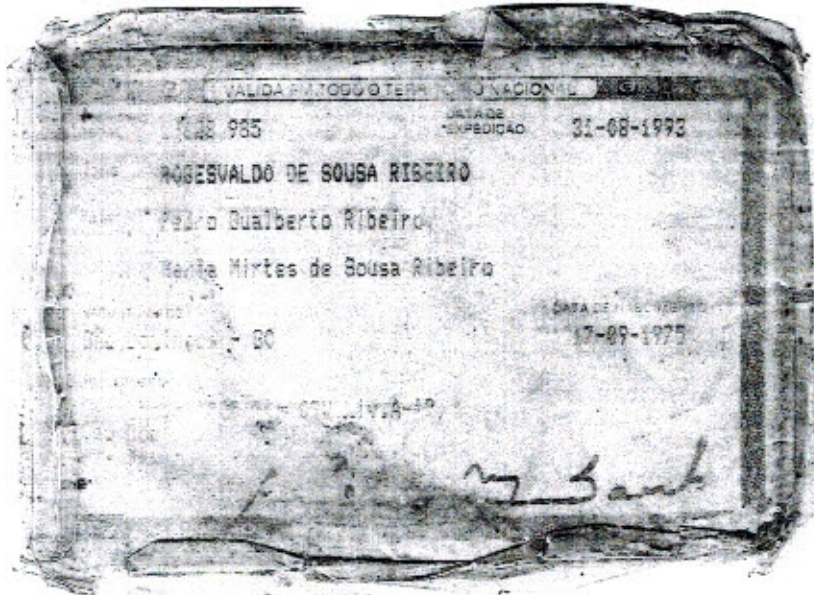
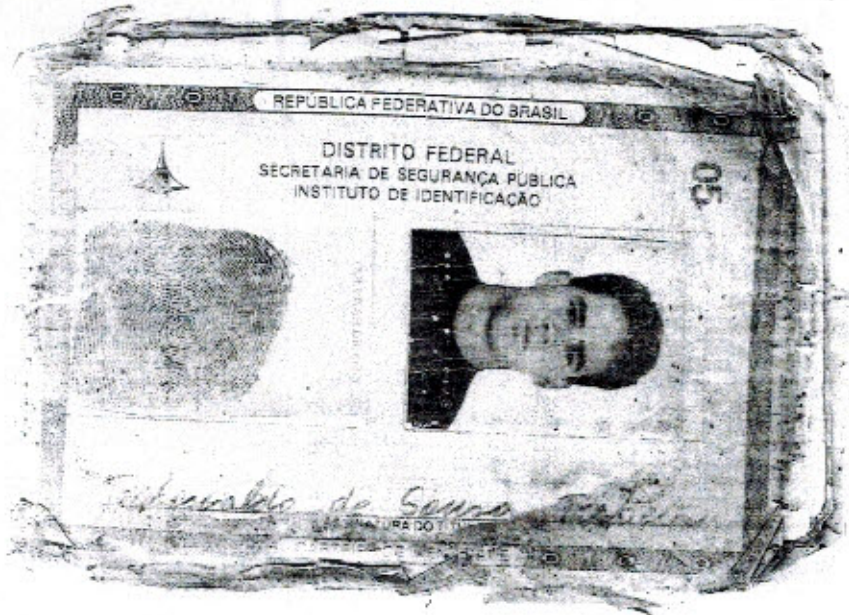
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- **PROVA DA NACIONALIDADE E MAIORIDADE DOS DIRIGENTES.**
- **DOCUMENTOS PESSOAS DOS DIRIGENTES.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



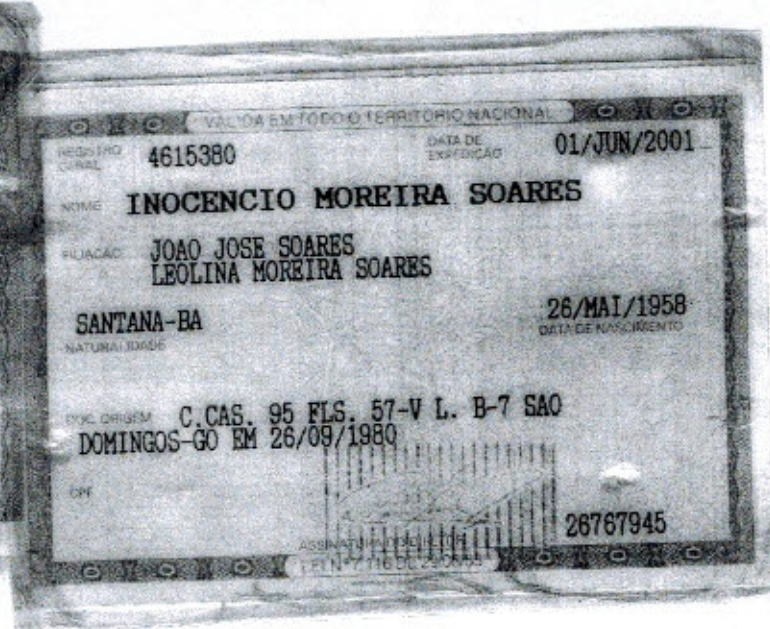
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
NOME ROBERVALDO DE SOUSA RIBEIRO		
DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 1628985 SSP DF		
CPF 693.043.431-00		DATA NASCIMENTO 17/09/1975
FILIAÇÃO PEDRO GUALBERTO RIBEIRO MARIA MIRTES DE SOUSA RIBEIRO		
PERMISSÃO 2	ACC 2	CAT. HAB. 2
NP REGISTRO 00184631118	VALIDADE 04/12/2019	1ª HABILITAÇÃO 03/07/1997
OBSERVAÇÕES A		
Assinatura do Portador <i>Robervaldo de Sousa Ribeiro</i>		
LOCAL BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF		DATA EMISSÃO 10/12/2014
Assinatura do Emissor <i>Rômulo Augusto de Castro Folia</i>		17499630145 DF739394819
DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
DIVINO FERREIRA RODRIGUES

DOC. IDENTIDADE / C.R.C. EMISSOR / UF
2994141 SUSP DE

C.R.C.
768.636.381-34

DATA NASCIMENTO
25/03/1976

FILIAÇÃO
JOAO RODRIGUES DE AGUIAR
NAIR FERREIRA DE AGUIAR

PERMISSAO
ACAT. CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
05608222964

VALIDADE
17/11/2019

1ª HABILITACAO
01/10/2012

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
1070775100

PROIBIDO PLASTIFICAR
1070775100

RESERVAÇÕES
EXERCE ATIV REMUNERADA

ASSINATURA DO DETENTADOR
Divino Ferreira Rodrigues

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

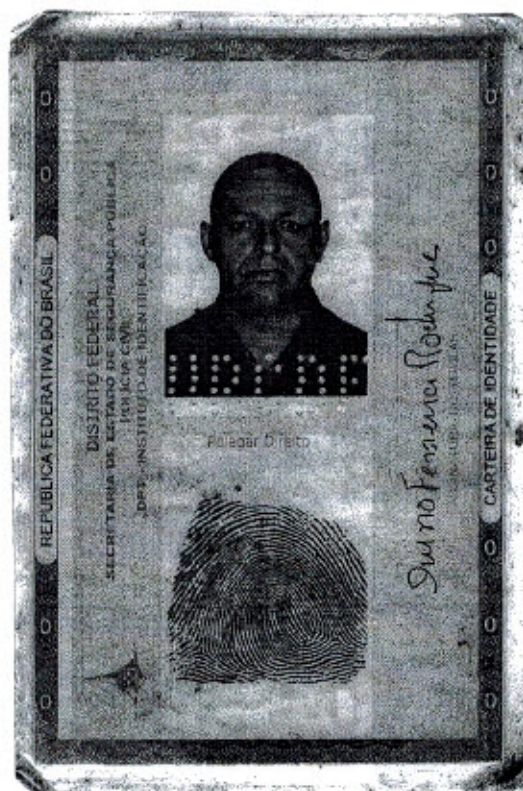
DATA EMISSAO
23/03/2015

66604873008
DP739155296

Jayme Amorim de Sousa
Diretor - Geral

ASSINATURA DO EMPREGADOR

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Carteira de Identidade

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CÍVIL 6316385

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/MAR/2013

NOME LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR

FLUXO LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES
JUSMARI FERREIRA DA SILVA

SÃO DOMINGOS GO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 01/MAR/2010

DEC. ORDEM C NAS 8343 VLS. 240V L. A24 SÃO DOMINGOS GO EM 03/11/2004

Cpf 061180691-66

6472572

46160264

UF: GO

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR

DATA DE NASCIMENTO

01/03/2000

Nº INSCRIÇÃO

0583 2308 1058

ZONA

047

SEÇÃO

0011

MUNICÍPIO

SÃO DOMINGOS/GO

DATA DE EMISSÃO

12/04/2016

Des. Walter Carlos Lemes
Presidente TRE-GO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

POL BOAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

• MANIFESTAÇÕES DE APOIO PJ.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
RAZÃO SOCIAL: <i>Mitra Diocesana de Formosa</i>		
<i>Paróquia São Domingos de Gusmão</i>		
CNPJ: <i>01.496.660/0013-01</i>		
ENDEREÇO: <i>Praca do Matriz</i>		
BAIRRO: <i>Centro</i>	UF: <i>GO</i>	Nº. <i>07</i>
MUNICÍPIO: <i>São Domingos</i>	CEP: <i>73860-000</i>	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <i>Joaquim Regis Filho</i>		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, CNPJ: 28.682.123/0001-79** que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

São Domingos-GO, aos 05 de julho de 2018.

Jo. Joaquim Regis Filho
ASSINATURA

ATENÇÃO

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:
-Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
-Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Contribuinte.

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.496.660/0013-01 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 18/05/1993	
NOME EMPRESARIAL MITRA DIOCESANA DE FORMOSA/GO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAROQUIA SAO DOMINGOS DE GUSMAO - SAO DOMINGOS/GO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA			
LOGRADOURO PC MATRIZ		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/08/2017 às 11:35:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
Atualize sua página



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Diocese de Formosa - GO

PROVISÃO DE PÁROCO

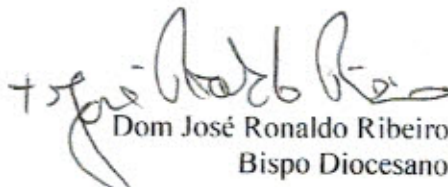
O dever do Bispo é prover as Paróquias de Pastores adequados às necessidades espirituais do Povo de Deus. Em exercício deste dever e com solicitude pastoral, eu, Dom José Ronaldo Ribeiro, Bispo Diocesano de Formosa, tenho por bem pela presente Provisão nomear, como de fato nomeio, o **Reverendo Pe. Joaquim Regis Filho**, do clero diocesano de Formosa, para o cargo de **PÁROCO da Paróquia São Domingos**, em São Domingos-GO, de acordo com os cânones do Código do Direito Canônico que dizem respeito à cura pastoral e administração dos bens paroquiais.

Terá o reverendo Pároco como especial compromisso diante de Deus e do Bispo desta Diocese, fomentar a catequese das crianças, jovens e adultos, promover a sagrada liturgia dentro das normas estabelecidas pela Igreja, incentivar o apostolado dos leigos, suas organizações, comunidades e associações religiosas, zelar pela digna celebração da Santíssima Eucaristia e pela administração dos sacramentos, cuidar da reta e conscienciosa administração dos bens materiais da comunidade local, ter o Conselho Pastoral Paroquial e o Conselho Administrativo, manter os Livros Paroquiais segundo as normas do Código de Direito Canônico e as normas em vigor nesta Diocese, apresentar à Mitra Diocesana os relatórios mensais, com as taxas que lhe são devidas pelo Direito. De modo especial, dedicar-se-á à continuação e conclusão da construção da Igreja Matriz, Capelas e Centro de Pastoral, com rapidez, competência na execução das obras e transparência na administração.

Aos fiéis que fazem parte da Paróquia São Domingos, exorto para que acolham com carinho o seu Pastor, sejam-lhe obedientes, solícitos e colaborem em tudo o que for proposto ou planejado em conjunto.

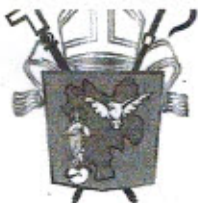
Esta provisão será lida ao Povo de Deus e transcrita integralmente no Livro de Tombo. Entrará em vigor a partir do dia 06 de fevereiro de 2016

Dada e passada na Cúria Diocesana de Formosa, sob o Sinal e o Selo das Armas da Diocese, aos 25 de janeiro do Ano do Senhor de 2016


Dom José Ronaldo Ribeiro
Bispo Diocesano


Pe. Darci Neres da Rocha
Chanceler





Diocese de Formosa - GO



MITRA DIOCESANA DE FORMOSA ATA DA TOMADA DE POSSE DO PÁROCO DA PARÓQUIA SÃO DOMINGOS SÃO DOMINGOS - GO

No dia 06 de Fevereiro do ano 2016, durante celebração da Santa Missa, às 10h00, na Igreja Matriz São Domingos em São Domingos-GO, presidida pelo Bispo Diocesano Dom José Ronaldo Ribeiro, o mesmo Bispo, no uso legítimo de suas atribuições pastorais e jurídicas, outorgou o ofício eclesiástico de Pároco da Paróquia São Domingos, ao Reverendo Pe. Joaquim Regis Filho, do clero diocesano de Formosa-GO, nascido aos 20 de dezembro de 1970 em Goiânia-GO, filho de Joaquim Francisco Regis e de Nelcy de Assunção Regis, portador da carteira de identidade nº. 1980508 SSP/GO e CPF 517.604.871-04. Estavam presentes, o Bispo, sacerdotes, religiosas, seminaristas e numerosos fiéis.

Nada mais a constar, encerrou-se esta ata que, depois de lida, será assinada.
São Domingos-GO, 06 de fevereiro de 2016

+ *Dom José Ronaldo Ribeiro*
Pe. Joaquim Regis Filho
Pe. Wagner Moura da Rocha
Pe. Manoel
Pe. João Manoel Lopes
Pe. Pedro Nogueira
Pe. Carlos Magno N. Habetto
Pe. Joaquim P. Souza
Pe. Maycen Laidem A. Lopes
Pe. Pedro Felipe Macedo Ramos
Pe. Eliton Rodrigues Cardoso
Pe. Jesus Joaquim de Souza
Pe. Glebson Moreira Almeida
Pe. Elvair Gomes dos Santos
Pe. Teófilo
Teófilo
Teófilo
Maria de Cláudia Pereira, Edite Pereira C. da Silva



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
RAZÃO SOCIAL: CAIXA ESCOLAR CRGCHG INFANCIA FELIZ		
CNPJ: 14.544.064/0001-68		
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS		
BAIRRO: CENTRO	Nº. 5140	
MUNICÍPIO: SÃO DOMINGOS	UF: GO	CEP: 73.860-000
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ARLETE PEREIRA DOS SANTOS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, CNPJ: 28.682.123/0001-79** que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

São Domingos-GO, aos 05 de JULHO de 2018.

Arlete Pereira dos Santos

ASSINATURA

Arlete Pereira dos Santos
Diretora da Creche Municipal
Infância Feliz
Decreto nº 056/2017

ATENÇÃO

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:

- Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Estado de Goiás
Secretaria da Educação e Cultura
Creche Municipal Infância Feliz.
São Domingos - Goiás

Ata do Conselho Escolar da Creche
Municipal Infância Feliz.

Aos dias vinte e sete (27) de Janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 8:00 (oito horas), nas dependências da creche municipal Infância Feliz, situada à Avenida Presidente Vargas s/nº, esquina com a rua Capitão Antônio Carlos, Centro São Domingos Goiás, iniciou a reunião entre os professores e o grupo gestor desta unidade de ensino, a diretora Arlete falou da finalidade do Conselho Escolar e das mudanças dos membros do (Conselho Escolar desta unidade). Os membros do Conselho foram nesse momento decidido por indicações, onde os mesmos aceitaram. E assim ficou constituída a administração do Conselho Escolar: Presidente Arlete Pereira dos Santos, portadora do RG 5549829 e CPF 909493071-49; Tesoureira: Emília Alves dos Reis portadora do RG 2530115 e CPF 784359001-34; Secretária: Adenilde Batista da Silva Santos portadora do RG 4954979 2ª via e CPF 019215011-11; 1º Conselho a Zenite Alves dos Santos portadora do RG 530115 e CPF 784359001-34; 2º Conselho



Izabela Ferreira Santana Santiago
portadora do RG 3530194-8339260 e CPF
869144641-20; 3ª Conselheira Eliene Moreira
dos Santos portadora do RG 1256513 e
CPF 584352801-44; Suplentes: Eliene Rodrigues
dos Nascimento, portadora do
RG 4767073 e CPF 778490191-72. Dilma Soares
Marques, portadora do RG 2186312 e CPF 33043
091-49; Representantes dos pais: Kênia Ryann
Almeida Gomes, portadora do RG 4494752
e CPF 010673411-37. A presidente deu por
encerrado a reunião, agradeceu a pre
sença de todos, dando por encerrado
a presente ata e assinada por mim
Adenilde Batista da Silva Santos e os
demais presentes.

São Domingos, 27 de janeiro de 2017

Zenite Alves dos Santos,

Nilza de Carvalho Bastos Santos,

Marivânia Fernandes dos Santos

Leonizia Alves dos Santos

Kenia Ryann V. Gomes,

Joana Hobe Soares Barbosa

Izabela Ferreira Santana Santiago

Inácia Simone Cavalcante

Emidia Alves dos Reis

Elisete José dos Reis

Eliene Moreira dos Santos

Eliene Rodrigues do Nascimento

Dilma Soares Marques

Eleonice Ribeiro de Almeida

Cléia José da Silva Honorato

Alte Pereira dos Santos.



Schronilde Batista da Silva Santos

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE SÃO DOMINGOS - GO

Protocolado no Instituto 1-A, Sob o nº 13.207, pag. 12
 Registrado no Livro A Anexos Jurídicos R-2.
 17 - Ata Declaração Informacional Feli?

Em São Domingos-GO, 31 de março de 2017
 Marilan Peregrino Ramos
 Oficial Substituta

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - São Domingos-GO

Responsável: Marilan Peregrino Ramos

Selo Digital : 08461503110827096400583

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 Registro de Títulos e Documentos e
 Civil das Pessoas Jurídicas
 Marilan Peregrino Ramos
 Oficial Substituta
 COMARCA DE SÃO DOMINGOS - GO

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - São Domingos-GO

Responsável: Marilan Peregrino Ramos

Selo Digital : 08461701030909134700008

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ: 01.816.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.367-6
ENDEREÇO: AV. GOIÁS QD. 3 LT. 5 JARDIM PRIMAVERA
CEP: 73860-000 34251151

SANEAGO

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVIÇOS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGO

USUÁRIO :
ENDEREÇO : AV. GETULIO VARGAS CELG 246
BAIRRO : CENTRO O L
CIDADE : SÃO DOMINGOS
CEP : 73860-000

FATURA Nº: 251932000-6

COD: 223.80.01.0000
HIDRÔMETRO: 13L211336

DATA DE EMISSÃO: 09/11/2017
REFERÊNCIA: OUT/2017

CONTA Nº 0753495-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
TARIFA ÁGUA - PÚBLICA
CUSTO MÍNIMO FIXO

276,44
12,30

VENCIMENTO: 30/11/2017

VALOR TOTAL (R\$): 288,74

LEITURA ANTERIOR: 941
LEITURA ATUAL: 974

DATA: 29/09/2017
DATA: 31/10/2017

CONSUMO
FATURADO: 33 m3

TIPO DE CONSUMO FATURADO: MEDIDO

CONSUMO ESTIMADO: 45 m3

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
00016	00006	00007	00001	00004	00001

CATEGORIA/ECONOMIA/PESO

MÉDIA: 6

PÚBLICO
001/100

SUA MANIFESTAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A SAÚDE DE GOIÁS!
OUVIDORIA DO SUS/SES-GO 0800 643 3700 OU OUVIDORIA@SAUDE.GO.GOV.BR

MENSAGEM -2

FATURAS NÃO PAGAS ATÉ O VENCIMENTO SERÃO ACRESCIDAS DE MULTA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DIÁRIA (JURO + INPC), CONFORME REGULACÃO DA AGR (RESOLUÇÕES Nº 08/2014 CRE E 25/2008 CG).

INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR:

Captação: SÃO DOMINGOS

Decreto Federal nº 5.440/2005 - QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

ATENDIMENTO AO CLIENTE:
0800 645 0115

Parâmetros	Cloro	Fluor	Turbidez	Cor	pH	Coliformes Totais	Coliformes Termotolerantes
Previsto	22	0	22	10	0	22	22
Realizado	21	14	21	14	14	21	21
Fora do Padrão	0	8	1	0	1	0	0

Previsto: número de amostras recomendado pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.
Realizado: número de amostras analisadas pela SANEAGO.
Fora do padrão: número de amostras fora dos padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.

Tributação aproximada: R\$ 25,56



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVIÇOS

CIDADE : 223 - SÃO DOMINGOS
BAIRRO : CENTRO
CONTA Nº: 0753495-7

REFERÊNCIA : OUT/2017
DATA VENCIMENTO : 30/11/2017
VALOR TOTAL (R\$) : *****

FATURA Nº 251932000-6

SUB SÉRIE: A VIA
SANEAGO
(AUTENTICAÇÃO NO VERSO)

ATENÇÃO SR AGENTE ARRECADADOR: NÃO RECEBER
CONTA SEM EFEITO PARA PAGAMENTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO**, presidente e representante da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, que aos 17 de agosto de 2017, a Sr. **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO**, CPF: 693.043.431-00, RG: 1628985 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1975, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA JK, QD 25, N° 05, SETOR LESTE, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000, na qualidade de presidente da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, com sede na AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/N°, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rua 08, Quadra 28, Lote 06, Setor Jardim Santa Bárbara, Palmas-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, ANATEL, CARTÓRIO E RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHES EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE – DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito. Assina.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

São Domingos-GO, 21 de agosto de 2017.

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607653

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tigo.us.br

2º Ofício
Maria Peregrino Ramos

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

CPF: 693.043.431-00

Presidente

2º Tabelionato de Notas
Maria Peregrino Ramos
Escritório Autorizada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://imoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3426-
Reconheço verdadeira a firma de
Nome: [Assinatura]
Em test. [Assinatura]
da verdade.
09 de Setembro de 2017
☐ **Marta Peregrino Ramos - Escrevente**
☒ **Martian Peregrino Ramos - Tabelião**

PROCURAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP

DOC. ORIGEM DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smartins

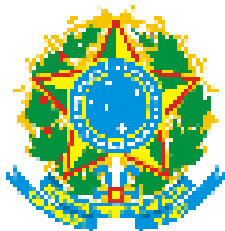
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500442862018

9/21/18 9:46 AM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	GO	SÃO DOMINGOS	01250.044286/2018	112	13S2403	46W1854	EMA	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53000.041798/2013	0	13S2353	46W1910	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53670.000853/2001	13	13S2353	46W1910	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000051/1999	5	13S1731	46W2343	DECRE N	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.069868/2013	5	13S1731	46W2343	RAUT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.91	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000060/1999	5	13S1728	46W2339	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNITARIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS
33.13	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.043583/2005	0	13S1725	46W3557	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO VAZANTE
35.30	BA	JEQUIÉ	53640.000094/1999	6	13S0520	46W1520	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL CIDADE SOL
Nº de Linhas: 0								



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos / GO** constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2018, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3387301** e o código CRC **6A2E32C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3387301



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/11/2018** às **15:22:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

reita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



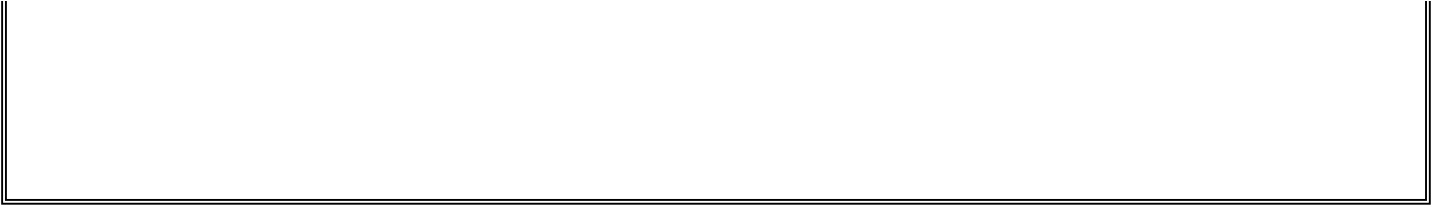
CNPJ: 28.682.123/0001-79

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:25:19 do dia 13/11/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)







PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 162170837/2018

Expedição: 13/11/2018, às 15:24:01

Validade: 11/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Resultado da Pesquisa de Entidades Não Outorgadas

Ajuda

DADOS DA ENTIDADE

Código da Entidade:	DF20070130		
Tipo de Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
Nome Entidade:	Robesvaldo de Sousa Ribeiro		
Nome Popular da Entidade:	Alternativa FM	CPF da Entidade:	693.043.431-00
Nome do Responsável:	Robesvaldo de Sousa Ribeiro	CPF Responsável:	693.043.431-00
Número da Identidade do Responsável:	1628985	Órgão responsável pela expedição:	SSP-DF
Frequência:	89,70	Sigla da Frequência:	MHZ
Quantidade de Estações Móveis/Portáteis:			
Endereço:	Praça Presidente Vargas, Área Especial	Bairro:	
CEP:			
UF:	GO	Município:	São Domingos
Distrito:	São Domingos	SubDistrito:	
Latitude:	13° 24' 11,00"	Longitude:	46° 18' 42,00"
Hemisfério:	Sul		
Data de identificação da Entidade:	09/10/2007		
Identificada via:	Denuncia	Situação da Entidade:	Desativada
Observação:	> > Entidade interrompida dia 09/10/2007 e teve seus equipamentos apreendidos por meio do Termo de Apreensão 0001DF20070119.		

VISTORIAS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Início da Atividade	Término da Atividade	Procedimento
DF20070119	FOCUS254985.2007	05/10/2007	11/10/2007	Interrupção

EQUIPAMENTOS VINCULADOS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Equipamento
DF20070119	FOCUS254985.2007	NÃO CLASSIFICADO / Mesa de som - Marca:Dobson, Mod: Soundcare / NAO CLASSIFICADO
DF20070119	FOCUS254985.2007	Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM / Caseiro / Caseiro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c
de Barros Santos Lotação: MC Tempo Processamento: 0,5781 Segundos

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DADOS DA ENTIDADE

Código da Entidade:	DF20050087		
Tipo de Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
Nome Entidade:	Associação dos Moradores de São Domingos		
Nome Popular da Entidade:	Associação dos Moradores de São Domingos	CPF da Entidade:	693.043.431-00
Nome do Responsável:	Robersvaldo de Sousa Ribeiro	CPF Responsável:	693.043.431-00
Número da Identidade do Responsável:	1628985	Órgão responsável pela expedição:	SSP/DF
Frequência:	89,30	Sigla da Frequência:	MHZ
Quantidade de Estações Móveis/Portáteis:			
Endereço:	Praça Joaquim Pinheiro, AE 7	Bairro:	Centro
CEP:			
UF:	GO	Município:	São Domingos
Distrito:	São Domingos	SubDistrito:	
Latitude:	13° 24' 10,00"	Longitude:	46° 18' 41,00"
Hemisfério:	Sul		
Data de identificação da Entidade:	09/06/2005		
Identificada via:	Fiscalização	Situação da Entidade:	Desativada
Observação:	As atividades da entidade foram interrompidas pela fiscalização em 09/06/2005 com a lacração do transmissor.		

HISTÓRIAS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Início da Atividade	Término da Atividade	Procedimento
DF20050112	RADARU0001FT2005000137	06/06/2005	10/06/2005	Lacração

EQUIPAMENTOS VINCULADOS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Equipamento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Relação de débitos para impressão do boleto

Detalhes dos Débitos:

Data para pagamento informada : 13/11/2018

Entidade: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO - CPF: 693.043.431-00

X	Vencimento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)	Valor Débito	Situação
☐	11/01/2007	2006		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000138012005	80301044481-0001	3.991,70	Vencido - DOU - CD - DA
☐	30/01/2008	2007		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000267762007	80301044481-0002	3.798,52	Vencido - DOU - CD - DA

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Atenção! No caso de crédito inscrito em dívida ativa desde 04/12/2008, o pagamento do boleto emitido nos sistemas SIGEC ou BOLETO não importa a quitação dos encargos legais previstos do Art. 37-A, § 1º., da Lei no 10.522/2002, com a redação incluída pela Lei no 11.941/2009, combinado com Art. 1º do Decreto-Lei no 1.025/1969, com as alterações introduzidas pelo art. 3º do Decreto-Lei no 1.569/1977 e pelo art. 12 do Decreto-Lei no 2.163/1984.

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela

Legenda do Campo Situação

☒ Marcar Todos ☐ Desmarcar Todos Imprimir Selecionados Ajuda Impressão

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR **existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que **Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00** presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663).

Não consta ação penal em curso, constam ações de execução fiscal, e os débitos ainda pendentes de pagamento perante a Anatel, nos valores de R\$ 3.991,70 (três mil novecentos e noventa e um reais e setenta centavos) e de R\$ 3.798,52 (três mil setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/11/2018, às 16:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559671** e o código CRC **E1CED7D3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3559671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/11/2018, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559728** e o código CRC **A1A630AD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3559728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **EXIGÊNCIAS**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **pedir novo**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. ()

4. Estatuto Social: (3219277) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Robesvaldo de Sousa Ribeiro – f. 2	não	0384.3199.1082 17/09/1975	693.043.431-00	Não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/19-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para o caso de 'eliminação do quadro social'
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 15,§3º-sem 2/3- 30 ok
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

- 2.1CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel e Radar: ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 25258/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO**.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**.

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
	Art.	Inciso		
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	A Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3559779) contendo todas as declarações nele elencadas, uma vez que há alteração no item XIII , conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser assinado por todos os dirigentes . Observação: no final do Requerimento de Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 13/11/2018, às 16:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 14/11/2018, às 13:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559768** e o código CRC **5A644926**.

Minutas e Anexos

Requerimento de outorga 3559779

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3559768



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 45580/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 252582018/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 14/11/2018, às 13:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559800** e o código CRC **1FAFF89F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 45580/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044286/2018-93
- Nº SEI: 3559800



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 45580/2018/SEI-MCTIC, 14/11/2018
01250.044286/2018-93

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 São Domingos / GO

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / N° DOCUMENT D'IDENTIFICATION DU DESTINATAIRERUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOIÉGilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteira
Matrícula 8.133.726-6

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4e>

EN



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08481867 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

2/2 NOV 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS
UF GO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **25/01/2019** às **16:45:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

reita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 166806439/2019

Expedição: 25/01/2019, às 16:47:27

Validade: 23/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Relação de débitos para impressão do boleto

Detalhes dos Débitos:

Data para pagamento informada : 25/01/2019

Identidade: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO - CPF: 693.043.431-00

X	Vencimento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)	Valor Débito	Situação
☐	11/01/2007	2006		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000138012005	80301044481-0001	4.042,49	Vencido - DOU - CD - DA
☐	30/01/2008	2007		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000267762007	80301044481-0002	3.849,31	Vencido - DOU - CD - DA

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [In] [Reg]



Atenção! No caso de crédito inscrito em dívida ativa desde 04/12/2008, o pagamento do boleto emitido nos sistemas SIGEC ou BOLETO não importa a quitação dos encargos legais previstos do Art. 37-A, § 1º., da Lei no 10.522/2002, com a redação incluída pela Lei no 11.941/2009, combinado com Art. 1º do Decreto-Lei no 1.025/1969, com as alterações introduzidas pelo art. 3º do Decreto-Lei no 1.569/1977 e pelo art. 12 do Decreto-Lei no 2.163/1984.

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela

[Marcar Todos](#) [Desmarcar Todos](#) [Imprimir Selecionados](#) [Ajuda Impressão](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: 28.682.123/0001-79

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 17:15:00 do dia 25/01/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

snet/boleto/NadaConsta/certidao.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONÇA FM** localizada de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, ~~existe~~, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que **Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00** presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06//2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663).

Não consta ação penal em curso, constam ações de execução fiscal, e os débitos ainda pendentes de pagamento perante a Anatel, nos valores de R\$ 4.042,49 (quatro mil quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos) e de R\$ 3.849,31 (três mil oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), atualizados até 25/01/2019 (3800082)



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800101** e o código CRC **91965A1B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3800101



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800114** e o código CRC **7C49B35D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3800114



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

[illegible]

№

[illegible]

7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ		VALORI	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

MODELO
POLARIZAÇÃO

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

ALTURA DA TORRE

				dBd			,	m			,	m				,	m
--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

[illegible]

MODELO

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,			dB			,			dB			,			
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	--	----	--	--	---	--	--	----	--	--	---	--	--	--

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

REGISTER

ENDEREÇO



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247)

4. Estatuto Social: (3219277) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Robesvaldo de Sousa Ribeiro – f. 2	não	0384.3199.1082 17/09/1975	693.043.431-00	Não
VICE-PRESIDE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649)e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/22-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para esses casos
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 30
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (3800077)

2.2 Certidão FGTS: ausente

2.3 Certidão PGFN : ausente

2.4 Certidão CNDT: (3800080)

2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (3800094) e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.



NOTA TÉCNICA Nº 1391/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO.**

ANÁLISE

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Portaria nº
4334/2015/SEI-MC,
alterada pelas
Portarias nº
1909/2018/SEI-MCTIC e
nº 1976/2018/SEI-
MCTIC, publicadas no
DOU respectivamente
em 09/04/2018 e em
13/04/2018

Art. 39,
inciso II

Formulário de
Dados de
Funcionamento
da Estação.

A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (3800125).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).

Observação 3: É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dados de funcionamento da estação, documento informando os seguintes itens: Nome do Dirigente, Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas da residência.

Art. 22,
inciso II c/c
art. 40

Cópia do estatuto
social adequado à
Portaria.

Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo:

a. Consta do art. 19, inciso VII do estatuto social que é atribuição do presidente "participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário", o que está em desacordo com o art. 113 da Portaria, que estabelece que o **Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização**. Assim, não pode haver nenhum controle pelo Presidente da Associação.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

		Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo: Art. 57: a cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto, não abrange o art. 9º e 10 do estatuto, que prevê situações de "perda de direitos", mas que configuram, em tese, justa causa. Deve haver o direito de defesa e de recurso para qualquer situação que implique em penalidade ao associado. Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil. Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.
Art. 39, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que o Presidente da Entidade se encontra devedor, por execução clandestina do serviço (3800101 e 3800082). Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada, ou a substituição do dirigente.
Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

7. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.



ante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

CONCLUSÃO

9. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

10. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

11. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

12. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/02/2019, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800121** e o código CRC **8C3DCF25**.

Minutas e Anexos

Formulário de Dados 3800125

Despacho 3800101

Anatel 3800082

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3800121



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1391/2019/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fátima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/02/2019, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800211** e o código CRC **B739ECED**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 3800211



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME COMPLETO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM COMPLET SOCIAL DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC, 05/02/2019

01250.044286/2018-93

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Av. Presidente Vargas, s/nº, - Centro.

73860-000 São Domingos / GO

PESO / PAYS

EZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITARIA / PRIORITAIRE

☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DECLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

2002 19

Nº DOX
RECEIIDENTIFICAÇÃO DO
EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOIEGilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteira
Matrícula 8.130.720-9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc01>

ENDE



[illegible]

1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

6102 A3

1

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846

[illegible]

© 2000 by The McGraw-Hill Companies, Inc.

1550

JU 17986759 1 BR

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.


























Servicio Público Federal

U.S. Census Bureau

Secretaria de Projeção

[illegible]

Estados Unidos, Boca R. Sala 307, Anexo Oeste.

• **Best of the Best** •

[illegible]

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 7751/2019/SEI-MCTIC

Ao Senhor

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73.860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Deferimento de prorrogação de prazo. Processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 1391/2019/SEI-MCTIC (3926671), informo o **deferimento do prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 c/c art. 136-C da Portaria nº 4334/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.
2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.
3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.
4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/03/2019, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3964809** e o código CRC **4A065B3B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7751/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 3964809



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

ENDEREÇO RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DU SAISON/ SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO

SERAD/CGRC

Ofício nº 7751/2019/SEI-MCTIC, 25/03/2019

Processo: 01250.044286/2018-93

CEP / CODE POSTAL

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Associação Rádio Comunitária Terra Ronca Fm

DECLARAÇÃO DE

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

CEP: 73860-000

São Domingos / GO

EMS

SEGURADO / VALEUR DECLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRAISON

02 04 19

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DESTINATÁRIA

UNIDADE DESTINATÁRIA

X Maurício Carlos de Moura

NOME DO RECEPTOR / NOM DU RECEPTEUR

Nº DE REGISTRO



IDENTIFICAÇÃO DO EXPEDIENTE

RUBRICADA MAN. DO EMPREGADO

SIGNATURE DE Gilmar José da Silva

Autenticado eletronicamente, após conferência com original. Carimbo

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2269491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



JU 18515092 0 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO / NOMENCLATURE D'INTERESSE

ENDEREÇO PARA ENTREGA / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espaço dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITE

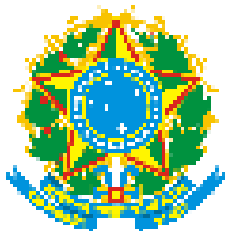
BRASIL
BRÉSIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500442862018

8/28/19 1:13 PM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	GO	SÃO DOMINGOS	01250.044286/2018	112	13S2403	46W1854	EXINST	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53000.041798/2013	0	13S2353	46W1910	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53670.000853/2001	13	13S2353	46W1910	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000051/1999	5	13S1731	46W2343	DECRE N	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.069868/2013	5	13S1731	46W2343	RAUT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.91	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000060/1999	5	13S1728	46W2339	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNITARIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS
33.13	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.043583/2005	0	13S1725	46W3557	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO VAZANTE
35.30	BA	JEQUIÉ	53640.000094/1999	6	13S0520	46W1520	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL CIDADE SOL
Nº de Linhas: 0								



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.044286/2018 Localidade / UF: SÃO DOMINGOS/GO
Entidade: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
Aviso: 112 Canal: 0
Endereço Sistema Irradiante: Avenida Presidente Vargas, s/nº. Nº . - B. CENTRO SÃO DOMINGOS - GO
Endereço Estúdio: Avenida Presidente Vargas, s/nº. Nº . - B. CENTRO SÃO DOMINGOS - GO
Endereço Sede: PRESIDENTE VARGAS Nº S/N - B. CENTRO SÃO DOMINGOS - GO

Processo					
1. Entregou documentação tempestivamente?					Sim
2. Dados do Transmissor					
a. Fabricante :	Sintekc Sistemas Eletrônicos Ltda.		b. Modelo :	EX25	
c. Categoria :	2H	d. Certificado:	0119-11-2884	e. Potência (W) :	25
3. Dados do Transmissor Reserva					
a. Fabricante :			b. Modelo :		
c. Categoria :		d. Certificado:		e. Potência (W) :	
4. Dados da Antena					
a. Fabricante:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos		b. Modelo :	PT/0dB	
c. Altura:	30,0	d. Ganho Máximo:	0	5. Intensidade de campo(dBu) : 89.42	
6. Conclusão Geral (Parecer Técnico)					
Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.					

Janara Hellen Marques da Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RADCOM

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM** entidade pleiteante de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (4575011) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (4575015).

2. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 30/08/2019, às 15:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4575017** e o código CRC **608B89A7**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (4575011)

Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom (4575015)

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 4575017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: (3219277) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Robesvaldo de Sousa Ribeiro – f. 2	não	0384.3199.1082 17/09/1975	693.043.431-00	Não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/22-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para esses casos
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 30
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

2.1CNPJ: (3800077)

2.2 Certidão FGTS: **ausente**

2.3 Certidão PGFN : **ausente**

2.4 Certidão CNDT: (3800080)

2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (3800094) e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária
NOTA TÉCNICA Nº 16626/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO - 2.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Conforme Nota Técnica nº 1391/2019/SEI-MCTIC (3800121) encaminhada por meio do Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC, recebida em 20/02/2019, e com prorrogação de prazo recebida em 02/04/2019 (4101613), conforme Aviso de Recebimento AR, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 02/05/2019.

3. Alegou em sua Petição 4139116 que, em razão da alteração do cartório, de Divinópolis para São Domingos, não teria sido possível efetuar os registros.

4. Assim, deve a entidade apresentar a ata de eleição do novo presidente, devidamente registrada, além do estatuto social, com as alterações já indicadas, e manter válidas todas as certidões negativas de recolhimento de tributos, conforme a seguir:

Dispositivo	Descrição	Análise
Art. 22, inciso II c/c art. 40	Cópia do estatuto social adequado à Portaria.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo: a. Consta do art. 19, inciso VII do estatuto social que é atribuição do presidente "participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário", o que está em desacordo com o art. 113 da Portaria, que estabelece que o Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização. Assim, não pode haver nenhum controle pelo Presidente da Associação. Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria. Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado. Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Portaria nº
4334/2015/SEI-MC,
alterada pelas Portarias
nº 1909/2018/SEI-
MCTIC e nº
1976/2018/SEI-MCTIC,
publicadas no DOU
respectivamente em
09/04/2018 e em
13/04/2018

	Estatuto social adequado ao Código Civil.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo: Art. 57: a cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto, não abrange o art. 9º e 10 do estatuto, que prevê situações de "perda de direitos", mas que configuram, em tese, justa causa. Deve haver o direito de defesa e de recurso para qualquer situação que implique em penalidade ao associado. Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil. Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.
Art. 39, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que o Presidente da Entidade se encontra devedor, por execução clandestina do serviço (3800101 e 3800082). Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada, ou a substituição do dirigente.
Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

5. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC).

7. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 11/09/2019, às 10:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4618289** e o código CRC **E30BA30D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 4618289



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

OFÍCIO Nº 32407/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de setembro de 2019.

Ao Senhor

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16626/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusoao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4618457** e o código CRC **EA4542B6**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 4618457

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO AR**

DATA DE POSTAGEM

17/09/2019

DESTINATÁRIOROBERTO DE SOUSA RIBEIRO
AV. PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, 0
CENTRO
73860-000

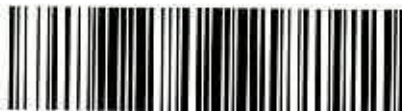
SAO DOMINGOS GO

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

27 SET 2019

REMETENTEMINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO H - SERAD/SERCO,
BRASILIA - DF
70044-900

BI891146906BR

TENTATIVAS DE ENTREGA1ª / / :
2ª / / :
3ª / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

PR 0-250.0408520115-91 - CF 132407 SERAD/SERCO - NOTA TÉCNICA 18026/2019

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALCIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIROGilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteiro
Matrícula 2.433.729-0

AC EMBEDOR

IN



CEBEDOR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS
UF GO	ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	
TELEFONE (63) 8454-6336		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/05/2020** às **17:04:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 11646943/2020

Expedição: 21/05/2020, às 17:07:49

Validade: 16/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/03/2020 a 29/06/2020

Certificação Número: 2020030203490944445065

Informação obtida em 21/05/2020 17:09:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 17:24:54 do dia 21/05/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Imprimir

Voltar



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
CNPJ: 28.682.123/0001-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 23:47:59 do dia 19/10/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/04/2020.

Código de controle da certidão: **E088.9BFC.91AF.8F0E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO 3**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: f. **4/14 (4687139)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registra

da no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

(4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Abdon de Andrade e Silva – ausente	Cidadania	027718101074 31/07/1971	556.918.971-87	não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649)e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º-**requerimento à diretoria**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24,

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º 9/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 31/32
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (5525254)

2.2 Certidão FGTS: 5525254

2.3 Certidão PGFN : **5525257**

2.4 Certidão CNDT: (5525254)

2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (5525254 e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.

21/05/2020: NT 16626/2019 recebida em 27/09/2019, resposta em 30/09/2019 e 04/10/2019: estatuto social: foram efetuadas as alterações, entretanto, inseriu texto no art. 3º, que submete à diretoria o ingresso de associado, o que não é permitido. Alteração do presidente, sem apresentação do documento que comprove nacionalidade e maioria. Não é possível renovar certidão PGFN. Renovadas pesquisas TSE, TRF1 e TJGO, Radar ok.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 21 de maio de 2020.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme Nota Técnica nº 16626/2019/SEI-MCTIC 4618289) encaminhada por meio do Ofício nº 32407/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC 4618457), recebido em 27/09/2019, conforme Aviso de Recebimento AR 4727626, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 30/09/2019, por meio do protocolo nº 01250.049806/2019-35.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI):A Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade do(s) diretor(es) eleito, Sr. **Abdon de Andrade e Silva**.

Observação 1: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- VII - passaporte.

Observação 2: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do conselho fiscal.

3.2. A entidade apresentou o estatuto social com retificações (4687139), entretanto, foi inserida alteração que está em desacordo com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo:

3.2.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

art. 3º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que **restringe o ingresso do associado à criação pela diretoria**. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - **garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;**

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

3.3. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

3.3.1. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a **impossibilidade de renovação** da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (5525257). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

4. Tendo em vista que não no município de São Domingos/GO entidade autorizada para a execução do Serviço, a presente notificação é permitida a aplicação da exceção prevista no §2º do art. 41 da Portaria nº 4.334/2015 e suas alterações.

5. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Anexos:

PGFN 5525257



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/05/2020, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5525280** e o código CRC **F94F5CA6**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 5525280

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

BO303176194BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
19/06/2020 16:04 SAO DOMINGOS / GO

19/06/2020	
16:04	Objeto entregue ao destinatário
SAO DOMINGOS / GO	
19/06/2020	
09:10	Objeto saiu para entrega ao destinatário
SAO DOMINGOS / GO	
16/06/2020	
16:20	Objeto postado
BRASILIA / DF	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm](https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm](https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 15 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 15/10/2020, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5991313** e o código CRC **D0692BD4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 5991313



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da Xª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 15 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 15/10/2020, às 17:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5991328** e o código CRC **3DFB7561**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 5991328



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO – ÚLTIMA OPORTUNIDADE**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: f. **4/14 (4687139)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

f. 4/ (5886639)

5. Ata de constituição: (3219275) Registra

da no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

(4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Abdon de Andrade e Silva – 5886637	Cidadania	027718101074 31/07/1971	556.918.971-87	não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	010984551007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	PODE	032576751074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	068323081058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º-**requerimento à diretoria**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 18- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24/26

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º 9/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 14/17
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 14/17, 31/32
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14/17
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 14/17
- k) Critérios de eleição dos administradores: 27
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5525254)
- 2.2 Certidão FGTS: 5525254
- 2.3 Certidão PGFN : **5525257**
- 2.4 Certidão CNDT: (5525254)
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (5525254 e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.

21/05/2020: NT 16626/2019 recebida em 27/09/2019, resposta em 30/09/2019 e 04/10/2019: estatuto social: foram efetuadas as alterações, entretanto, inseriu texto no art. 3º, que submete à diretoria o ingresso de associado, o que não é permitido. Alteração do presidente, sem apresentação do documento que comprove nacionalidade e maioria. Não é possível renovar certidão PGFN. Renovadas pesquisas TSE, TRF1 e TJGO, Radar ok.

15/10/2020: Ofício 19250/2020 recebido em 19/06/2020, resposta em 16/09/2020: diversos protocolos, nº 01245.006277/2020-98 contém todos os documentos solicitados. Estatuto: manteve a redação do



art. 3º que o ingresso de novos associados se dá mediante “requerimento à Diretoria”, o que foi expressamente indicado para correção. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE,. TRF1 e TJGO. Última oportunidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 6437/2020/MCOM

Brasília, 09 de novembro de 2020.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: PROCESSO nº 01250.044286/2018-93. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO. ÚLTIMA OPORTUNIDADE.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme Ofício nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5280), recebido em 19/06/2020, conforme Rastreamento de Objetos 5988067, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 16/09/2020, por meio do protocolo nº 01245.006277/2020-98, desconsiderando todos os demais, com os mesmos documentos.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.1.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

a. O art. 3º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que **restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria**. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. O ingresso não pode depender de "apreciação da diretoria".

A exigência foi feita no item "3.2.1" do Ofício nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, entretanto, a redação permanece a mesma.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - **garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;**

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Assim disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. **Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável, conforme art. 41, §2º: "§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias."**

5. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Anexos:
não possui



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 20/11/2020, às 10:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5991342** e o código CRC **81E099D3**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6437/2020/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 5991342



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATÁRIO

ANIEL RODRIGUES DE SOUZA
UA DOS FARRAPOS, 806
ILA DANTE
5680-000

CANELA RS

REMETENTE

MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
SPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO,
ONA CIVICO-ADMINISTRATIVA BRASILIA - DF
0067-900



BO525080649BR

UNIDADE DE POSTAGEM

26/11/2020

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA F. ST. A

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

07 DEZ 2020

ENTATIVAS DE ENTREGA

$\begin{array}{c} \text{D} \\ \text{---} / \text{---} / \text{---} \end{array}$
 $\begin{array}{c} : \\ \text{---} : \text{---} \end{array}$
 $\begin{array}{c} \text{D} \\ \text{---} / \text{---} / \text{---} \end{array}$
 $\begin{array}{c} : \\ \text{---} : \text{---} \end{array}$
 $\begin{array}{c} \text{D} \\ \text{---} / \text{---} / \text{---} \end{array}$
 $\begin{array}{c} : \\ \text{---} : \text{---} \end{array}$

SSINATURA DO RECEBEDOR

OME LEGIVEL DO RECEBEDOR

2 WFI PIES1 P FWCOUNTOU
LONA MELO

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR:01250.049191/2019-47;
1 - OF:4741/2020;
1 - COREC;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE
[3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO
[4] DESCONHECIDO [9] OUTROS
[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INDEFERIMENTO**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: f. **4/14 (4687139)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

f. 4/ (5886639)

5. Ata de constituição: (3219275) Registra

da no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

(4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Abdon de Andrade e Silva – 5886637	Cidadania	027718101074 31/07/1971	556.918.971-87	não
VICE-PRESIDENTE – Inocência Moreira Soares – f. 3	PSDB	010984551007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	PODE	032576751074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	068323081058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649)e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º-**requerimento à diretoria**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 18- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24/26

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º 9/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 14/17
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 14/17, 31/32
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14/17
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 14/17
- k) Critérios de eleição dos administradores: 27
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5525254)
- 2.2 Certidão FGTS: 5525254
- 2.3 Certidão PGFN : **5525257**
- 2.4 Certidão CNDT: (5525254)
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (5525254 e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.

21/05/2020: NT 16626/2019 recebida em 27/09/2019, resposta em 30/09/2019 e 04/10/2019: estatuto social: foram efetuadas as alterações, entretanto, inseriu texto no art. 3º, que submete à diretoria o ingresso de associado, o que não é permitido. Alteração do presidente, sem apresentação do documento que comprove nacionalidade e maioria. Não é possível renovar certidão PGFN. Renovadas pesquisas TSE, TRF1 e TJGO, Radar ok.

15/10/2020: Ofício 19250/2020 recebido em 19/06/2020, resposta em 16/09/2020: diversos protocolos, nº 01245.006277/2020-98 contém todos os documentos solicitados. Estatuto: manteve a redação do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

art. 3º que o ingresso de novos associados se dá mediante “requerimento à Diretoria”, o que foi expressamente indicado para correção. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE,. TRF1 e TJGO. Última oportunidade.

27/01/2021: Of. 6437/2020 recebido em 07/12/2020, pedido de prorrogação de prazo em 06/01/2021: o pedido é tempestivo, entretanto, de acordo com o art. 41, §1º, Port. 4334/2015 e alterações, o prazo é improrrogável. A alegação da entidade, de que não consta no art. 3º a condição para o ingresso de novos associados não altera o entendimento adota pela COREC e mesmo CONJR, pois, se o requerimento deve ser apresentado à diretoria, esta poderá rejeitá-lo. Se constasse ao menos, que a diretoria não pode indeferir, estaria de acordo com a legislação. Processo indeferido.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOMProcesso nº: **01250.044286/2018-93.**Assunto: **INDEFERIMENTO. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONÇA**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em virtude da publicação do Edital nº 112/2018, no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Após análise realizada, observou-se a existência de pendências que acarretam o indeferimento do pedido, conforme a seguir descrito:

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e	Art. 43,	Não saneamento de irregularidades,	O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 41 e 42 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 6437/2020/MCOM (5991342). O Ofício foi recebido pela Interessada, em 07/12/2020, conforme Aviso de Recebimento (6404779), tendo constado a expressa comunicação de que não seria permitida a prorrogação de prazo, e que seria a última oportunidade para correção das pendências, nos itens "4 e 5": <i>"4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, caput, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. <u>Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável, conforme art. 41, §2º:</u> "§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias."</i> 5. <i>Salienta-se que esta solicitação será a ÚLTIMA que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao indeferimento do pedido de outorga, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018."</i>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	inciso I	após a diligência prevista nos art. 41 e 42.	A entidade apresentou por meio do protocolo nº 53115.000264/2021-75 petição 6324066, com pedido de prorrogação de prazo, e argumentos de seu entendimento acerca da regularidade do estatuto social. Apesar da tempestividade do pedido, conforme explanado, não é permitida a prorrogação de prazo nesta fase: <i>Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.</i> <u>§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.</u> <i>§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.</i> Assim, decorrido o prazo para cumprimento da exigência, sem apresentação do estatuto social com as devidas correções, o processo deve ser indeferido por descumprimento de exigências.
---	----------	--	---

CONCLUSÃO

- Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas comunica o **indeferimento** do processo.
- O prazo para interposição de recurso administrativo contra esta decisão é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- Em caso de dúvida, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.
- Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/02/2021, às 08:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2021, às 09:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/02/2021, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6408256** e o código CRC **2863CCA6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6408256



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 35 / 2021

O **DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA** ao uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 964/2021/SEI-MCOM, constante do processo nº 01250.044286/2018-93, de sorte a INDEFERIR o pedido da **Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM**, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 09/03/2021, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6408399** e o código CRC **70CDC15A**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6408399



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 1887/2021/MCOM

Brasília, 09 de março de 2021.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM** acompanhada do despacho que trata do **indeferimento** do pedido de outorga.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
5. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.
6. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/03/2021, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6408486** e o código CRC **0B999949**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1887/2021/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 6408486

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

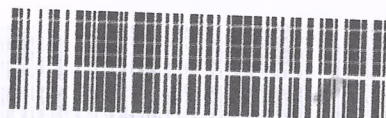
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

**AVISO DE RECEBIMENTO AR**DATA DE POSTAGEM
10/03/2021**DESTINATÁRIO**ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV. PRESIDENTE VARGAS,, 0
CENTRO
73860-000

SAO DOMINGOS GO

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

REMETENTEMINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
Esplanada dos Ministérios Bloco R,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70044-900

BO932749069BR

TENTATIVAS DE ENTREGA1ª 19/03/21 09:28
2ª
3ª1 - pr:01250.044286/2018-93;
1 - of:1887/2021;
1 - corsec;

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- ☒ [1] MUDOU-SE
☐ [2] ENDEREÇO INCORRETO
☐ [3] NÃO EXISTE NÚMERO
☐ [4] DESCONHECIDO
☐ [5] RECUSADO
☐ [6] NÃO PROCURADO
☐ [7] FALCADO
☐ [8] FALCIDO
☐ [9] OUTROS

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Gilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteiro
Matrícula de Entrega 229-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

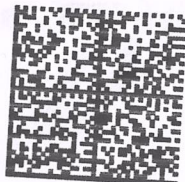
Nº DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA REGISTRADA
FATURADO

Volume: 1/1
Peso(g): 00030



Nome Legível: _____

Documento: _____

Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV. PRESIDENTE VARGAS,
CENTRO
73860-000 SAO DOMINGOS/GO



Obs: processo:01250.044286/2018-93
corec/serad

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
Esplanada dos Ministérios Bloco R, SERAD/COREC
Zona Cívico-Administrativa
70044-900 Brasília/DF



AO REMETENTE

AC SÃO DOMINGOS	
☐ MUDOU-SE	☐ AUSENTE
☐ NÃO EXISTE N° INDICADO	☐ FALECIDO
☒ ENDEREÇO INSUFICIENTE	☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO	☐ DESCONHECIDO
☐ OUTROS	
22 MAR 2021	
☐ INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO SINDICATO	
☐ REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL	
DATA:	RUBRICA:

31/03/2021 José da Silva
Ativ. Carteiro
112.729-9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 7849/2021/MCOM

Brasília, 09 de abril de 2021.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 1887/2021/SEI-MCOM, e documentos que o acompanharam, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: ilegível.
2. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.
4. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar, CEP 70044-900/ Brasília/DF.

Atenciosamente,

Anexos:

Ofício 1887 (6408486)

Nota Técnica 964 (6408256)

Despacho de Decisão 35 (6408399)



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 12/04/2021, às 08:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6999971** e o código CRC **1F8A3674**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7849/2021/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 6999971

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

DESTINATARIO
ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV PRESIDENTE VARGAS, 00
CENTRO - SAO DOMINGOS - GO
73860-000

B7320387057BR



SERAD/COREC PR01250044286/2018-93 OF 7849/2021

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERADDEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Guilmar José da Silva
Ag. de Car. - Ativ. Carteiro
Matrícula 8.133.729-9

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

ABDON DE ANDRADE E SILVA

DATA DE ENTREGA

29/04/21

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N.DOC. DE IDENTIDADE

3100846
557/60



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 9358/2021/SEI-MCOM

Processo nº: 01250.044286/2018-93.

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** localizada em **São Domingos**, estado de **Goiás**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União em 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 964/2021/SEI-MCOM (6408256) o requerimento de outorga da entidade foi **indeferido** em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 41 e 42 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 6437/2020/MCOM (5991342).

O Ofício foi recebido pela Interessada, em 07/12/2020, conforme Aviso de Recebimento (6404779), tendo constado a expressa comunicação de que não seria permitida a prorrogação de prazo, e que seria a última oportunidade para correção das pendências, nos itens "4 e 5":

"4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, caput, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. **Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável, conforme art. 41, §2º: "§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias."**

5. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e 13/04/2018."

A entidade apresentou por meio do protocolo nº 53115.000264/2021-75 petição 6324066, com pedido de prorrogação de prazo, e argumentos de seu entendimento acerca da regularidade do estatuto social.

Apesar da tempestividade do pedido, conforme explanado, não é permitida a prorrogação de prazo nesta fase:

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Assim, decorrido o prazo para cumprimento da exigência, sem apresentação do estatuto social com as devidas correções, o processo deve ser indeferido por descumprimento de exigências.

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 1887/2021/MCOM (6408486), e reenviado por meio do Ofício nº 7849/2021/MCOM, recebido em 29/04/2021 conforme AR Postal (7278024), tendo a entidade **até o dia 30/07/2021 para recorrer** em virtude da Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, que suspendeu os prazos até 30 de junho de 2021.

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** Recurso administrativo conforme documento protocolado em **30/07/2021** sob o nº 53115.021146/2021-09, alegando, em suma, que:

Representando a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, faço uso desse expediente para em resposta ao Ofício 1887/2021/MCOM e NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM, recorrer da decisão de indeferimento do pedido de outorga dessa requerente por entender improcedente, conforme argumentos a seguir.

Os membros da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM em AGE, como forma de garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão da comunidade ingressar no quadro de associados, no intuito de no futuro evitar que seu ingresso seja impedido ou dificultado pela Diretoria, resolveu incluir no Estatuto Social da entidade, mais precisamente no seu Art. 3º a necessidade da SOLICITAÇÃO DE INGRESSO SER FEITA MEDIANTE REQUERIMENTO À DIRETORIA, ficando o Art. 3º com a seguinte redação:

"Art. 3º - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de atuação da entidade e de execução do serviço de radiodifusão comunitária, bem como de pessoas jurídicas sem fins lucrativos nela sediadas, mediante requerimento à Diretoria e preenchimento de ficha cadastral."

Vale aqui salientar que no Art. 3º e nem qualquer outro Artigo do Estatuto Social dessa requerente, menciona e tampouco torna obrigatório que o ingresso de novos associados está condicionado a análise e aprovação da Diretoria. Com a apresentação ao Ministério das

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Comunicações do Estatuto Social com a alteração acima mencionada, essa requerente recebeu o OFÍCIO Nº 6437/2020/MCOM de 09/11/2020 no qual foi notificada para retirar do Art. 3º o trecho que diz "mediante requerimento à Diretoria" por estar em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria.

OFÍCIO Nº 6437/2020/MCOM

3.1. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.1.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

a. O art. 3º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. O ingresso não pode depender de "apreciação da diretoria".

A exigência foi feita no item "3.2.1" do Ofício nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, entretanto, a redação permanece a mesma.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: A Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.

A entidade ao receber o Ofício, vendo que não daria tempo para atender dentro do prazo, não atentou que nessa solicitação não caberia prorrogação de prazo, a mesmo assim solicitou, onde na solicitação de prorrogação de prazo explicou que a exigência de requerimento consta no Art. 3º do Estatuto não condicionada à aprovação da Diretoria, mas mesmo assim teve o processo indeferido, conforme decisão no OFÍCIO Nº 1887/2021/MCOM e NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM.

Ocorre que, de forma cristalina, o Estatuto Social da entidade não condiciona o ingresso, como associado, à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado. O intuito dos membros dessa requerente foi de garantir que qualquer cidadão ingresse na entidade e o requerimento para ingresso como associado é justamente a forma de OFICIALIZAR O PEDIDO do cidadão em ingressar na entidade, que com o requerimento devidamente protocolado, caso haja uma negativa ou dificuldades impostas pela Diretoria, poderá buscar seus direitos na justiça, o que não seria possível caso permanecesse o requerimento verbal.

O preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, como bem diz, é simplesmente para fins cadastral, devendo primeiramente haver o requerimento para que o ingresso como associado seja de fato oficializado, afinal, até mesmo para ter acesso ao formulário cadastral deve haver um requerimento por parte do interessado em ingressar na entidade.

O Art. 4º que trata da demissão do quadro social da entidade, determina que para demitir-se do quadro social da entidade, é necessário manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade de carta datada e assinada, ou seja, se para sair é necessário a oficialização por escrito, é correto que para entrar também seja necessário a manifestação por escrito, que no caso seria o requerimento.

ESTATUTO SOCIAL

Art. 4º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, demitir-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade de carta datada e assinada.

A redação do Estatuto em seu Art. 3º, no qual exige o requerimento à Diretoria para ingresso de associado, já passou por análise no processo Nº. 01250.042205/2019-00, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA INTERATIVA FM de Betânia do Piauí-PI, inclusive foi analisado pelo corpo jurídico CONJUR do Ministério das Comunicações e foi considerado de acordo com o Código Civil, ou seja, o processo em que o Estatuto da entidade tem a mesma redação do Estatuto dessa Requerente, passou pela CONJUR, foi aprovado e autorizado pelo Ministro das Comunicações, conforme Portaria Nº 2.104/SEIMCOM DE 2 DE MARÇO DE 2021 publicada no DOU de 17/03/2021.

Uma entidade que tem o Estatuto com a mesma redação que o Estatuto dessa requerente, que no Art. 3º exige o requerimento à Diretoria para ingresso como associado e teve sua documentação instruída, analisada e parecer favorável pela Conjur, foi autorizada pelo Ministro, então é direito dessa requerente EXIGIR tratamento igual, como determina a Lei, pois as duas entidades estão em situação idêntica, mas com tratamento diferenciado.

No processo administrativo sempre deve vigorar a AUTOLIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, não se pode dar o direito a uns, e a outros não. O direito é uniforme e a redação de um artigo de uma lei ou da Constituição Federal não é diferente para um determinado cidadão, AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DEVEM GUARDAR UM MÍNIMO DE COERÊNCIA, NÃO SE ADMITINDO, POR ISSO, TRATAMENTO DIFERENCIADO HIPÓTESES RIGOROSAMENTE IDÊNTICAS.

Não cabe aqui querer dizer que foi cometido um possível erro na análise do processo da entidade de Betânia do Piauí-PI, pois o processo Nº. 01250.042205/2019-00, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA INTERATIVA FM passou por todas as fases de análise e, análise jurídica, relatório final, revisão final na Conjur e em todas essas fases, nenhuma delas viu qualquer ilegalidade no Art. 3º do Estatuto Social da entidade.

Dessa forma, nada impede que o Ministério das Comunicações reconsidere a decisão de indeferimento do processo Nº. 01250.044286/2018-93, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, tendo em vista que o motivo do indeferimento procede, pois o Art. 3º não condiciona o ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado, tão somente determina que o ingresso como associado seja feito e oficializado mediante requerimento à Diretoria e preenchimento de ficha cadastral, não vinculado a nenhuma aprovação seja pela diretoria ou por Assembléia Geral.

Manter o indeferimento em base em uma decisão improcedente, terá como efeito a penalização dessa requerente e da comunidade local que é desassistida por um veículo de comunicação, na cidade não tem outra rádio comunitária autorizada nem com processo em tramitação, assim, faz-se necessário reconsiderar esse decisão de indeferimento para que essa requerente não seja penalizada injustamente.

Mesmo não concordando com a exigência do Ministério das Comunicações, mas para evitar a perda do processo de outorga, os membros Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

dessa requerente, contrariados e se sentindo acuados, decidiram alterar o Estatuto Social afim que atender à exigência do Ministério das Comunicações, assim, encaminho em anexo o Estatuto Social devidamente alterado.

Tendo em vista que o processo Nº. 01250.044286/2018-93, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM foi autorizado cc Estatuto IDÊNTICO dessa requerente, requeiro TRATAMENTO IGUAL PARA HIPÓTESES RIGOROSAMENTE IDÊNTICAS, como é o caso (Estat anexo). Tendo em vista que o embasamento para decisão de indeferimento não procede, tendo em vista que o Art. 3º não condiciona o ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado e que apresentamos o Estatuto Social adequado com a exigência do Ministério das Comunicações, faço uso deste expediente para pedir reconsideração da decisão de indeferimento, que o processo siga seu tramite normal e por fim, seja autorizado.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

5. Conforme se constata do relatório de vizinhos (4575011), para o local pretendido, não consta que exista outra entidade interessada na execução do serviço, para o mesmo Edital. Assim, deve-se aplicar ao caso a exceção contida no parágrafo 2º, inciso I do art. 47 da Portaria nº 4.334/2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909/2018 e 1.976/2018:

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas;

6. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo conhecimento **ereconsideração da decisão** que indeferiu o processo, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 05/08/2021, às 14:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 05/08/2021, às 15:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 05/08/2021, às 15:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7958073** e o código CRC **44F3A026**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 7958073



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 475 / 2021

O **DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA** ao uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9358/2021/SEI-MCOM, constante no processo nº 01250.044286/2018-93, de sorte **reconsiderar a decisão** que **indeferiu o pedido de outorga** à **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA**, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, retomando-se a análise processual.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/08/2021, às 22:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7958303** e o código CRC **5EDF9857**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 7958303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 16491/2021/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2021.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9358/2021/SEI-MCOM** acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de indeferimento do processo, em razão do recurso administrativo interposto, para retomada da análise processual.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.
3. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 10/08/2021, às 09:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7958334** e o código CRC **D8EC9F04**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 16491/2021/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 7958334



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATARIO
ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV PRESIDENTE VARGAS, 00
CENTRO - SAO DOMINGOS - GO
73860-000

BZ539145163BR



SERAD/COREC PR01250044286/2018-93 OF16491/2021

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERAD DEOP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º 16/08/21 07:48 h
2º / / : h
3º / / : h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Gilmar José da Silva
Ag. de Corr. - Ativ. Carteiro
Matrícula 8.133.729-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

ABDON DE ANDRADE E SILVA

DATA DE ENTREGA

17/08/21

N.º DOC. DE IDENTIDADE

3100816 55160



radar/Principal/Apoio/Entidade/Consultar/PesquisaEntidadeNaoOutorgada.asp

Município/UF: São Domingos/GO –

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. (4139121)
4. Estatuto Social: Fls. 5 - 15 (7941030) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls.(3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022 (4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022
 - 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls.(3219280) (5886637)
 - 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Abdon de Andrade e Silva	Cidadania	027718101074 31/07/1971	Domingos de Andrade e Silva e Francisca Pereira da Silva	556.918.971-87	Não
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares	PSDB	010984551007 26/05/1958	João José Soares e Leolina Moreira Soares	426.029.981-68	Não
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues	PODE	032576751074 25/03/1976	João Rodrigues de Aguiar e Nair Ferreira de Aguiar	768.636.381-34	Não
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior	Não	068323081058 01/03/2000	Lindomar Ferreira Rodrigues e Josmaria Ferreira da Silva	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. (3219281)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)
11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (3559728)

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

13. Estatuto social: 5 - 15 (7941030)

13.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 18**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 19-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 18**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 24-25**

13.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- h) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3,4 e 11**



s e deveres dos associados: **Art. 7-8**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 29-30**

e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 27**

f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 31-33**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 30**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 11-12**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-17**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

14. Certidões:

14.1 CNPJ: (8192981)

14.2 Certidão FGTS: (8192981)

14.3 Certidão PGFN : (8192977) **Não emitida**

14.4 Certidão CNDT: (8192981)

14.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5991328)

15. Pesquisa Anatel (8192981) e Radar (5991313)

16. Anexo 6/ART: fl. (4139119)

17. Despacho Técnico de aprovação (4575017)

OBSERVAÇÕES: 01/10/2021: Processo instruído sendo necessário apenas a regularização da Certidão de PGFN.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 01/10/2021, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8192570** e o código CRC **5C9F77FC**.



BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 28.682.123/0001-79 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir/ResultadoEmissao/NDUkODk3OCMyMzQ2Nzg5IyojKjl4NjgyMTIzMDA...

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 18:18:57 do dia 01/10/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c)

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/Consultas Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c)

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS
UF GO	ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	
TELEFONE (63) 8454-6336		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/10/2021** às **18:18:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/09/2021 a 19/10/2021

Certificação Número: 2021092000575902421632

Informação obtida em 01/10/2021 18:20:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 30271141/2021

Expedição: 01/10/2021, às 18:19:38

Validade: 29/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****
---	----------------	----------------------

CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
--------------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	TELEFONE (63) 8454-6336
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/04/2022** às **10:06:55** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 10:09:11 do dia 13/04/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2022 a 10/05/2022

Certificação Número: 2022041110080327829446

Informação obtida em 13/04/2022 10:09:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 11698228/2022

Expedição: 13/04/2022, às 10:12:53

Validade: 10/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 28.682.123/0001-79 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (</Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 8549/2022/MCOM

Brasília, 13 de abril de 2022.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - São Domingos/GO

Assunto: PROCESSO nº 01250.044286/2018-93. SANEAMENTO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme art. 42 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018: *"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária"*.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

3.1.1. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (9679482). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL



Nota-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 13/04/2022, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9679520** e o código CRC **21BFB651**.

Anexos:

- Certidão PGFN - Não emitida (9679482)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8549/2022/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 9679520



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**

Data/Hora: **27/04/2022 10:50:12**

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	GO	Município:	São Domingos
Município		Canal	Frequência
São Domingos		200	87,9

Usuário: **franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado**

Data: **27/04/2022**

Hora: **10:50:12**

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdnImprimir=true
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****	
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/04/2022** às **11:07:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:08:33 do dia 27/04/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79
Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2022 a 10/05/2022

Certificação Número: 2022041110080327829446

Informação obtida em 27/04/2022 11:08:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
CNPJ: 28.682.123/0001-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:13:00 do dia 27/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/10/2022.

Código de controle da certidão: **971F.4CD0.6A5C.EAF0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 13044225/2022

Expedição: 27/04/2022, às 11:09:14

Validade: 24/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI 9749357.

Brasília, 27 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/04/2022, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749534** e o código CRC **2B3CBB9C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9749534



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA

Adicionar filtro

Campo

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Abdon de Andrade e Silva

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Inocência Moreira Soares

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Divino Ferreira Rodrigues

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Lindomar Ferreira Rodrigues Junior

Adicionar filtro

Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

28682123000179

Adicionar filtro

Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas



▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a



Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém



Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a



55691897187

Adicionar filtro

Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO ▼

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas



▼ Filtros

☒ Situação

todos ▼

☒ Tipo

igual a ▼

Atividade de Inspeção ▼

☒ Tipo de inspeção

contém ▼

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos ▼

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a ▼

42602998168

Adicionar filtro Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exportar para

Atom

CSV

PDF

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Tarefas

...

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

76863638134

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- todos
- ☒ Tipo
- igual a
- Atividade de Inspeção
- +
- ☒ Tipo de inspeção
- contém
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade
- igual a
- 06118069166

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☐ Limpar

☐ Salvar

Nenhuma informação disponível

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat:

132403

Lon:

461854

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar



Nenhuma informação disponível

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 27 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/04/2022, às 11:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749677** e o código CRC **1CB2FABD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9749677



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: São Domingos/GO –

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: 112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

Canal/Frequência: 200 - 87,9 (9749299)

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. (4139121)
4. Estatuto Social: Fls. 5 - 15 (7941030) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls.(3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022 (4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: Fls.(3219280) (5886637)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Abdon de Andrade e Silva	Cidadania	027718101074 31/07/1971	Domingos de Andrade e Silva e Francisca Pereira da Silva	556.918.971-87	Não
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares	PSDB	010984551007 26/05/1958	João José Soares e Leolina Moreira Soares	426.029.981-68	Não
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues	PODE	032576751074 25/03/1976	João Rodrigues de Aguiar e Nair Ferreira de Aguiar	768.636.381-34	Não
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior	Não	068323081058 01/03/2000	Lindomar Ferreira Rodrigues e Josmaria Ferreira da Silva	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. (3219281)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)
11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (3559728)

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**13. Estatuto social: 5 - 15 (7941030)****13.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 18**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 19-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 18**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 24-25**

13.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- h) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3,4 e 11**

s e deveres dos associados: **Art. 7-8**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 29-30**

e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 27**

f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 31-33**

g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 30**

h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 11-12**

i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-17**

j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**

k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

REVISÃO FINAL:

14. Certidões:

14.1 CNPJ: (9749357)

14.2 Certidão FGTS: (9749357)

14.3 Certidão PGFN : (9749357)

14.4 Certidão CNDT: (9749357)

14.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9749534)

15. Pesquisa Anatel (9749357) e Fiscaliza (9749677)

16. Anexo 6/ART: fl. (4139119)

17. Despacho Técnico de aprovação (4575017)

OBSERVAÇÕES: 27/04/2022: Processo instruído.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/04/2022, às 11:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749695** e o código CRC **BFD19F6**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 01/08/2018, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Abdon de Andrade e Silva
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro
Coordenadas geográficas: 13°24'03"S de latitude e 46°18'54"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(4139121)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 5 - 15 (7941030)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(3219275)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(3219278) (4687140)
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade dos dirigentes.	(3219280) (5886637)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(3219281)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(3219273)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(4139119) - Despacho COREC_MCOM_RADCOM (4575017)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	9749357
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	9749357
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	9749357
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	9749357



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	9749357
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9749677) (9749676)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas o Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COREC_MCOM_RADCOM(4575017), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (4575011).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (9749534).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 28/04/2022, às 13:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 28/04/2022, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 29/04/2022, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/05/2022, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749808** e o código CRC **6EB9B287**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA F inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 9749808



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 19369/2022/MCOM

Brasília, 04 de maio de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 05/05/2022, às 16:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9786400** e o código CRC **3C566A21**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 19369/2022/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 9786400



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATARIO

ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

AV PRESIDENTE VARGAS SN,
CENTRO - SAO DOMINGOS - GO

73860-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

BY444151380BR



SERAD/COREC PR 01250044286/2018-93 OF 8549

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Gilmar Jose da Silva

Agente de Correios

Matricula: 9.133.729-8

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

27, 04, 2022

N DOC. DE IDENTIDADE

61 85941



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

NOTA n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, com base no Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.
2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD afirmou que não havia outros concorrentes, estando a Associação interessada habilitada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 1391/2019/SEI-MCTIC (SEI 3800121)**.
3. A revisão final do processo de outorga foi realizada pela **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MC (SEI 9749808)**, que concluiu favoravelmente ao deferimento do pleito, remetendo o feito para análise desta Consultoria:

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.
4. Todavia, um aspecto merece melhor análise, a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à regularidade do processo em questão, vindo à tona, assim, adequada proteção para a Administração Pública e para os administradores envolvidos contra eventuais vícios que poderiam existir.
5. O **Despacho COREC_MCOM_RADCOM 3800101** relata que *"de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00, presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663)"*.
6. Trata-se do presidente da entidade à época do pedido. A área técnica, no entanto, não teceu quaisquer considerações sobre a questão, **o que merece esclarecimentos**.
7. Assim, sugiro a devolução do caso ao órgão técnico responsável, para que se possa, após a complementação da instrução, nos termos expostos, exarar manifestação sobre o procedimento.

À consideração superior.

Brasília, 23 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 893965256 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 23-05-2022 14:23. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01115/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo a NOTA n. 01115/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborada pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. Conforme os termos da NOTA n. 01115/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Secretaria de Radiodifusão devem adotar as providências apresentadas nos itens 5 e 6 ou informar eventual fato impeditivo.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida recomendação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para análise conclusiva.

Brasília, 23 de maio de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Por delegação da Consultora Jurídica da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, na forma do art. 4º da Portaria nº 3.255, de 2021, publicada no Boletim Especial nº 49, de 2021.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 893981344 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 23-05-2022 14:46. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/893981344

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento da Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/05/2022, às 16:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9909254** e o código CRC **414CC450**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9909254



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: 01250.044286/2018-93

Referência: Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335)

Interessado: Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM

Assunto: Outorga. Consulta Conjur. Devolução dos autos.

À CGOU

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento da Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335) e providências cabíveis.

Brasília, 23 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 23/05/2022, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9909467** e o código CRC **93284D67**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9909467



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Esclarecimentos.**

Informo que em atenção a Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335), no processo de interesse de ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO, a execução Clandestina do Serviço de Radiodifusão Comunitária só é impeditivo para o prosseguimento do processo quando constatado nos cinco anos que antecedem a publicação do Edital de habilitação e durante o curso do processo de outorga. Embora no COREC_MCOM_RADCOM (3800101), não tenha sido esclarecido essa questão, constou a data de 10/06/2005 treze anos antes da publicação do edital do qual a entidade em referência é participante.

Dessa forma, deve ser dado prosseguimento ao processo, com o encaminhamento das devidas minutas, à autoridade competente.

Brasília, 24 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 24/05/2022, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9911939** e o código CRC **611BDE2C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9911939



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 6983/2022/SEI-MCOM

Processo nº: 01250.044286/2018-93.

Assunto: RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 9908335), a Consultoria Jurídica deste Ministério devolveu os autos a esta Coordenação-Geral de Outorgas, a fim de que fossem tomadas as seguintes providências:

4. Todavia, um aspecto merece melhor análise, a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à regularidade do processo em questão, vindo à tona, assim, adequada proteção para a Administração Pública e para os administradores envolvidos contra eventuais vícios que poderiam existir.
5. O Despacho COREC_MCOM_RADCOM 3800101 relata que "de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, existe, nessa localidade registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00, presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663)".
6. Trata-se do presidente da entidade à época do pedido. A área técnica, no entanto, não teceu quaisquer considerações sobre a questão, o que merece esclarecimentos.
7. Assim, sugiro a devolução do caso ao órgão técnico responsável, para que se possa, após a complementação da instrução, nos termos expostos, exarar manifestação sobre o procedimento.

3. Sobre o assunto cumpre-nos informar que:

3.1 A entidade em questão apresentou a documentação em atendimento ao Edital 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2018;

3.2 A constatação da execução clandestina do serviço, segundo pesquisa realizada no sistema de fiscalização da época (RADAR), ocorreu em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, ou seja, 13 e 11 anos respectivamente antes da apresentação dos documento em atendimento ao Edital nº 112/2018;

3.3 Visto que esta consulta é feita com base no Art. 25, inciso V da portaria 4334/2015 com suas alterações: "V - a execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço;", entende-se assim, que o analista da época, considerando que a data em que ocorreu a execução clandestina era superior aos cinco anos previstos na portaria, não viu necessidade para esclarecimentos.

3.4 Por fim, na última pesquisa realizada no sistema mais recente da ANATEL, o FISCALIZA, que agora é o sistema oficial para a realização das consultas em substituição ao RADAR, conforme consta no Despacho COREC_MCOM9749677, não restou constatado que a entidade tenha executado o serviço sem a outorga do Poder Concedente nos últimos cinco anos que antecedem a publicação do edital e nem durante o curso do processo de outorga até o presente momento.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Outorgas opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento do feito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 24/05/2022, às 14:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 24/05/2022, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga substituto**, em 30/05/2022, às 08:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9911266** e o código CRC **E69988CB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 9911266

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício Interno nº 20655/2022/MCOM

Brasília, 10 de maio de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 6983/2022/SEI-MCOM (9911266)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 6983/2022/SEI-MCOM (9911266), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 31/05/2022, às 19:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9940952** e o código CRC **53BD5A96**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 20655/2022/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 9940952



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE,
SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

NOTA n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

EMENTA: Pedido de outorga de radiodifusão Comunitária. Edital 112/2018. Localidade de São Domingos, no Estado de Goiás.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. A Nota Técnica 6983/2022 (SEI 9911266) dispõe:

“3. Sobre o assunto cumpre-nos informar que:

3.1 A entidade em questão apresentou a documentação em atendimento ao Edital 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2018;

3.2 A constatação da execução clandestina do serviço, segundo pesquisa realizada no sistema de fiscalização da época (RADAR), ocorreu em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, ou seja, 13 e 11 anos respectivamente antes da apresentação dos documento em atendimento ao Edital nº 112/2018;

3.3 Visto que esta consulta é feita com base no Art. 25, inciso V da portaria 4334/2015 com suas alterações: "V - a execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço;" entende-se assim, que o analista da época, considerando que a data em que ocorreu a execução clandestina era superior aos cinco anos previstos na portaria, não viu necessidade para esclarecimentos.

3.4 Por fim, na última pesquisa realizada no sistema mais recente da ANATEL, o FISCALIZA, que agora é o sistema oficial para a realização das consultas em substituição ao RADAR, conforme consta no Despacho COREC_MCOM [9749677](#), não restou constatado que a entidade tenha executado o serviço sem a outorga do Poder Concedente nos últimos cinco anos que antecedem a publicação do edital e nem durante o curso do processo de outorga até o presente momento.”
[Destaques nossos].

3. A Lei que institui a Radiodifusão Comunitária, Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, aduz:

“Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

agosto de 1962, e demais disposições legais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001).

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.” (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001).

4. Um dos requisitos para prestação do serviço de radiodifusão está descrito no artigo 15, § 2º, inciso IX, do Decreto 52.795/1963, Regulamento de Serviços de Radiodifusão:

“Art. 15. Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa:

[...]

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017) [Destacamos].

5. A radiodifusão vale-se da Lei de Ficha Limpa como parâmetro de idoneidade para contratar com a União. Invoque-se, ainda, o artigo 1º, inciso I, alínea “e”, item 1, todos da Lei Complementar 64/90, citado como requisito de execução do serviço de radiodifusão pelo RSR supracitado:

“Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

*e) os que forem condenados, em **decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena**, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)*

I. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)” [Grifamos].

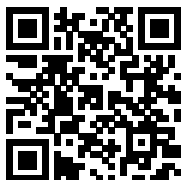
6. Dito isso, verifica-se que as normas do ordenamento jurídico colocam um requisito para prestação do serviço de radiodifusão que pode estar sendo inobservado (ausência de condenação criminal transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa aos crimes da Lei da Ficha Limpa). Portanto, retornem os autos para a Secretaria de Radiodifusão, a fim de promover diligências para verificar se houve condenação da empresa ou seus sócios ou dirigentes pelo crime de radiodifusão clandestina e qual o status atual das investigações e feitos a tal respeito (artigo 70 da Lei 4.117/62). Para tanto, oficie-se ao Ministério Público Federal do Estado de Goiás.

Brasília, 27 de junho de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 920854751 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-06-2022 13:45. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751)

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE,
SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01503/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

1. Aprovo a NOTA n. 00328/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborada pela Dra. Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. Conforme os termos da NOTA n. 00328/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Secretaria de Radiodifusão deve adotar a providência apresentada no item 6 ou informar eventual fato impeditivo.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida recomendação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para análise conclusiva.

Brasília, 27 de junho de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Por delegação da Consultora Jurídica da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, na forma do art. 4º da Portaria nº 3.255, de 2021, publicada no Boletim Especial nº 49, de 2021.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073369-920909603>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 920909603 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-06-2022 15:20. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento da Nota nº 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740) e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/06/2022, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10097284** e o código CRC **ABD509CE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 10097284



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

PARECER Nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.048668/2012

INTERESSADO: Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pedro Ometto

ASSUNTO: Exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Consulta acerca da idoneidade dos dirigentes.

I – Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.

II – Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.

III – O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.

IV – Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.

V - Devolução dos autos à SCE.

Senhor Consultor Jurídico,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 2395/2013 (fl. 394), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pedro Ometto, participante da seleção para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.



2. Durante a instrução processual, foram requeridas as certidões criminais dos dirigentes da entidade, a fim de averiguar sua idoneidade moral. Em resposta, constatou-se a existência de algumas demandas judiciais, notadamente de natureza criminal, em face de seu presidente, a saber, o Senhor Márcio Roberto de Almeida, segundo certidões de objeto e pé de fl. 292 e 381 e s.. Observa-se que há processos ainda inconclusos, pendentes de apreço de recurso, bem como outros nos quais foi absolvido ou teve extinta a punibilidade.

3. A par da situação ora descrita, solicita a SCE, por meio da já referida Nota Técnica nº 2395/2013, orientações quanto ao procedimento a ser adotado no caso.

4. É o relatório.

5. A situação em questão já foi objeto de apreço por esta CONJUR, ocasião em que foi proferido o **PARECER Nº 579/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU** (no PROCESSO Nº 53000.014517/2011, em resposta a consulta formulada por essa SCE quanto à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU); destaque-se que, em verdade, o referido Parecer tratou igualmente de outras questões, dentre as quais a ora consultada. Nesses termos, transcrevem-se os seguintes excertos *in verbis*:

(...)

5. Referida cota tem por condão aperfeiçoar, diante da legalidade, isonomia e moralidade da Administração Pública, o procedimento adotado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica no processo de escolha da entidade, interessada na obtenção de autorização para a prestação de serviço de radiodifusão comunitária. O artigo 21 inciso XII alínea "a" na Constituição Federal estabelece que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão; O legislador infraconstitucional ao legislar sobre a radiodifusão comunitária, escolheu o ato administrativo da autorização para a obtenção do serviço por particular, e o fez por este ser ato discricionário e precário, já que o serviço de radiodifusão comunitária tem um caráter totalmente especial, visto que não há pagamento de valores para a obtenção do serviço, sendo este por vezes, o único serviço de radiodifusão a ser prestado na localidade, se revelando em serviço de alta relevância pública. Com este objetivo, para a fiscalização, proteção dos princípios que devem pautar atuação da administração pública, se faz necessário, após a escolha da possível entidade com possibilidade de obtenção da autorização para a prestação do serviço, que esta junte aos autos as certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência dos dirigentes da entidade, e que a Secretaria de Comunicação Eletrônica com o apoio da Anatel, verifique se aquela entidade possui imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina junto àquela Agência.





6. A juntada pela entidade, antes da apresentação do projeto técnico, das certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência de seus dirigentes, é documento imprescindível para a verificação da idoneidade moral destes, já que administram e traçam diretrizes da entidade que possivelmente irá prestar serviço público com potencial influência sobre a população e a cidadania, tanto assim e, que os próprios executores dos serviços de radiodifusão afirmam ser formadores de opinião, ou seja, de possuírem uma forma peculiar de influência sobre a sociedade.

7. A avaliação da idoneidade moral dos dirigentes da entidade, bem como da própria entidade, encontra respaldo na legislação de radiodifusão, mormente no artigo 34 alínea "a" da Lei nº 4117/62, aplicável ao serviço de radiodifusão comunitária de acordo com o estabelecido no artigo 2º da Lei 9612/98, (...):

(...)

9. A idoneidade moral dos dirigentes será aferida por meio da juntada das certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência dos dirigentes. **No caso de haver positivação de certidão criminal atestando estar algum dirigente respondendo a imputação de alguma infração penal, a entidade deverá ser comunicada, em homenagem à ampla defesa, a publicidade e ao contraditório, de que a superveniência de uma sentença penal condenatória transitada em julgado acarretará a perda de sua autorização, ato administrativo precário.** O trânsito em julgado da sentença penal condenatória deverá ser um marco em respeito ao estatuído no artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal, o princípio constitucional da presunção de inocência.

(...)

a) Em relação ao item 1, que diz respeito ao momento em que deverá ser solicitada as certidões criminais dos dirigentes da entidade junto à Justiça Estadual e Federal, esclarecemos que o momento propício à solicitação é a etapa final de instrução do processo selecionado para a obtenção da outorga, que segundo o Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, seria o momento de apresentação do projeto técnico, se restringindo o pleito apenas a entidade escolhida como possível operadora do serviço de radiodifusão comunitária. **Quanto à possibilidade do Ministério das Comunicações solicitar a entidade, em caso de positivação da certidão criminal de algum dirigente, a substituição deste por dirigente apto, por ser questão "interna corporis" da entidade, tal solicitação não caberá a este Ministério, devendo este comunicar à entidade que a positivação da certidão com posterior condenação penal transitada em julgado, acarretará a desconstituição da autorização obtida. No caso da entidade modificar o quadro diretivo espontaneamente, não existe óbice para a não aceitação deste, desde que juntada as certidões criminais do novo dirigente.** [grifos nossos]



(...)

6. Com base, pois, nas considerações supra, pode-se concluir o seguinte:

(i) a condenação criminal, com trânsito em julgado, independentemente da natureza do tipo penal, de algum dirigente da entidade vencedora da seleção pública do serviço de radiodifusão implicará na sua exclusão e consequentemente arquivamento de seu processo, caso opte a entidade por manter referido membro em seu quadro diretivo, visto que deixou de cumprir requisito legal (idoneidade moral);

(ii) também segundo apontado no Parecer acima transcrito, é possível, sim, o saneamento do vício apontado, com a substituição espontânea pela entidade do diretor condenado, caso o processo administrativo ainda esteja em curso (inclusive em sede recursal).

7. Acrescente-se, por oportuno, ainda, o seguinte: mesmo se estivesse diante de decisão condenatória transitada em julgado, com aplicação da correspondente pena, deteria o então condenado a possibilidade de permanecer no quadro diretivo da entidade, desde que presentes as benesses decorrentes da figura da reabilitação. Aprofunda-se o tema.

8. A pessoa do condenado que tenha cumprido integralmente sua pena tem o direito de, preenchidos determinados requisitos legais, requerer a correspondente declaração judicial de que estão cumpridas ou extintas as penas que lhe foram impostas. Trata-se, pois, da reabilitação, antevista pelos arts. 93 a 95 do Código Penal e arts. 743 a 750 do Código de Processo Penal. Sobre o assunto, ensina Mirabete¹:

A reabilitação é um direito do condenado que preenche os requisitos legais, decorrente da sua reintegração social após o cumprimento da pena. Diante de sua natureza e pressupostos, o pedido de reabilitação só cabe em hipótese de ter havido sentença condenatória com trânsito em julgado. É inadmissível, portanto, no caso de ter sido decretada extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, ainda que intercorrente ou retroativa.(...)

9. Assim, nos termos do art. 94 caput do CP, a reabilitação poderá ser requerida decorridos dois anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução. Ainda segundo Mirabete, "*é insito à finalidade do instituto de ser de efeitos totais, gerais, assegurando o sigilo de todos os registros e a suspensão dos efeitos de todas as condenações.*"

¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 11. ed. Atlas: São Paulo, 2003. p.p. 1808-1809.



397
gm

10. Assim, para fins da reabilitação, faz-se mister preliminarmente a condenação e cumprimento da pena em si. Nesse sentido decidiu o Tribunal de São Paulo: "A existência de pena criminal é pressuposto da reabilitação, pelo que não cabe esta se foi declarada extinta a punibilidade do réu pela prescrição da pretensão punitiva" (TACRSP – RJDTACRIM 3/159). "Declarada extinta a punibilidade, pela ocorrência da prescrição da ação penal, inexistente, pois, condenação. Destarte, não pode ser reabilitado quem não foi punido" (TJSP – RT 423/365).

11. De todo modo, a reabilitação, ainda que não seja o caso em apreço, deverá restar inequivocamente comprovada nos autos (análise no caso concreto).

12. Em razão do exposto, sugere-se o retorno dos autos a SCE a fim de que comunique a entidade acerca da situação ora apresentada, advertindo-a de que, caso opte por manter em seu quadro de dirigente membro em face de quem advenha decisão criminal condenatória com trânsito em julgado (e que não se enquadre na situação de reabilitação supra), a situação poderá implicar na exclusão da entidade da seleção (ou, caso já tenha sido brindada com a outorga, na sua extinção, visto ter deixado de preencher requisito legal obrigatório – idoneidade moral), podendo, no entanto, a entidade, por iniciativa própria, promover a substituição do diretor em tela e permanecer no procedimento seletivo.

À consideração superior.

Brasília, 19 de dezembro de 2013


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 5435/2013/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.048668/2012

INTERESSADO: Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pedro Ometto

ASSUNTO: Exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Consulta acerca da idoneidade dos dirigentes.

Aprovo o PARECER Nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 6 de janeiro de 2014.


JOSE FLAVIO BIANCHI
Consultor Jurídico





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

27323389/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

OU

CPF n. 693.043.431-00

Certidão emitida em 06/03/2023, às 09:31:57 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 05/03/2023, às 17:05:55.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 27323389

Código de Validação: 952B 2170 6A2D 5997 D2FB 1823 3EB7 A844

Data da Atualização: 05/03/2023, às 17:05:55



3/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : **104414542350**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Nome da Mãe : Maria Mirtes de Sousa Ribeiro

Data de Nascimento : 17/09/1975

CPF : 69304343100

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tigo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) somente positivam ações penais e execuções penais;

e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;

f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.

g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104414542350**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 6 de março de 2023, às 09:40:28

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 6 de março de 2023



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Ato Publicado Digitalmente em 06/03/2023 às 09:40:28
Pelo código: 104414542350, no endereço: <https://projudi.tigo.jus.br/CertidaoPublica>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N^o : **104014502294**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Nome da Mãe : Maria Mirtes de Sousa Ribeiro

Data de Nascimento : 17/09/1975

CPF : 69304343100

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tigo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104014502294**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 6 de março de 2023, às 09:50:41

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 6 de março de 2023

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Ato Publicado Digitalmente em 06/03/2023 às 09:50:41
pelo código 104014502294, no endereço <https://projudi.tigo.jus.br/CertidaoPublica>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : **104214532236**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

CNPJ : 28682123000179

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positivam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104214532236**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 6 de março de 2023, às 09:44:36
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 6 de março de 2023



al de Justiça do Estado de Goiás
ato Publicado Digitalmente em 06/03/2023 às 09:44:36
ção pelo código: 104214532236 no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

27323888/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

OU

CNPJ n. 28.682.123/0001-79

Certidão emitida em 06/03/2023, às 09:45:43 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Goiás.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Goiás (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 05/03/2023, às 17:05:55.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 27323888

Código de Validação: 2A3F D1EF BB02 781D C07D 211C 6C16 6212

Data da Atualização: 05/03/2023, às 17:05:55



3/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 01250.044286/2018-93.

Assunto: RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU10096740), a Consultoria Jurídica deste Ministério devolveu os autos a esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal a fim de que fossem tomadas as seguintes providências:

5. A radiodifusão vale-se da Lei de Ficha Limpa como parâmetro de idoneidade para contratar com a União. Invoque-se, ainda, o artigo 1º, inciso I, alínea “e”, item 1, todos da Lei Complementar 64/90, citado como requisito de execução do serviço de radiodifusão pelo RSR supracitado: “Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: [...] e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010) 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)” [Grifamos].

6. Dito isso, verifica-se que as normas do ordenamento jurídico colocam um requisito para prestação do serviço de radiodifusão que pode estar sendo inobservado (ausência de condenação criminal transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa aos crimes da Lei da Ficha Limpa). Portanto, retornem os autos para a Secretaria de Radiodifusão, a fim de promover diligências para verificar se houve condenação da empresa ou seus sócios ou dirigentes pelo crime de radiodifusão clandestina e qual o status atual das investigações e feitos a tal respeito (artigo 70 da Lei 4.117/62). Para tanto, oficie-se ao Ministério Público Federal do Estado de Goiás.

3. Sobre o assunto informa-se que na análise do processo efetuada nesta Coordenação, constatou que um dos então dirigentes – **e não a entidade** – o Sr. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o Serviço, em 2005 e 2007, tendo sido verificado, na análise inicial, conforme constam das observações do checklist 3800120:

“OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN/FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (Anexo SEI nº 3559663 e Despacho SEI nº 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.”

4. Notificada a entidade por meio da Nota Técnica nº 1391/2019/SEI-MCTIC (3800121), em resposta apresentada em 02/05/2019 por meio do protocolo nº 001250.011063/2019-21, a entidade apresentou nova ata de eleição, com a substituição da pessoa física que havia executado o serviço clandestinamente, conforme lhe fora facultado.

5. Conforme consta do processo, na data da distribuição do processo de outorga perante esta Pasta, não havia qualquer ação penal em curso, nem mesmo condenação que houvesse transitado em julgado em face de **Robesvaldo de Sousa Ribeiro**, que levasse à inabilitação da entidade, conforme dispõe o art. 25 da Portaria nº 4.334/2015 e suas alterações:

Art. 25. São hipóteses de inabilitação:

I - a inscrição na Seleção Pública por entidade que não seja associação civil ou fundação;

II - apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22;

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza;

IV - o não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no **caput** do art. 24;

V - a execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço; ou

VI - quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

² As hipóteses dos incisos III e VI, quando constatadas no curso do processo de outorga, são vícios insanáveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

6. Vale lembrar que a aplicação aos processos de radiodifusão comunitária, das disposições do Decreto 52.795/1963, Regulamento de Serviços de Radiodifusão, é subsidiária, vez que a questão está expressamente tratada na legislação específica aplicada ao Serviço em questão, conforme consta do art. 2º da Lei nº 9.612/1998, e, mesmo assim, aquele Decreto não foi infringido: não havia condenação criminal transitada em julgado.

7. Na análise do processo de outorga, foram aplicadas as considerações constantes do Parecer nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (10768360), que assim orienta:

I – Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.

II – Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.

*III – O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. **Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.***

IV – Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.

V – devolução dos autos à SCE.”

8. Com base em tal entendimento da D. Conjur, foi dada à entidade a possibilidade de alterar o quadro diretivo, o que foi prontamente atendido.

9. Assim, não havia óbice para o deferimento da Outorga por esta Coordenação-Geral, uma vez que **(i)** não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina e **(ii)** o dirigente Robesvaldo foi substituído, não possuía – e não possui até esta data – nenhum processo criminal, ou condenação criminal com sentença transitada em julgado, conforme certidões em anexo (10768394).

10. Diante do exposto, devolvendo os autos à Conjur, solicita esclarecimentos sobre a necessidade de remessa de ofício ao Ministério Público Federal de Goiás, tendo em vista a legalidade do deferimento da outorga, e o tempo transcorrido desde aquela constatação pela Anatel, que ocorreu e foi interrompida em 2005/2007.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento do feito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 07/03/2023, às 13:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 13:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 16:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768363** e o código CRC **C7AA15C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 01250.044286/2018-93

Interessado: Paulo HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

Assunto: RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 3470 (10768363), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para consulta acerca da possibilidade de prosseguimento do feito.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/03/2023, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10772216** e o código CRC **F61A278F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10772216



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 32927/2023/MCOM

Brasília, 20 de março de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363), a qual trata do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

Dessa forma, de ordem, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 20/03/2023, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10792693** e o código CRC **1312BDBD**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10792693



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA
TERRA RONCA FM**

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM**, cuja conclusão é no sentido de deferimento do requerimento apresentado;

III. Viabilidade jurídica do pedido, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e para submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Restituição dos autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

Senhor Coordenador-Geral,

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 62927/2023/MCOM (10792693)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o procedimento administrativo em epígrafe, cujo teor versa sobre a seleção pública para autorização do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**.

2. Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE tornou público o **Edital de Seleção Pública nº 112, de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 04 de junho de 2018**, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em diversas localidades, inclusive em **São Domingos/GO**, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e para apresentação de documentação instrutória.

3. A **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, consoante os termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. Registre-se, ainda, que a SECOE opinou "*pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica*", conforme se verifica do item 8, da referida Nota Técnica.
5. Cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e com a exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 9749808 - parte final - SUPER).
6. Em princípio, esta Consultoria Jurídica solicitou maiores esclarecimentos a respeito da instrução processual no que tange à situação jurídica do presidente da entidade vencedora do certame, dados os indícios nos autos de que ele praticou o crime de radiodifusão clandestina (art. 70 da Lei nº 4.117/62).^[1]
7. Com efeito, neste momento, retornam os autos à Conjur para reanálise, tendo a SECOE ratificado o seu posicionamento no sentido de que não há óbice para o deferimento da outorga uma vez que 1) não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina e 2) que, ainda que não exista processo ou condenação criminal em seu desfavor, conforme certidões em anexo (10768394), o dirigente Robesvaldo foi substituído.
8. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

9. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
10. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o Serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
11. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
12. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

13. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

14. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

[CONSTITUIÇÃO FEDERAL]

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

[LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998]

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº



10.597, de 2002)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

[DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998]

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

15. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

[PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015]

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.



Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

(...)

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o art. 23, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em



apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

(...)

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(...)

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.



§3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

(...)

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

16. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

17. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada a apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

II.3. ANÁLISE DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

18. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e no processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

19. A SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme se verifica do teor do **Checklist (9749695)**, e, como foi relatado, a referida Secretaria opinou pelo deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**.

20. Em relação à tempestividade do requerimento administrativo deduzido pela entidade, tem-se que o **Edital de Seleção Pública nº 112, de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 04 de junho de 2018**, estabeleceu o prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória, sendo o prazo final da inscrição o dia 03 de agosto de 2018. Logo, o pedido da entidade interessada é tempestivo, visto que foi apresentado em 01 de agosto de 2018, como aborda a referida Nota Técnica produzida pela SECOE.

21. No teor do requerimento da citada Associação, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I, da Portaria nº 4.334, de 2015 (que são as constantes no seu anexo II). Neste ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo, do art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64, de 1990 (Lei da Ficha Limpa). Além disso, os dirigentes da Associação declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Verifica-se também que a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**, atestou o seguinte sobre o requisito do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998:



6. De acordo com o Despacho COREC_MCOM_RADCOM ([4575017](#)), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos ([4575011](#)).

23. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 13), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334, de 2015 - (7941030). Além disso, a SECOE deve atentar para que o referido Conselho Comunitário esteja funcionado por ocasião da prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24. No que concerne à existência dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a SECOE atesta a inexistência de vínculo de qualquer natureza, como se verifica do item 7.1 do **Checklist (9749695)**.

25. A manutenção do cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, deve ser realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização para execução do serviço de radiodifusão.

26. E por fim, em consideração aos questionamentos trazidos por esta Conjur quanto à situação jurídica do Sr. Robesvaldo de Sousa Ribeiro, responsável por assinar o pedido de autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, na qualidade de presidente da entidade, pontua-se que a instrução processual demonstrou efetivamente que tal fato não se apresenta como um impeditivo ao prosseguimento do feito, eis que, para todos os efeitos, ele foi substituído da função.

27. Nesta esteira, verifico que incidem sobre os caso as mesmas conclusões trazidas pelo Parecer nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, confira-se a sua ementa:

- I - Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.
- II - Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.
- III - O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.
- IV - Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.
- V - Devolução dos autos à SCE.

28. Além disso, é válido mencionar que, conforme explicitado pela SECOE na **NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363)**, "*não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina*" e que até mesmo em face do Sr. Robesvaldo não foi identificado em seu desfavor nenhum processo ou condenação criminal com sentença transitada em julgado, conforme certidões em anexo ([10768394](#)).

29. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a emissão de autorização para a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, com a finalidade de que haja a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III – CONCLUSÃO

30. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de **São Domingos/GO**; ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos elaboradas pela SECOE, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material, inclusive no que diz respeito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

nome do titular do cargo de Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, o Ministro Juscelino Filho; e iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

31. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

32. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e para posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Notas

1. [^] Vide Nota n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335) e Nota n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740).



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1135384900 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 04-04-2023 10:54. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Vitor Carvalho Curvina Costa de Araújo, Procurador da Fazenda Nacional e Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão, referente à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre procedimento seletivo para obtenção de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 6983/2022/SEI-MCOM e da NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da autorização para a Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM .
4. Conforme os termos do PARECER N. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice jurídico para o deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e da Portaria ministerial nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018).
5. Deste modo, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de São Domingos/GO.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



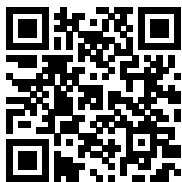
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033)

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c740b04cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c740b04cc4c

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1138073033 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2023 11:14. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00701/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA
TERRA RONCA FM**

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comunitária. Autorização.

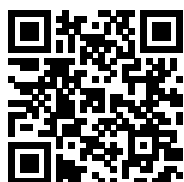
Aprovo o **PARECER n. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO
n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 5 de abril de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1139267014 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2023 14:58. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 9087, DE 10 DE ABRIL DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/05/2023, às 17:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850222** e o código CRC **1D7A0B91**.



Brasília, 10 de abril de 2023.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9087, de 10 de Abril de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/05/2023, às 17:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850225** e o código CRC **1B0770D2**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10850225



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 34217/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 9087/2023/MCOM (10850222) e Exposição de Motivos (10850225)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 5492/2023/MCOM (0749808) e Parecer Jurídico nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU10845987), encaminho a Portaria nº 9087/2023/MCOM (10850222) e Exposição de Motivos (10850225), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 26/04/2023, às 17:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850229** e o código CRC **90FD2C0A**.



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 09/05/2023 16:08:25
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9583640
Data prevista de publicação: 10/05/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20582665	ATO PORTARIA MCOM NA 9092.rtf	c6c0ea98e35964c0195811d8291b1c42	8,00	R\$ 311,36
20582666	ATO PORTARIA MCOM NA 9090.rtf	21a6444afad6ebd3cfe22424efa54cb2	8,00	R\$ 311,36
20582667	ATO PORTARIA MCOM NA 9087.rtf	1d5f7c5b547817cd87ce1c0432dfbc82	8,00	R\$ 311,36
20582668	ATO PORTARIA MCOM NA 8759.rtf	7b0174287467e4d83869d138a9c51eac	8,00	R\$ 311,36
20582669	ATO PORTARIA MCOM NA 9112.rtf	d388ed62c7363077a1548ea862782cc2	10,00	R\$ 389,20
20582670	ATO PORTARIA MCOM NA 9100.rtf	933e2dcd64348bc2a79983c762edea90	9,00	R\$ 350,28
20582671	ATO PORTARIA MCOM NA 9066.rtf	b823097c567a4096e41409da7e53e173	11,00	R\$ 428,12
20582672	ATO PORTARIA MCOM NA 9063.rtf	0acba8d4d3e2cdfafd33fb1b6bd5fdff	11,00	R\$ 428,12
TOTAL DO OFICIO			73,40	R\$ 2.841,16

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/05/2023 | Edição: 88 | Seção: 1 | Página: 76

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 9.087, DE 10 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





BOM DIA
Adauto Soares de Brito Neto
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	GO	Distrito:	
Município:	São Domingos	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Especifico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	CNPJ:	28.682.123/0001-79
Nome Fantasia:	Radio Comunitaria Terra Ronca Fm	Bairro:	CENTRO
Logradouro:	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	Número:	S/N
Telefone:	(63) 98454-6336	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
☐ Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	28682123000179	Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil					
Número do CEP:	73860000	Logradouro:	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS			
Número:	S/N	Complemento:		Bairro:	CENTRO	
Município:	São Domingos	Distrito:		SubDistrito:		
Telefone:	63 98454-6336				Fax:	

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	01250044286201893	Fistel:	50445239689
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	9087	Portaria	MC	10/04/2023	10/05/2023	Outorga	Jur.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c
<http://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

10/05/2023

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 35613/2023/MCOM

Brasília, 11 de maio de 2023

Ao Senhor
Énio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10850225)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9087/2022/SEI-MCOM (10896254), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10850225), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/05/2023, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10900074** e o código CRC **C2C17F71**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10900074



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Brasília, 16 de maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob o nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no DOU de 10/05/2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 13365/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044286/2018-93.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 19/05/2023, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914776** e o código CRC **43464A0A**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10914776



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	
CNPJ: 28.682.123/0001-79	
Endereço de Sede: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.860-000
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO
Nome do representante legal:	ROBESVALDO DE SOUZA RIBEIRO
Endereço eletrônico (e-mail)	abertcomsei@gmail.com

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.860-000
Município: SÃO DOMINGOS-GO	UF: GO

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	S/Nº
Bairro: CENTRO	CEP: 73.860-000
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 13 ° (N/S) 24 ' 03 "
	Longitude: 46 ° W 18 ' 54 "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº **113/2018/SEI-MCTIC**, publicado no Diário Oficial da União de **04/06/2018**, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO		
Cargo: PRESIDENTE	Tit. Eleitor: 038431991082	
RG: 1628985	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 693.043.431-00
Endereço: RUA JK, QD 25, SETOR LESTE		Nº: 05
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Robervaldo de Sousa Ribeiro</i>		

Nome do dirigente: INOCÊNCIO MOREIRA SOARES		
Cargo: VICE-PRESIDENTE	Tit. Eleitor: 010984551007	
RG: 4615380	Órgão Emissor: SSP-GO	CPF: 426.029.981-68
Endereço: AVENIDA MINAS GERAIS, JARDIM PRIMAVERA		S/Nº:
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Inocencio Moreira Soares</i>		

Nome do dirigente: DIVINO FERREIRA RODRIGUES		
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO	Tit. Eleitor: 032576751074	
RG: 2994141	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 768.636.381-34
Endereço: AVENIDA GOIÁS, QD 03, JARDIM PRIMAVERA		Nº: 05
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Divino Ferreira Rodrigues</i>		

Nome do dirigente: LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR		
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES	Tit. Eleitor: 068323081058	
RG: 6316985	Órgão Emissor: SSP-GO	CPF: 061.180.691-66
Endereço: AVENIDA GOIÁS, QD 03, JARDIM PRIMAVERA		Nº: 05
Município: SÃO DOMINGOS	UF: GO	CEP: 73.860-000
Assinatura: <i>Lindomar F. Rodrigues Junior</i>		

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.



- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	CNPJ ou CPF do Contribuinte	28.682.123/0001-79
Instruções As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	UG / Gestão	240101 / 00001
	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN1FDB0A526FB8EC74C5947C256A42434E]	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89920000001-2 00000001010-3 95523151882-4 20421225856-2



31/07/2018 - BANCO DO BRASIL - 12:24:02
217214726 0445

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89920000001-2 00000001010-3
95523151882-4 20421225856-2

Data do pagamento 31/07/2018
Competencia MM/AAAA 07/2018
Data de Vencimento 31/07/2018
CNPJ 28682123/0001-79
Valor Principal 100,00
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR.AUTENTICACAO 9.041.92B.DCB.509.6FE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 4

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 19/09/2017	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS		NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/06/2018** às **09:40:11** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://nfce.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpireva/Cnpireva_Solicitacao.asp

https://nfce.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpireva/Cnpireva_Solicitacao.asp

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ATA AGE 01/2017. DE 18/08/2017,
DELIBERAÇÕES: Fundação, votação e aprovação
do Estatuto Social e eleição e posse da primeira
Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA**
TERRA RONCA FM, de SÃO DOMINGOS-GO.

Aos 18 dias do mês de agosto de 2017, às 14h00min, à **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000**, reuniram-se os membros da comunidade, com o objetivo de **FUNDAR A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, APROVAR O ESTATUTO SOCIAL E ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA DA ENTIDADE**, por aclamação foram escolhidos **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO** para presidir e **EVANDRO DOS SANTOS SILVA** para secretariar esta **AGE**. Fazendo uso da palavra, o presidente explicou a todos que as associações existem para promover o desenvolvimento social, cultural e comunitário, buscando o exercício pleno da cidadania e que têm um papel de suma importância na história da formação e do desenvolvimento das comunidades organizadas. Disse, também, que a criação da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, é fundamental para o caráter de nossa comunidade. Sua função é buscar melhorias sociais, culturais e educacionais em toda sua amplitude, aí incluindo, os aspectos administrativos e também sociais, sendo que, com a entidade devidamente constituída, o próximo passo será lutar por uma rádio comunitária. Dessa forma, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, será o colegiado que irá determinar como deve ser o trabalho da emissora e as contribuições que a rádio comunitária irá beneficiar a população, buscando benefícios e fechando parcerias com outras entidades e instituições de ensino, no intuito de fomentar a educação e cultura de nossa cidade. Todos os presentes concordaram com a importância da criação da associação e da Rádio Comunitária para o nosso município e que todos se dispunham a carrear esforços para o desenvolvimento da entidade e para viabilizar a criação da rádio comunitária, foi colocado em votação e foi **APROVADA POR UNANIMIDADE A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, que a partir desta data, fica devidamente **CONSTITUÍDA**. Em seguida o Presidente apresentou o estatuto social da entidade para apreciação, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, em seguida foi proposta a formação da primeira Diretoria por consenso, que colocada em votação foi aprovada por unanimidade, **ENTÃO O PRESIDENTE APRESENTOU OS NOMES COM SEUS RESPECTIVOS CARGOS PARA A DIRETORIA, QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO, CPF: 693.043.431-00, RG: 1628985 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1975, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA JK, QD 25, Nº 05, SETOR LESTE, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: INOCÊNCIO MOREIRA SOARES, CPF: 426.029.981-68, RG: 4615380 SSP-GO, DATA DE NASCIMENTO: 26/05/1958, NATURALIDADE: SANTANA-BA, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: MOTORISTA, ENDEREÇO: AVENIDA MINAS GERAIS, S/Nº, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: EVANDRO DOS SANTOS SILVA, CPF: 014.076.671-57, RG: 4726688 DGPC-GO, DATA DE NASCIMENTO: 30/12/1984, NATURALIDADE:**



Autenticado eletronicamente por conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b9b4cc4c>

WESLEY CAPTULINO FERNANDES
ADVOGADO

Página 1 de 3
Serv. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás-GO - CEP 73.865-000

39491a-25f8-49bc-9f91-3c74b9b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

JUAZEIRO-BA, **NACIONALIDADE:** BRASILEIRA, **ESTADO CIVIL:** CASADO, **PROFISSÃO:** CONDUTOR SOCORRISTA, **ENDEREÇO:** AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, QD 09, LT 09, CENTRO, **CIDADE:** SÃO DOMINGOS-GO ----- **CARGO:** DIRETOR DE OPERAÇÕES, **NOME:** CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, **CPF:** 876.393.351-91, **RG:** 3529523 SSP-GO, **DATA DE NASCIMENTO:** 18/10/1980, **NACIONALIDADE:** POSSE-GO, **NACIONALIDADE:** BRASILEIRA, **ESTADO CIVIL:** CASADO, **PROFISSÃO:** TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, **ENDEREÇO:** RUA NORBERTO GONÇALVES, QD 34, LT 03, CENTRO, **CIDADE:** SÃO DOMINGOS-GO, **CEP:** 73.860-000. Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, **PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 18/08/2017 À 18/08/2021**, eu, **EVANDRO DOS SANTOS SILVA**, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar o presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Cartório 2º Ofício

Robervaldo de Sousa Ribeiro
ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

CPF: 693.043.431-00

Presidente

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607649

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.t.go.jus.br



CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS Comarca de São Domingos - Goiás

Fone: (62) 3425-

Reconheço verdadeira a firma de

Robervaldo de Sousa Ribeiro

São Domingos, 10 de Setembro de 2017

Em test. *Maria Peregrino Ramos* da verdade.

☒ Marlian Peregrino Ramos - Tabelião

☐ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás - CEP 73.865-000

Wesley Capitulino Fernandes
WESLEY CAPITULINO FERNANDES
ADVOGADO
OAB/MA 16626



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b04b04cc>

Página 2 de 3

Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, St. Alvorada - Divinópolis
de Goiás - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b04b04cc

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Robervaldo de Sousa	Robervaldo de Sousa
Carlos Henriave de Oliveira	Carlos Henriave de Oliveira
Evandro dos Santos	Evandro dos Santos Silva
Sinaciano m Soares	Sinaciano m Soares

20/10/2014

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607650

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607658

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607660

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607662

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

WESLEY CAPITULINO FERNANDES
ADVOGADO
OAB/MA 16626

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.tgo.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b01d4cc4cc>

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS Comarca de São Domingos - Goiás

Fone: (62) 3425-

Reconheço verdadeira a firma de Robervaldo de Sousa

Carlos Henriave de Oliveira

Evandro dos Santos

Sinaciano m Soares

São Domingos, 19 de Setembro de 2014

Em test. [Assinatura] da verdade,

☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã

☐ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS Comarca de São Domingos - Goiás

Fone: (62) 3425-

Reconheço verdadeira a firma de Sinaciano m Soares

[Assinatura]

São Domingos, 19 de Setembro de 2014

Em test. [Assinatura] da verdade,

☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã

☐ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Divinópolis
Goiás-GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b01d4cc4cc

Página 3 de 3
Sev. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Divinópolis
Goiás-GO - CEP 73.865-000

SERVIÇO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO
 Av. 12 de Outubro, Qd. 13, Lt. 06 - St. Alvorada - CEP: 73865-000 - Fone: (62) 3456-1312
 Maria Vanete da Silva Reges - Oficial Designada

Selo Digital : 07881503051032132000010
 Consulte o Selo digital em :
www.extrajudicial.tjgo.jus.br

SERVIÇO DE NOTAS, REG. DE IMÓVEIS E ANEXOS
 CNPJ - 00.078.234/0001-45 Av. 12 de Outubro Qd. 13 Lt. 06 - St. Alvorada - Divinópolis de Goiás - GO
 CEP 73.865-000 - Fone: (62) 3456-1312

Protocolo no Protocolo H-02 sub n° 718 pág. 58
 Registrado no Livro A-04 pág. 179/181, sob n° R-235, no
 Registro de Pes. Jurídica
 Referência a: Nta da Terra Ronca Em
 Divinópolis de Goiás, 19 / 09 / 2017
MS. Silva
 Oficial

Maria Vanete da S. Reges
 Of. Designada
 Port. 018/2010

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jus.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Petição (3219275)

SEI 01250-0442602018-93 / pg. 9

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ATA AGE 01/2018. DE 05/07/2018,
DELIBERAÇÕES: Alteração, votação e aprovação
do novo Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO**
COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM de **SÃO**
DOMINGOS-GO.

Aos 05 dias do mês de julho de 2018, às 09h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação, à **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000.** Fazendo uso da palavra o presidente senhor **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO** disse a todos que devido as alterações na Portaria 4334/2015, publicada pelo Ministério das Comunicações se faz necessário alterar o Estatuto Social da entidade com a finalidade de adequá-lo à nova legislação, o presidente apresentou para apreciação o Estatuto Social da entidade consolidado com as alterações, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.** Sem nada mais a tratar o Presidente encerrou a presente reunião e, eu, **EVANDRO DOS SANTOS SILVA**, Diretor Administrativo, lavrei esta ATA, que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo Presidente e na lista de presença por todos os presentes, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Robesvaldo de Sousa Ribeiro
ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO
CPF: 693.043.431-00
Presidente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
Reconheço verdadeira a firma de *Robesvaldo de Sousa Ribeiro*
São Domingos, 05 de Julho de 2018
Em test. *[Assinatura]* da verdade.
☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos
Selo Digital : 08451803221609094801547
Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br



Sav. de Notas, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.2018/00145 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 06, St. Alvorada - Dnópolis
GO - CEP 73.865-000

LISTA DE PRESENÇA

[Assinatura]
Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/GO 8499-B

Página 1 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40> / pg. 10

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS. CEP: 73.860-000

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
FOR: (62) 3425-
Reconheço verdadeira a firma de Procênio
Moura Sousa
São Domingos, 06 de Julho de 2018
Em test. [Assinatura] da verdade.
☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Marilan Peregrino Ramos - Escrevente

Sev. de Atend. Soc. 0073234-0001-45 - Av. 12 de Outubro, 00.07.2014 - 0001-45 - St. Angra - Datapólis de Goiás - GO - CEP 73.065-000


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 2 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

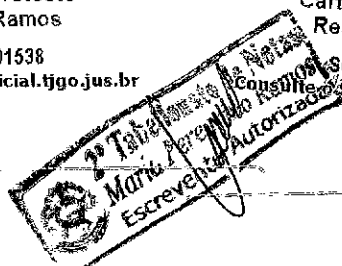
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-13c74f00b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c740064cc41

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601538

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601539

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

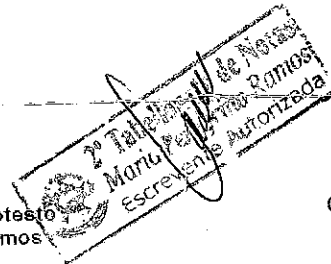
Selo Digital : 08451803221609094601540

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601541

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

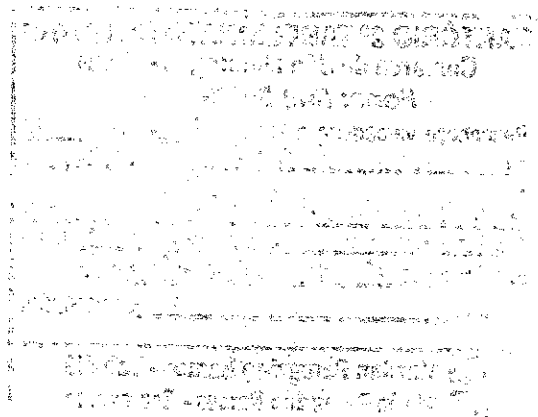
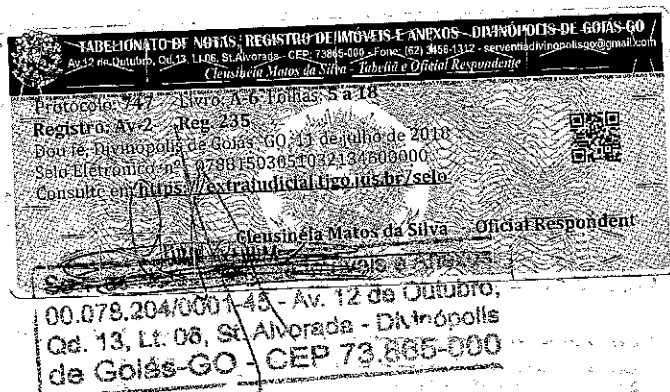
Selo Digital : 08451803221609094601542

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601543

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.tjgo.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Protocolo (3215276)

SEI 01230.044200/2016-93 / pg. 12

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 01º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, doravante denominada ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, de **SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS**, com sede, na **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM utilizará como denominação fantasia **RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 02º- A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I. beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade além de desenvolver o turismo local e suas potencialidades;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social promovendo feiras agropecuárias para amostra de produtos cultivados no município;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- f) Fomentar pela democracia, independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo religioso, convicção política e filosófica;
- g) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva, lutar pela melhoria da saúde e assistência social;
- h) Lutar por melhorias na educação, cultura e desporto, pela economia e trabalho, pela habitação e meio ambiente, apoio a juventude, velhice e migração;
- i) Manter a comunidade em torno da solução de seus problemas.
- j) Promover eventos sociais, de lazer e culturais como feiras, exposições, feiras e cursos agropecuários, mostras culturais, oficinas, cursos profissionalizantes.
- k) Atuar junto aos órgãos competente para buscar moradias através do projeto minha casa minha vida.

Sev. de Ind. e Reg. de Imóveis e Anexos.
00.076.24/000145 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, L. 06, St. Alvorada - Dnópolis
06/06/16 GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40

Robenaldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Página 1 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40> / pg. 13

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- l) Apoiar, colaborar e ajudar o poder público, sempre que for necessário para a organização de eventos culturais e sociais em benefício á comunidade.
- m) Celebrar convenios com o poder público municipal, estadual, federal, autarquias de qualquer natureza e instituições de ensino publico e privado, para execusão de ações educativas, culturais e serviços que gere emprego, que promova geração de renda e desenvolvimento social em beneficio a comunidade local, **nos termos do art. 2º, §1º e §2º.**
- n) Desenvolver projetos sociais de erradicação da fome, com arrecadação de alimentos, distribuição de cestas básicas e desenvolvimento de hortas e lavouras comunitárias.
- o) Construção de moradias com recurso próprio ou por meio de parcerias e/ou convênios com o poder público ou iniciativa privada.

II. **respeitar e atender aos seguintes princípios:**

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o vínculo, a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

§2º É vedada a subordinação o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§3º Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§4º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS

Robervaldo


Wesley Capitullino Fernandes
Advogado
OAB-TO 8499-B

Página 2 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40> / pg. 14

SEV. de Imprensa, Conj. de Imóveis e Arquivos.
00.078.210/5001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, L. 136, St. Alvorada - Distrito Político
00.078.210/5001-45 - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

Art. 03º - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas.

PARAGRAFO ÚNICO - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 04º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

SEÇÃO II DA CATEGORIA DE ASSOCIADOS

Art. 05º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II. **Contribuintes ou Efetivos** – formada por pessoas que se filiaram e que participam efetivamente das reuniões, AG e que contribuem financeiramente com sua mensalidade.
- III. **Honorários** – Formados por aqueles que mereçam o reconhecimento por algum gesto honroso a esta entidade, que os fazem por aclamação serem merecedores deste título vitalício.

Art. 06º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

CAPITULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 07º – São deveres de todos os associados:

- a) Respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e dos órgãos dirigentes da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;
- c) Cooperar com todas as iniciativas e atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- d) Conhecer o Regimento Interno da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- e) Participar das reuniões para as quais forem convocados;
- f) Desempenhar, responsavelmente, as atribuições que lhe forem confiadas;
- g) Zelar pelo nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**.

SEÇÃO II

Roberto


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/GO 8499-B

Página 3 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40> / pg. 15

Sev. de Reg. do Imóvel e Anexos.
00.078.204/2001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lote 17, St. Alvorada - Distrito de
Goiânia - GO - CEP 73.500-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 08º - São direitos de todos os associados:

- I. fica assegurado a todos os associados, pessoa física, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como ter direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes;
- II. fica assegurado, o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativa existentes.
- III. ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito á Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião da Diretoria;
- IV. recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário;

Art. 09º - Os associados perdem seus direitos:

- a) Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- b) Se deixarem de participar das atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, pelo período de 01 (um) ano;
- c) Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- d) Se praticarem atos nocivos ao interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- e) Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** ou de seus membros;
- f) Se praticarem atos ou valerem-se do nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

CAPITULO V DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 10º - O associado deixa de ser membro da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** se praticar, com justa causa, os seguintes atos:

- a) violação do estatuto social;
- b) difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- c) atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- d) desvio dos bons costumes;
- e) conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- f) por falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Art. 11º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

Página 4 de 10

Robenoldo

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc49> / pg. 16

Rev. de Notas, Reg. de Imóveis e Arquivos,
00.078.24/2001-46 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lote 16, St. Alvorada - Damaspolis,
GOIÁS - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc49

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. eliminação do quadro social.

§1º - Havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, devesse ser assegurado ao associado o direito da ampla defesa, devendo ser devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria, ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

CAPITULO VI DOS ORGÃOS E SEU FUNCIONAMENTO

Art. 12º - São órgãos da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA

FM:

- I. assembléia Geral;
- II. diretoria;
- III. conselho Comunitário.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberações da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, será composta por seus associados em dia com seus deveres perante a entidade.

§1º - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, com antecedência mínima de 03 (três) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

§2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

Robervaldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/GO 8499-B

Página 5 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40>

Rev. da Nota, Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.174/2001-45 - Av. 12 de Outubro,
100 - Setor 06, S. Alameda - Orla Norte,
Cidade de Goiás - GO - CEP 73.805-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

§3º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com 10 (dez) dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais e filiados a pelo menos seis meses.

Art. 14º - A Assembléia Geral Ordinariamente ocorrerá:

- I. a cada ano, no dia 30 do mês de Janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais;
- II. a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria;
- III. a cada 04 (quatro) anos para eleição do Conselho Comunitário.

Art. 15º - A Assembléia Geral Extraordinariamente, poderá ser convocada para:

- I. destituição dos dirigentes;
- II. alteração estatutária;
- III. para decisões administrativas;
- IV. alienação de bens imóveis ou móveis;
- V. para admissão e exclusão de associados.

Art. 16º - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de no mínimo 03 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

SEÇÃO II DA DIRETORIA

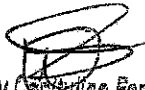
Art. 17º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, **eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.**

§1º - Os membros da Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM poderão ser substituídos para finalização do mandato, mediante decisão em AGE, especialmente convocada para esta finalidade.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 18º - São atribuições da Diretoria:

- I. administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- II. convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. representar a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM em atos públicos ou internos;


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/GO 8499-B

Página 6 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b04cc4> / pg. 18

Sev. de Reg. de Imóveis e Anexos.
00.078.11.0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, N.º 1, St. Alvorada - DA América
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b04cc4

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- IV. realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- V. apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- VII. desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- VIII. criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- IX. alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA DIRIGENTE

Art. 19º - São atribuições do **PRESIDENTE**:

- I. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente;
- II. coordenar e presidir as reuniões da diretoria;
- III. assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação;
- IV. movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;
- V. votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral;
- VI. praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos;
- VII. participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

Art. 20º - São atribuições do **VICE-PRESIDENTE**:

- I. participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- III. substituir o Diretor Administrativo, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto;

Art. 21º - São atribuições do **DIRETOR ADMINISTRATIVO**:

- I. gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade;
- II. dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação;
- III. assinar conta conjunta com os demais responsáveis;
- IV. assinar com o Presidente todo os documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**;
- V. secretariar as reuniões da diretoria;
- VI. lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria;
- VII. dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria;
- VIII. organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

Art. 22º - São atribuições do **DIRETOR DE OPERAÇÕES**:

- I. implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural;

Sev. de Matr. Reg. de Imóveis e Arquivos.
00.078.204/2011-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 13 - Alvorada - DN-Indópolis
Goiás - CEP 73.865-000

Robervoldo

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

- III. supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- IV. promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

SEÇÃO IV DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 23º - O CONSELHO COMUNITÁRIO é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

§1º Em até 30 dias após o início de funcionamento da emissora de rádio, a entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, com regimento próprio, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas, com mandato de 04 anos, sendo admitida a recondução.

§2º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§3º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§4º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 24º - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- I. fiscalizar a programação da emissora;
- II. solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III. fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV. realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V. receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI. submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 25º - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES

Art. 26º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Diretoria, acompanhada de nominata

Robervaldo


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB:TO 8499-B

Página 8 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadigital.jus.br/2239461264250-044286/2018-93> / pg. 20

Petição (3219277)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 20

Gov. de Goiás, Reg. de Imóveis e Arrecadação
00.078.700/2001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lote 16, St. Anacleto - DA. Inicialis
da Colômbia - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - Com exessão da primeira diretoria, somente poderão concorrer a algum cargo da Diretoria, membros com no mínimo 01 (um) ano de associado na entidade e que estejam em dias com suas obrigações estatutárias, devendo para isso, solicitar junto a Diretoria, certidão de nada consta para comprovação de sua real situação perante a entidade.

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

CAPITULO VIII DA PROGRAMAÇÃO

Art. 27º - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPITULO IX DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 28º - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Art. 29º - A receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

§1º - Toda receita deverá ser utilizada única e exclusivamente, para a consecução das finalidades institucionais expressa neste estatuto,

Roberto


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 9 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4c4c0>

Peça 02192747

SEI 01230-04200/2016-93 / pg. 21

Rev. do Estat. Fez. de Imóveis e Anexos
00.078.200.0001-26 - Av. 12 de Outubro,
Cid. 13, Lt. 1, St. Alvorada - D. Indópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4c4c0

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

§2º - Após parecer da Diretoria, os balancetes e prestações de contas das despesas deverão ser levados para aprovação da AG.

CAPITULO X DA REFORMA DO ESTATUTO E A DISSOLUÇÃO

Art. 30º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este estatuto não é reformável no tocante à administração.

Art. 31º - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, observadas as disposições contidas nos Artigos. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 33º - O presente estatuto foi aprovado na **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 01/2018 DE 05 DE JULHO DE 2018** e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Domingos, Estado de Goiás, 05 de julho de 2018.


Robervaldo de Sousa Ribeiro
ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

CPF: 693.043.431-00
Presidente


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Página 10 de 10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b04c40> / pg. 22

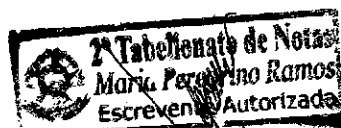
Sev. de M. J. - Sec. de Imóveis e Ações.
00.078.2018/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Ed. 13, Lt. 13 - Av. Anápolis - Anápolis
CEP 73.860-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b04c40

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
 Reconheço verdadeira a firma de Rafael
do de Sousa
 São Domingos, 09 de Quilho de 2018
 Em test. [assinatura] da verdade.
☐ Marilan Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
 Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601545
 Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO
 Av. 12 de Outubro, Qd. 13, Lt. 08, St. Aivorada - CEP 73.865-000 - Fone: (62) 3455-1312 - extrajudicialdivinopolis@gmail.com
 Cléristina Matos da Silva - Tabeliã e Oficial Respondente

Protocolo: 747 - Livro: A-6, folhas: 5 a 18
 Registro: Av. 2 - Reg. 235
 Divinópolis de Goiás - GO, 11 de Julho de 2018
 Selo Eletrônico nº: 07981503051032114600000
 Consulte em: <https://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

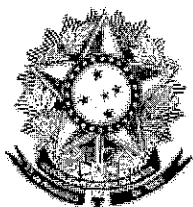
[assinatura] Cléristina Matos da Silva - Oficial Respondente
 Ser. 00.078.204/2007-13 - Av. 12 de Outubro
 Qd. 13, Lt. 08, St. Aivorada - Divinópolis
 de Goiás-GO - CEP 73.865-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jus.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 23

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

AVENIDA 12 DE OUTUBRO, QUADRA 13 LOTE 06, SETOR ALVORADA
CEP 73.865-000 - TEL: (62) 3456-1312 - E-mail: serventiadinópolis@gmail.com

Cleusinéia Matos da Silva
Oficial Respondente

RECIBO

Protocolo nº: 746

Data.....: 11/07/2018 10:07:48

Apresentante....: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Fone:

Natureza: Ata da Assembléia Geral Extraordinária

Recebemos de ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO a importância supra de **R\$ 72,58 (Setenta e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos)**.

Valor Emolumentos...: **R\$ 41**

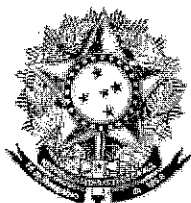
Valor Taxa Judiciária...: **R\$ 13,54**

Fundos Estaduais.....: **R\$ 15,99**

Valor ISS.....: **R\$ 2,05**

Valor Total.....: **R\$ 72,58**

Fundesp(10%=R\$4,10); Funesp(8%=R\$3,28); Estado(5%=R\$2,05); Medidas Penais(4%=R\$1,64); Funemp(3%=R\$1,23); Funcomp(3%=R\$1,23); Advogados Dativos e Sistema de Acesso(2%=R\$0,82); Funproge(2%=R\$0,82); Fundepeg(2%=R\$0,82);



TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

AVENIDA 12 DE OUTUBRO, QUADRA 13 LOTE 06, SETOR ALVORADA
CEP 73.865-000 - TEL: (62) 3456-1312 - E-mail: serventiadinópolis@gmail.com

Cleusinéia Matos da Silva
Oficial Respondente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepublica.org.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> Petição (3219278) SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 24

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

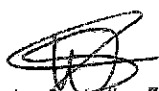
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

ATA AGE 02/2018. DE 05/07/2018, DELIBERAÇÕES: Renúncia dos Diretores de Administração e de Operações, eleição e posse da Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, de SÃO DOMINGOS-GO.

Aos 05 dias do mês de julho de 2018, às 11h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação à AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000. Fazendo uso da palavra o presidente senhor ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO cumprimentou a todos, dando início aos trabalhos. O presidente disse que para se adequar as alterações da Legislação os Diretor Administrativo Sr. EVANDRO DOS SANTOS SILVA e o Diretor de Operações Sr. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA decidiram renunciar aos seus respectivos cargos. Com a vacância da metade dos cargos da Diretoria, os presentes decidiram pela realização de novas eleições, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciou o processo eleitoral para escolha da mesa diretora da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, que por unanimidade os presentes decidiram que a escolha da nova Diretoria seja feita por consenso. Em seguida foi formada para apreciação dos associados uma chapa única, QUE COLOCADA EM VOTAÇÃO, FOI ELEITA POR UNANIMIDADE, ficando assim constituída: CARGO: PRESIDENTE, NOME: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO, CPF: 693.043.431-00, RG: 1628985 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1975, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO, CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA JK, QD 25, Nº 05, SETOR LESTE, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: INOCÊNCIO MOREIRA SOARES, CPF: 426.029.981-68, RG: 4615380 SSP-GO, DATA DE NASCIMENTO: 26/05/1958, NATURALIDADE: SANTANA-BÁ, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: MOTORISTA, ENDEREÇO: AVENIDA MINAS GERAIS, S/Nº, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: DIVINO FERREIRA RODRIGUES, CPF: 768.636.381-34, RG: 2994141 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 25/03/1976, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: SEGURANÇA, ENDEREÇO: AVENIDA GOIÁS, QD 03, LT 05, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000 ----- CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES, NOME: LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR, CPF: 061.180.691-66, RG: 6316985 SSP-GO, DATA DE NASCIMENTO: 01/03/2000, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: ESTUDANTE, ENDEREÇO: AVENIDA GOIÁS, QD 03, LT 05, JARDIM PRIMAVERA, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000. Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 05/07/2018 À 05/07/2022, eu, DIVINO FERREIRA RODRIGUES, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar a presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.


Robesvaldo de Sousa Ribeiro
Robesvaldo de Sousa Ribeiro
CPF: 693.043.431-00
Presidente

Robesvaldo de Sousa Ribeiro
CPF: 693.043.431-00
Presidente


Wesley Capitullino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B



Sev. de Notas, Reg. Imóveis e Anexos
00.078.204/0001-45 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, St. Alameda - DNópolis
de Goiás - GO - CEP 73.865-000

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc40

LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Robervaldo de Sousa Ribeiro	Robervaldo de Sousa Ribeiro
Quino Ferreira Rodrigues	Quino Ferreira Rodrigues
Carlos Henrique de Oliveira	Carlos Henrique de Oliveira
Eduardo dos S. Silva	Eduardo dos S. Silva
Vinícius T. Rodrigues Junior	Vinícius T. Rodrigues Junior
Sandroson M. Soares	Sandroson M. Soares

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
Reconheço verdadeira a firma de Robervaldo de Sousa Ribeiro
Quino Ferreira Rodrigues
Carlos Henrique de Oliveira
São Domingos, 05 de Julho 2018
Em test. Cláudio da verdade.
☐ Marilân Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3425-
Reconheço verdadeira a firma de Robervaldo de Sousa Ribeiro
Quino Ferreira Rodrigues
Carlos Henrique de Oliveira
São Domingos, 05 de Julho 2018
Em test. Cláudio da verdade.
☐ Marilân Peregrino Ramos - Tabeliã
☒ Maria Peregrino Ramos - Escrevente

Serv. de Notas
00.078.204/0001-55 - Av. 12 de Outubro,
Qd. 13, Lt. 05, Alvorada - Divinópolis
de Goiás-GO - CEP 73.865-000

TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO
Av. 12 de Outubro, Qd. 13, Lt. 05, Alvorada - CEP: 73865-000 - Fone: (62) 3456-1312 - serventia@divinopolisgo.com.br
Circunscrição Matos da Silva - Tabeliã e Oficial Respondente
Protocolo: 7461 - Livro: A-6 - Folhas: 1 a 4
Registro: AV - 1 - Reg: 235
Data: 11 de Julho de 2018
Selo Eletrônico: nº: 07881598051032134700011
Consulte em: <https://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>
05.07.2018
Qd. 13, Lt. 05, Alvorada - Divinópolis
de Goiás-GO - CEP 73.865-000

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b46c4c

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601520

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601521

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

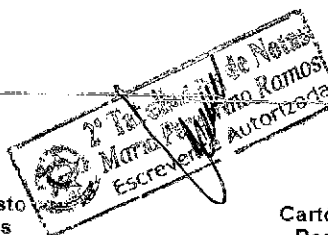
Selo Digital : 08451803221609094601522

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601523

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

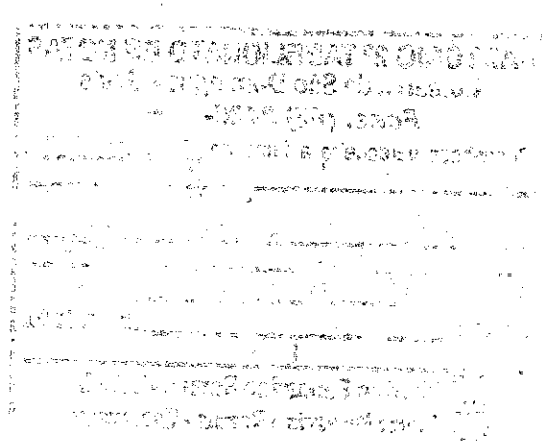
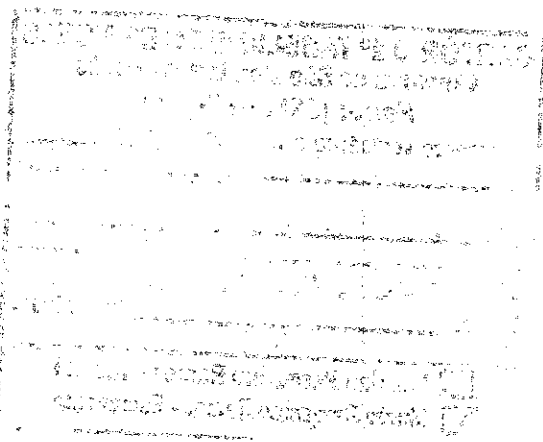
Selo Digital : 08451803221609094601524

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451803221609094601525

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tjgo.jus.br



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.tjgo.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 27

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

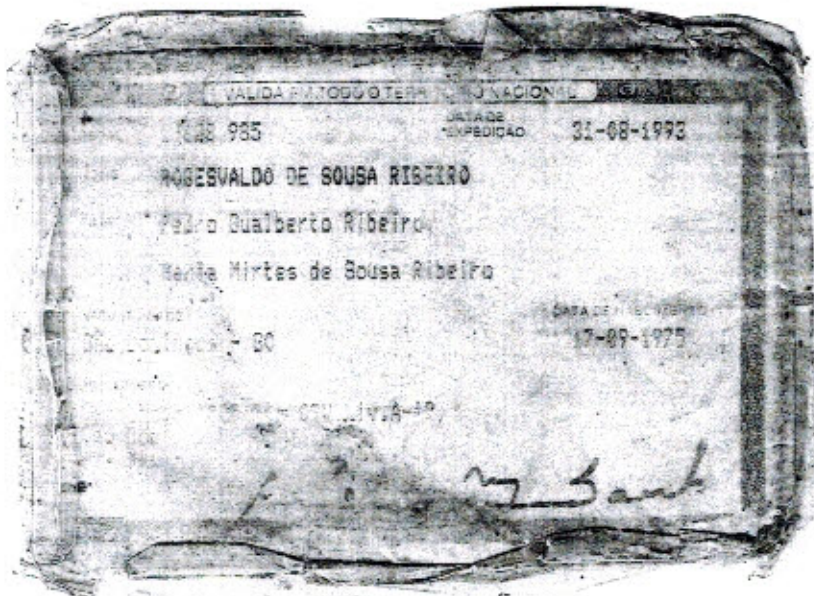
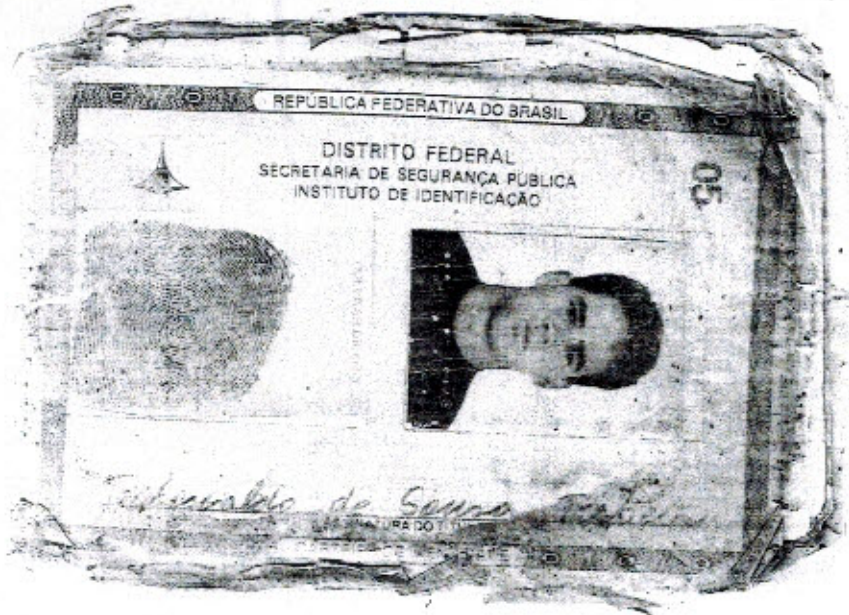
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

- **PROVA DA NACIONALIDADE E MAIORIDADE DOS DIRIGENTES.**
- **DOCUMENTOS PESSOAS DOS DIRIGENTES.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 28



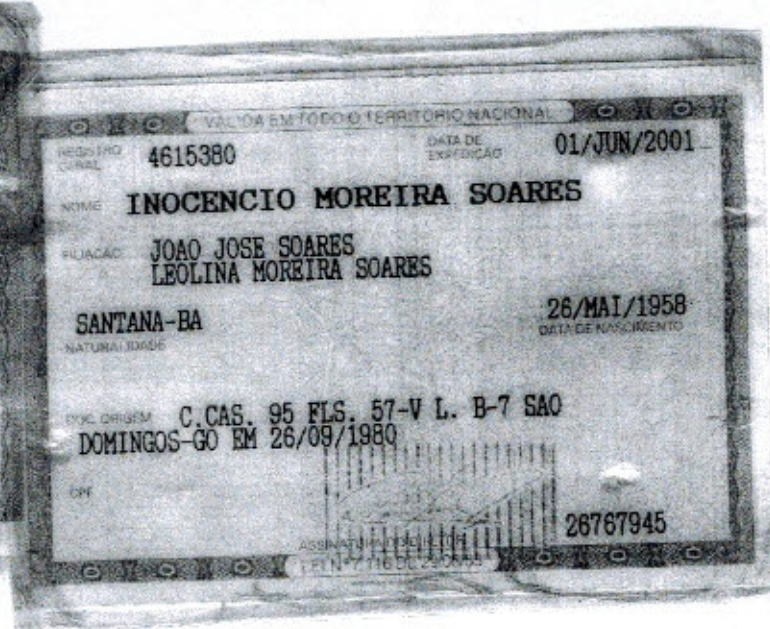
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
NOME ROBERVALDO DE SOUSA RIBEIRO	
DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 1628985 SSP DF	
CPF 693.043.431-00	DATA NASCIMENTO 17/09/1975
FILIAÇÃO PEDRO GUALBERTO RIBEIRO MARIA MIRTES DE SOUSA RIBEIRO	
PERMISSÃO 2	ACC 2
CAT. HAB. 2	
NP REGISTRO 00184631118	VALIDADE 04/12/2019
1ª HABILITAÇÃO 03/07/1997	
OBSERVAÇÕES A	
ASSINATURA DO PORTADOR <i>Robervaldo de Sousa Ribeiro</i>	
LOCAL BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF	DATA EMISSÃO 10/12/2014
Rômulo Augusto de Castro Faria ASSINATURA DO EMISSOR	
DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 29

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 30

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
DIVINO FERREIRA RODRIGUES

DOC. IDENTIDADE / C.R.C. EMISSOR / UF
2994141 SUSP DE

C.R.C.
768.636.381-34

DATA NASCIMENTO
25/03/1976

FILIAÇÃO
JOAO RODRIGUES DE AGUIAR
NAIR FERREIRA DE AGUIAR

PERMISSAO
ACAT. CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
05608222964

VALIDADE
17/11/2019

1ª HABILITACAO
01/10/2012

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
1070775100

PROIBIDO PLASTIFICAR
1070775100

DESAFACAO
EXERCE ATIV REMUNERADA

ASSINATURA DO DETENTADOR
Divino Ferreira Rodrigues

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSAO
23/03/2015

66604873008
DP739155296

Jayme Amorim de Sousa
Diretor - Geral

ASSINATURA DO SERVIDOR

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 31

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 32

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 33

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Carteira de Identidade

Assinatura: Lindomar Ferreira Rodrigues

Carteira de Identidade

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CÍVIL 6316385

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/MAR/2013

NOME LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR

FLUXO LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES
JUSMARI FERREIRA DA SILVA

NATURALIDADE SÃO DOMINGOS GO

DATA DE NASCIMENTO 01/MAR/2010

DEC. ORDEM C NAS 8343 VLS. 240V L. A24 SÃO DOMINGOS GO EM 03/11/2004

CPF 061180691-66

6472572

46160264

UF: GO

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

LINDOMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR

DATA DE NASCIMENTO

01/03/2000

Nº INSCRIÇÃO

0583 2308 1058

ZONA

047

SEÇÃO

0011

MUNICÍPIO

SÃO DOMINGOS/GO

DATA DE EMISSÃO

12/04/2016

JUIZ ELEITORAL

Des. Walter Carlos Lemes

Presidente TRE-GO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

POL BOAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 34

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000

• MANIFESTAÇÕES DE APOIO PJ.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91e3c74b0b4cc4c> / pg. 35

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
RAZÃO SOCIAL: <i>Mitra Diocesana de Formosa</i>		
<i>Paróquia São Domingos de Gusmão</i>		
CNPJ: <i>01.496.660/0013-01</i>		
ENDEREÇO: <i>Praca do Matriz</i>		
BAIRRO: <i>Centro</i>	UF: <i>GO</i>	Nº. <i>07</i>
MUNICÍPIO: <i>São Domingos</i>	CEP: <i>73860-000</i>	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <i>Joaquim Regis Filho</i>		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, CNPJ: 28.682.123/0001-79** que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

São Domingos-GO, aos 05 de julho de 2018.

Jo. Joaquim Regis Filho
ASSINATURA

ATENÇÃO

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:
-Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
-Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 36

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Contribuinte.

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.496.660/0013-01 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL MITRA DIOCESANA DE FORMOSA/GO		DATA DE ABERTURA 18/05/1993	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAROQUIA SAO DOMINGOS DE GUSMAO - SAO DOMINGOS/GO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - ORGANIZACAO RELIGIOSA			
LOGRADOURO PC MATRIZ		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/08/2017 às 11:35:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.ccmara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 37

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Diocese de Formosa - GO

PROVISÃO DE PÁROCO

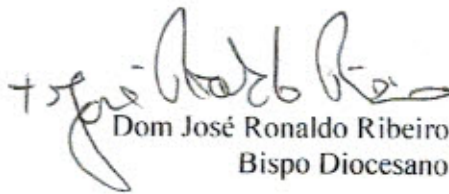
O dever do Bispo é prover as Paróquias de Pastores adequados às necessidades espirituais do Povo de Deus. Em exercício deste dever e com solicitude pastoral, eu, Dom José Ronaldo Ribeiro, Bispo Diocesano de Formosa, tenho por bem pela presente Provisão nomear, como de fato nomeio, o **Reverendo Pe. Joaquim Regis Filho**, do clero diocesano de Formosa, para o cargo de **PÁROCO da Paróquia São Domingos**, em São Domingos-GO, de acordo com os cânones do Código do Direito Canônico que dizem respeito à cura pastoral e administração dos bens paroquiais.

Terá o reverendo Pároco como especial compromisso diante de Deus e do Bispo desta Diocese, fomentar a catequese das crianças, jovens e adultos, promover a sagrada liturgia dentro das normas estabelecidas pela Igreja, incentivar o apostolado dos leigos, suas organizações, comunidades e associações religiosas, zelar pela digna celebração da Santíssima Eucaristia e pela administração dos sacramentos, cuidar da reta e conscienciosa administração dos bens materiais da comunidade local, ter o Conselho Pastoral Paroquial e o Conselho Administrativo, manter os Livros Paroquiais segundo as normas do Código de Direito Canônico e as normas em vigor nesta Diocese, apresentar à Mitra Diocesana os relatórios mensais, com as taxas que lhe são devidas pelo Direito. De modo especial, dedicar-se-á à continuação e conclusão da construção da Igreja Matriz, Capelas e Centro de Pastoral, com rapidez, competência na execução das obras e transparência na administração.

Aos fiéis que fazem parte da Paróquia São Domingos, exorto para que acolham com carinho o seu Pastor, sejam-lhe obedientes, solícitos e colaborem em tudo o que for proposto ou planejado em conjunto.

Esta provisão será lida ao Povo de Deus e transcrita integralmente no Livro de Tombo. Entrará em vigor a partir do dia 06 de fevereiro de 2016

Dada e passada na Cúria Diocesana de Formosa, sob o Sinal e o Selo das Armas da Diocese, aos 25 de janeiro do Ano do Senhor de 2016


Dom José Ronaldo Ribeiro
Bispo Diocesano


Pe. Darci Neres da Rocha
Chanceler



Cúria Diocesana

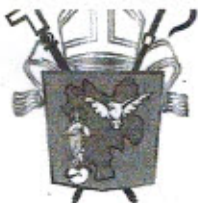
Rua Olímpio Jacinto, 433 - Centro - CEP: 73.801-400 - Formosa - GO - Brasil

Fone/fax: (61) 3631 8837 / (61) 3631 0131 / (61) 9642 2955 - e-mail: curiadiocesanaformosa@hotmail.com

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 38



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Diocese de Formosa - GO



MITRA DIOCESANA DE FORMOSA ATA DA TOMADA DE POSSE DO PÁROCO DA PARÓQUIA SÃO DOMINGOS SÃO DOMINGOS - GO

No dia 06 de Fevereiro do ano 2016, durante celebração da Santa Missa, às 10h00, na Igreja Matriz São Domingos em São Domingos-GO, presidida pelo Bispo Diocesano Dom José Ronaldo Ribeiro, o mesmo Bispo, no uso legítimo de suas atribuições pastorais e jurídicas, outorgou o ofício eclesiástico de Pároco da Paróquia São Domingos, ao Reverendo Pe. Joaquim Regis Filho, do clero diocesano de Formosa-GO, nascido aos 20 de dezembro de 1970 em Goiânia-GO, filho de Joaquim Francisco Regis e de Nelcy de Assunção Regis, portador da carteira de identidade nº. 1980508 SSP/GO e CPF 517.604.871-04. Estavam presentes, o Bispo, sacerdotes, religiosas, seminaristas e numerosos fiéis.

Nada mais a constar, encerrou-se esta ata que, depois de lida, será assinada.
São Domingos-GO, 06 de fevereiro de 2016

+ *Dom José Ronaldo Ribeiro*
Pe. Joaquim Regis Filho
Pe. Wagner Moura da Rocha
Pe. Manoel
Pe. João Manoel Lopes
Pe. Pedro Nogueira
Pe. Carlos Magno N. Habetto
Pe. Joaquim P. Souza
Pe. Maycen Laidem A. Lopes
Pe. Pedro Felipe Macedo Ramos
Pe. Eliton Rodrigues Cardoso
Pe. Jesus Joaquim de Souza
Pe. Glebson Moreira Almeida
Pe. Elvair Gomes dos Santos
Pe. Teófilo
Teófilo
Teófilo
Maria de Látima Pereira, Edite Pereira C. da Silva



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
RAZÃO SOCIAL: CAIXA ESCOLAR CRECHE INFANCIA FELIZ		
CNPJ: 14.544.064/0001-68		
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS		
BAIRRO: CENTRO	Nº. 5140	
MUNICÍPIO: SÃO DOMINGOS	UF: GO	CEP: 73.860-000
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ARLETE PEREIRA DOS SANTOS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, CNPJ: 28.682.123/0001-79** que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

São Domingos-GO, aos 05 de JULHO de 2018.

Arlete Pereira dos Santos

ASSINATURA

Arlete Pereira dos Santos
Diretora da Creche Municipal
Infância Feliz
Decreto nº 056/2017

ATENÇÃO

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:
-Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
-Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 40

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Estado de Goiás
Secretaria da Educação e Cultura
Creche Municipal Infância Feliz.
São Domingos - Goiás

Ata do Conselho Escolar da Creche
Municipal Infância Feliz.

Aos dias vinte e sete (27) de Janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 8:00 (oito horas), nas dependências da creche municipal Infância Feliz, situada à Avenida Presidente Vargas s/nº, esquina com a rua Capitão Antônio Carlos, Centro São Domingos Goiás, iniciou a reunião entre os professores e o grupo gestor desta unidade de ensino, a diretora Arlete falou da finalidade do Conselho Escolar e das mudanças dos membros do (Conselho Escolar desta unidade). Os membros do Conselho foram nesse momento decidido por indicações, onde os mesmos aceitaram. E assim ficou constituída a administração do Conselho Escolar: Presidente Arlete Pereira dos Santos, portadora do RG 5549829 e CPF 909493071-49; Tesoureira: Emília Alves dos Reis portadora do RG 2530115 e CPF 784359001-34; Secretária: Adenilde Batista da Silva Santos portadora do RG 4954979 2ª via e CPF 019215011-11; 1ª Conselheira Zenite Alves dos Santos portadora do RG 530115 e CPF 784359001-34; 2ª Conselheira



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c/46908c04c/>

Petição 02192619

SEI 04250.044266/2018-9

pg 41

Izabela Ferreira Santana Santiago
portadora do RG 3530194-8339260 e CPF
869144641-20; 3ª Conselheira Eliene moreira
dos Santos portadora do RG 1256513 e
CPF 584352801-44; Suplentes: Eliene Rodr
gues dos Nascimento, portadora do
RG 4767073 e CPF 778490191-72. Dilma Soares
marques, portadora do RG 2186312 e CPF 33043
091-49; Representantes dos pais: Kênia Ryann
Almeira Gomes, portadora do RG 4494752
e CPF 010673411-37. A presidente deu por
encerrado a reunião, agradeceu a pr
sença de todos, dando por encerrado
a presente ata e assinada por mim
Adenilde Batista da Silva Santos e os
demais presentes.

São Domingos, 27 de janeiro de 2017

Zenite Alves dos Santos,

Milza de Carvalho Bastos Santos,

Marivânia Fernandes dos Santos

Leonizia Alves dos Santos

Kenia Ryann V. Gomes,

Joana Hobe Soares Barbosa

Izabela Ferreira Santana Santiago

Inácia Simone Cavalcante

Emidia Alves dos Reis

Elisete José dos Reis

Eliene moreira dos Santos

Eliene Rodrigues do Nascimento

Dilma Soares Marques

Eleonice Ribeiro de Almeida

Cléia José da Silva Honorato

Alte Pereira dos Santos.



Schronilde Batista da Silva Santos

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE SÃO DOMINGOS - GO

Protocolado no Livro 1-A, Folha 13, de 13.2017, pag. 12
 Registrado no Livro 1-A, Folha 13, de 13.2017, pag. 12
 137 - Ata Declaração Informacional Feli?

Em São Domingos-GO, 31 de março de 2017
 Marilan Peregrino Ramos
 Oficial Substituto

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - São Domingos-GO

Responsável: Marilan Peregrino Ramos

Selo Digital : 08461503110827096400583

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 Registro de Títulos e Documentos e
 Civil das Pessoas Jurídicas
 Marilan Peregrino Ramos
 Oficial Substituto
 COMARCA DE SÃO DOMINGOS - GO

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos - São Domingos-GO

Responsável: Marilan Peregrino Ramos

Selo Digital : 08461701030909134700008

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tgo.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a25f849bc9f91e3c74b0b4cc4e> / pg. 43

2239491a25f849bc9f91e3c74b0b4cc4e



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ: 01.816.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.367-6
ENDEREÇO: AV. GOIÁS QD. 3 LT. 5 JARDIM PRIMAVERA
CEP: 73860-000 34251151

SANEAGO

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVIÇOS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGO

USUÁRIO :
ENDEREÇO : AV. GETULIO VARGAS CELG 245
BAIRRO : CENTRO O L
CIDADE : SÃO DOMINGOS
CEP : 73860-000

FATURA Nº: 251932000-6

COD: 223.80.01.0000
HIDRÔMETRO: 13L211336

DATA DE EMISSÃO: 09/11/2017
REFERÊNCIA: OUT/2017

CONTA Nº 0753495-7

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
TARIFA ÁGUA - PÚBLICA
CUSTO MÍNIMO FIXO

275,44
12,30

VENCIMENTO: 30/11/2017

VALOR TOTAL (R\$): 288,74

LEITURA ANTERIOR: 941
LEITURA ATUAL: 974

DATA: 29/09/2017
DATA: 31/10/2017

CONSUMO
FATURADO: 33 m3

TIPO DE CONSUMO FATURADO: MEDIDO

CONSUMO ESTIMADO: 45 m3

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)
ABR 00016 MAI 00006 JUN 00007 JUL 00001 AGO 00004 SET 00001
CATEGORIA/ECONOMIA/PESO

MÉDIA: 6

PÚBLICO
001/100

SUA MANIFESTAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA A SAÚDE DE GOIÁS!
OUVIDORIA DO SUS/SES-GO 0800 643 3700 OU OUVIDORIA@SAUDE.GO.GOV.BR

MENSAGEM -2

FATURAS NÃO PAGAS ATÉ O VENCIMENTO SERÃO ACRESCIDAS DE MULTA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DIÁRIA (JURO + INPC), CONFORME REGULACÃO DA AGR (RESOLUÇÕES Nº 08/2014 CRE E 25/2008 CG).

INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR:

Captação: SÃO DOMINGOS

Decreto Federal nº 5.440/2005 - QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

ATENDIMENTO AO CLIENTE:
0800 645 0115

Parâmetros	Cloro	Fluor	Turbidez	Cor	pH	Coliformes Totais	Coliformes Termotolerantes
Previsto	22	0	22	10	0	22	22
Realizado	21	14	21	14	14	21	21
Fora do Padrão	0	8	1	0	1	0	0

Previsto: número de amostras recomendado pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.
Realizado: número de amostras analisadas pela SANEAGO.
Fora do padrão: número de amostras fora dos padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.

Tributação aproximada: R\$ 25,56



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVIÇOS

CIDADE : 223 - SÃO DOMINGOS
BAIRRO : CENTRO
CONTA Nº: 0753495-7

REFERÊNCIA : OUT/2017
DATA VENCIMENTO : 30/11/2017
VALOR TOTAL (R\$) : *****

FATURA Nº 251932000-6

SUB SÉRIE: A VIA SANEAGO
(AUTENTICAÇÃO NO VERSO)

ATENÇÃO SR AGENTE ARRECADADOR: NÃO RECEBER
CONTA SEM EFEITO PARA PAGAMENTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c / pg. 44

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO**, presidente e representante da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, que aos 17 de agosto de 2017, a Sr. **ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO**, CPF: 693.043.431-00, RG: 1628985 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1975, NATURALIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA JK, QD 25, N° 05, SETOR LESTE, CIDADE: SÃO DOMINGOS-GO, CEP: 73.860-000, na qualidade de presidente da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, com sede na AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/N°, CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.860-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rua 08, Quadra 28, Lote 06, Setor Jardim Santa Bárbara, Palmas-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, ANATEL, CARTÓRIO E RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHES EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE – DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito. Assina.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

São Domingos-GO, 21 de agosto de 2017.

Cartório do 2º Ofício de Notas e Protesto
Responsável: Maria Peregrino Ramos

Selo Digital : 08451508211044094607653

Consulte o Selo digital em : www.extrajudicial.tigo.us.br

Robesvaldo de Sousa Ribeiro
Robesvaldo de Sousa Ribeiro

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

CPF: 693.043.431-00

Presidente

2º Tabelionato de Notas
Maria Peregrino Ramos
Escritório Autorizada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://imoleg-autenticidadeassinatura.com.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 45

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

CARTÓRIO 2º TABELIONATO DE NOTAS
Comarca de São Domingos - Goiás
Fone: (62) 3426-
Reconheço verdadeira a firma de
Nome: [Assinatura]
Em test. [Assinatura]
de [Assinatura]
da verdade.
☐ **Marta Peregrino Ramos - Escrevente**
☒ **Martian Peregrino Ramos - Tabelião**

PROCURAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 46

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Petição (3215283)

SEI 01256-044266/2018-93 / pg. 47

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP

DOC. ORIGEM DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smartins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



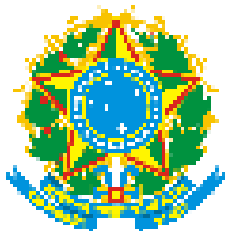
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Petição (3215283)

SEI 01256-04266/2018-93 / pg. 48

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500442862018

9/21/18 9:46 AM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	GO	SÃO DOMINGOS	01250.044286/2018	112	13S2403	46W1854	EMA	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53000.041798/2013	0	13S2353	46W1910	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53670.000853/2001	13	13S2353	46W1910	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000051/1999	5	13S1731	46W2343	DECRE N	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.069868/2013	5	13S1731	46W2343	RAUT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.91	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000060/1999	5	13S1728	46W2339	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNITARIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS
33.13	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.043583/2005	0	13S1725	46W3557	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO VAZANTE
35.30	BA	JEQUIÉ	53640.000094/1999	6	13S0520	46W1520	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL CIDADE SOL
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Relatório de processos vizinhos (5387297)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 49

RadCom - Relatório de Vizinhos2

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos / GO**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2018, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3387301** e o código CRC **6A2E32C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3387301



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 13/11/2018 às 15:22:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infodef.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

Anexo CNPJ (3535259)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 51

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:25:19 do dia 13/11/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



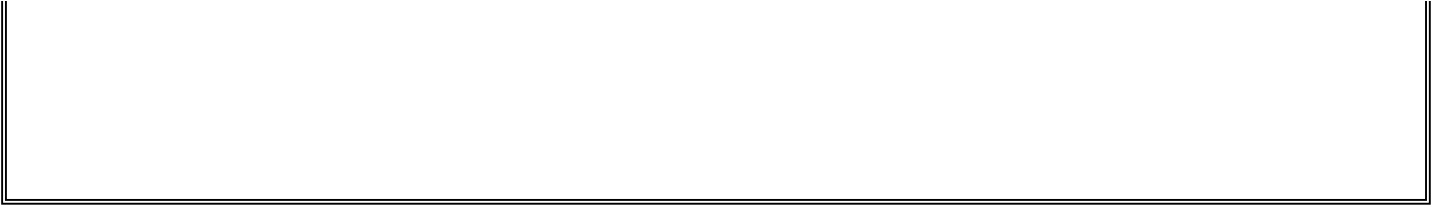
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Anatel (3339649)

SLI 01230.0-4200/2018-93 / pg. 52



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Andar (3359649)

SLI 01290.074286/2018-93 / pg. 53

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 162170837/2018

Expedição: 13/11/2018, às 15:24:01

Validade: 11/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cn dt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo CNDT (3555555) - SEI 01230-044286/2018-93 / pg. 54

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



DADOS DA ENTIDADE

Código da Entidade:	DF20070130		
Tipo de Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
Nome Entidade:	Robesvaldo de Sousa Ribeiro		
Nome Popular da Entidade:	Alternativa FM	CPF da Entidade:	693.043.431-00
Nome do Responsável:	Robesvaldo de Sousa Ribeiro	CPF Responsável:	693.043.431-00
Número da Identidade do Responsável:	1628985	Órgão responsável pela expedição:	SSP-DF
Frequência:	89,70	Sigla da Frequência:	MHZ
Quantidade de Estações Móveis/Portáteis:			
Endereço:	Praça Presidente Vargas, Área Especial	Bairro:	
CEP:			
UF:	GO	Município:	São Domingos
Distrito:	São Domingos	SubDistrito:	
Latitude:	13° 24' 11,00"	Longitude:	46° 18' 42,00"
Hemisfério:	Sul		
Data de identificação da Entidade:	09/10/2007		
Identificada via:	Denuncia	Situação da Entidade:	Desativada
Observação:	>> Entidade interrompida dia 09/10/2007 e teve seus equipamentos apreendidos por meio do Termo de Apreensão 0001DF20070119.		

VISTORIAS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Início da Atividade	Término da Atividade	Procedimento
DF20070119	FOCUS254985.2007	05/10/2007	11/10/2007	Interrupção

EQUIPAMENTOS VINCULADOS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Equipamento
DF20070119	FOCUS254985.2007	NÃO CLASSIFICADO / Mesa de som - Marca:Dobson, Mod: Soundcare / NAO CLASSIFICADO
DF20070119	FOCUS254985.2007	Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM / Caseiro / Caseiro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c
de Barros Santos Lotação: MC Tempo Processamento: 0,5781 Segundos

DADOS DA ENTIDADE

Código da Entidade:	DF20050087		
Tipo de Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
Nome Entidade:	Associação dos Moradores de São Domingos		
Nome Popular da Entidade:	Associação dos Moradores de São Domingos	CPF da Entidade:	693.043.431-00
Nome do Responsável:	Robersvaldo de Sousa Ribeiro	CPF Responsável:	693.043.431-00
Número da Identidade do Responsável:	1628985	Órgão responsável pela expedição:	SSP/DF
Frequência:	89,30	Sigla da Frequência:	MHZ
Quantidade de Estações Móveis/Portáteis:			
Endereço:	Praça Joaquim Pinheiro, AE 7	Bairro:	Centro
CEP:			
UF:	GO	Município:	São Domingos
Distrito:	São Domingos	SubDistrito:	
Latitude:	13° 24' 10,00"	Longitude:	46° 18' 41,00"
Hemisfério:	Sul		
Data de identificação da Entidade:	09/06/2005		
Identificada via:	Fiscalização	Situação da Entidade:	Desativada
Observação:	As atividades da entidade foram interrompidas pela fiscalização em 09/06/2005 com a lacração do transmissor.		

HISTÓRIAS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Início da Atividade	Término da Atividade	Procedimento
DF20050112	RADARU0001FT2005000137	06/06/2005	10/06/2005	Lacração

EQUIPAMENTOS VINCULADOS

Nº da Missão	Nº da Pasta	Equipamento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Anatel Robersvaldo de Sousa Ribeiro (3559663)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 56

Relação de débitos para impressão do boleto

Detalhes dos Débitos:

Data para pagamento informada : 13/11/2018

Entidade: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO - CPF: 693.043.431-00

X	Vencimento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)	Valor Débito	Situação
☐	11/01/2007	2006		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000138012005	80301044481-0001	3.991,70	Vencido - DOU - CD - DA
☐	30/01/2008	2007		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000267762007	80301044481-0002	3.798,52	Vencido - DOU - CD - DA

Registro 1 até 2 de 2 registros

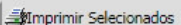
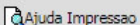
Página: [1] [In] [Reg]



Atenção! No caso de crédito inscrito em dívida ativa desde 04/12/2008, o pagamento do boleto emitido nos sistemas SIGEC ou BOLETO não importa a quitação dos encargos legais previstos do Art. 37-A, § 1º., da Lei no 10.522/2002, com a redação incluída pela Lei no 11.941/2009, combinado com Art. 1º do Decreto-Lei no 1.025/1969, com as alterações introduzidas pelo art. 3º do Decreto-Lei no 1.569/1977 e pelo art. 12 do Decreto-Lei no 2.163/1984.

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrição no CADIN
DA - Lançamento Inscrição na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela

Legenda do Campo Situação

☒ Marcar Todos ☐ Desmarcar Todos  Imprimir Selecionados  Ajuda Impressao



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Anatel Robesvaldo de Sousa Ribeiro (3559663)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 57

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, **existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que **Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00**, presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06//2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663).

Não consta ação penal em curso, constam ações de execução fiscal, e os débitos ainda pendentes de pagamento perante a Anatel, nos valores de R\$ 3.991,70 (três mil novecentos e noventa e um reais e setenta centavos) e de R\$ 3.798,52 (três mil setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/11/2018, às 16:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559671** e o código CRC **E1CED7D3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3559671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 13/11/2018, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559728** e o código CRC **A1A630AD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3559728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (3559728)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 59

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	‘	”	
	Longitude:	° W	‘	”	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://imfleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **EXIGÊNCIAS**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **pedir novo**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. ()

4. Estatuto Social: (3219277) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Robesvaldo de Sousa Ribeiro – f. 2	não	0384.3199.1082 17/09/1975	693.043.431-00	Não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist: RADCOM (3559703)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 64

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/19-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para o caso de 'eliminação do quadro social'
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 15,§3º-sem 2/3- 30 ok
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

- 2.1CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel e Radar: ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:



NOTA TÉCNICA Nº 25258/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO.**

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	A Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3559779) contendo todas as declarações nele elencadas, <u>uma vez que há alteração no item XIII</u> , conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser assinado por todos os dirigentes . Observação: no final do Requerimento de Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.



Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a
le para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/11/2018, às 16:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 14/11/2018, às 13:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559768** e o código CRC **5A644926**.

Minutas e Anexos

Requerimento de outorga 3559779

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3559768



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 45580/2018/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro
73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 252582018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 14/11/2018, às 13:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 45580 (355580)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 68

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3559800** e o código CRC **1FAFF89F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 45580/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 3559800



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 45580 (3559800)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 69

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 45580/2018/SEI-MCTIC, 14/11/2018
01250.044286/2018-93

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 São Domingos / GO

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / N° DOCUMENT D'IDENTIFICATION DU DESTINATAIRERUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOISilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteira
Matrícula 8.133.725-4

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4dc4c>

EN



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08481867 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

2/2 NOV 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 71

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **25/01/2019** às **16:45:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infodef.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

Anexo CNPJ (3800077)

SEI 01250-044286/2018-93 / pg. 72



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 166806439/2019

Expedição: 25/01/2019, às 16:47:27

Validade: 23/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cn dt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo CNDT (3600000)

SEI 01230-044286/2018-93 / pg. 73

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Relação de débitos para impressão do boleto

Detalhes dos Débitos:

Data para pagamento informada : 25/01/2019

Identidade: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO - CPF: 693.043.431-00

X	Vencimento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)	Valor Débito	Situação
☐	11/01/2007	2006		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000138012005	80301044481-0001	4.042,49	Vencido - DOU - CD - DA
☐	30/01/2008	2007		Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados	535000267762007	80301044481-0002	3.849,31	Vencido - DOU - CD - DA

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [In] [Reg]



Atenção! No caso de crédito inscrito em dívida ativa desde 04/12/2008, o pagamento do boleto emitido nos sistemas SIGEC ou BOLETO não importa a quitação dos encargos legais previstos do Art. 37-A, § 1º., da Lei no 10.522/2002, com a redação incluída pela Lei no 11.941/2009, combinado com Art. 1º do Decreto-Lei no 1.025/1969, com as alterações introduzidas pelo art. 3º do Decreto-Lei no 1.569/1977 e pelo art. 12 do Decreto-Lei no 2.163/1984.

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela

Marcar Todos Desmarcar Todos Imprimir Selecionados Ajuda Impressão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Anexo Anatel - Robesvaldo de Sousa Ribeiro (3800082)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 74

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 17:15:00 do dia 25/01/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



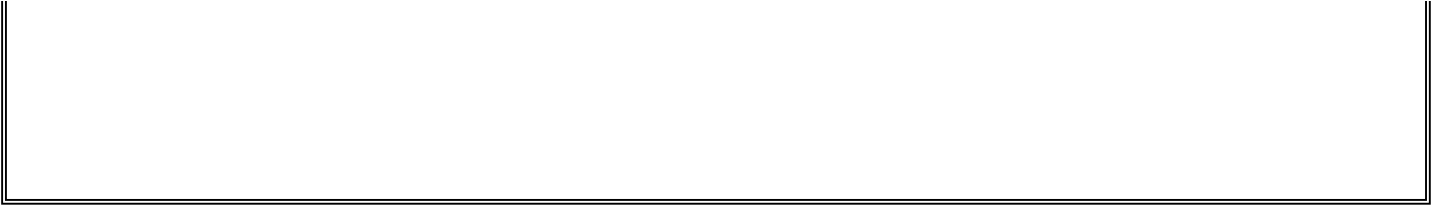
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Anatel (3000094)

SLI 01230.0-4200/2018-93 / pg. 75



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, **existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que **Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00**, presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06//2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663).

Não consta ação penal em curso, constam ações de execução fiscal, e os débitos ainda pendentes de pagamento perante a Anatel, nos valores de R\$ 4.042,49 (quatro mil quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos) e de R\$ 3.849,31 (três mil oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), atualizados até 25/01/2019 (3800082)



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800101** e o código CRC **91965A1B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3800101



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (3800101) - SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 77

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 25/01/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800114** e o código CRC **7C49B35D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3800114



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

ANEXO 6

FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIALRAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)CNPJ

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

BAIRROCIDADECEPCIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

| w

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP

CIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

| w

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

FABRICANTE

[illegible]

POTÊNCIA

№

[illegible]

FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ		VALORI	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

MODELO
POLARIZAÇÃO

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

					dBd			,	m			,	m					,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,		dB			,				
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

HOW COMPLETE? _____

REGISTER

|_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_| |_|

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247)

4. Estatuto Social: (3219277) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Robesvaldo de Sousa Ribeiro – f. 2	não	0384.3199.1082 17/09/1975	693.043.431-00	Não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist: RADCOM (3559728)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 83

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8, I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8, I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/22-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para esses casos
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 30
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13, §1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (3800077)

2.2 Certidão FGTS: ausente

2.3 Certidão PGFN : ausente

2.4 Certidão CNDT: (3800080)

2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (3800094) e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.



NOTA TÉCNICA Nº 1391/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO – CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**.

ANÁLISE

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 1391 (3800127)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 85

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

	Art. 39, inciso II	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.	A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (3800125). Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria). Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º). Observação 3: É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dados de funcionamento da estação, documento informando os seguintes itens: Nome do Dirigente, Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas da residência.
--	-----------------------	---	---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.jus.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Portaria nº
4334/2015/SEI-MC,
alterada pelas Portarias
nº 1909/2018/SEI-
MCTIC e nº
1976/2018/SEI-MCTIC,
publicadas no DOU
respectivamente em
09/04/2018 e em
13/04/2018

Art. 22, inciso II c/c art. 40	Cópia do estatuto social adequado à Portaria.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo: a. Consta do art. 19, inciso VII do estatuto social que é atribuição do presidente "participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário", o que está em desacordo com o art. 113 da Portaria, que estabelece que o Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização. Assim, não pode haver nenhum controle pelo Presidente da Associação. Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria. Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado. Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
---	--	---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c
Nota Técnica 1391 (3800121) SEI 01250-044280/2018-93 / pg. 87

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

	Estatuto social adequado ao Código Civil.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo: Art. 57: a cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto, não abrange o art. 9º e 10 do estatuto, que prevê situações de "perda de direitos", mas que configuram, em tese, justa causa. Deve haver o direito de defesa e de recurso para qualquer situação que implique em penalidade ao associado. Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil. Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.
Art. 39, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que o Presidente da Entidade se encontra devedor, por execução clandestina do serviço (3800101 e 3800082). Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada, ou a substituição do dirigente.
Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

7. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 1391 (3800127)

SEI 01250-044280/2018-93 / pg. 88

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

8. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

CONCLUSÃO

9. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

10. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

11. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

12. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 25/01/2019, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 05/02/2019, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 1391 (3800127)

SEI 01250-044280/2018-93 / pg. 89

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800121** e o código CRC **8C3DCF25**.

Minutas e Anexos

Formulário de Dados 3800125

Despacho 3800101

Anatel 3800082

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 3800121



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1391/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 05/02/2019, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 2799 (3000211)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 91

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3800211** e o código CRC **B739ECED**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 3800211



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 2799 (3800211)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 92

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME COMPLETO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM COMPLET SOCIAL DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC, 05/02/2019

01250.044286/2018-93

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Av. Presidente Vargas, s/nº, - Centro.

73860-000 São Domingos / GO

PAÍS / PAYS

ESPECIE DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITARIA / PRIORITAIRE

☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DECLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

K. Marlene Vaz de Almeida

2002/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DO
RECEBIIDENTIFICAÇÃO DO
EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOIEGilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteira
Matrícula 8.133.720-9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc93>

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

...

6102 A.E.

1. *Staphylococcus aureus* (10⁸ CFU/g)



JU 17986759 1 BR

7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

The diagrams show the construction of the letter 'E' in three stages:

- Diagram 1: A vertical line is drawn.
- Diagram 2: A horizontal line is drawn across the middle of the vertical line.
- Diagram 3: The final letter 'E' is formed by adding a second horizontal line at the bottom of the vertical line.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

[illegible]

100

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espaço dos Miraflores, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília - DF

100

[illegible]

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-usp.inp.br/2239491a-25f8>

WINDY CORNER



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 7751/2019/SEI-MCTIC

Ao Senhor

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73.860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Deferimento de prorrogação de prazo. Processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 1391/2019/SEI-MCTIC (3926671), informo o **deferimento do prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 c/c art. 136-C da Portaria nº 4334/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.

3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.

4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

5. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 7751 (3926671)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 95

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/03/2019, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3964809** e o código CRC **4A065B3B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7751/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 3964809

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NUMERO DO RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NUMERO DO RAZÃO SOCIAL DO DESTINATAIRE

ENDEREÇO

SERAD/CGRC

Ofício nº 7751/2019/SEI-MCTIC, 25/03/2019

Processo: 01250.044286/2018-93

CEP / CODE POSTAL

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Associação Rádio Comunitária Terra Ronca Fm

DECLARAÇÃO DE

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

CEP: 73860-000

São Domingos / GO

END

SEGURADO / VALEUR DECLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE RÉCEPTION

02 04 19

CARIMBO DE ENTREGA
TIMBRE DE DÉLIVRANCE

X Maurício Carlos de Moura

TIPO DE BEM DO EMPREENHADOR / NATURE DU BIEN DU PROPRIÉTAIRE

NR
REG



IDENTIFICAÇÃO DO
DOCUMENTO

RUBRICADA MAN. DO EMPREGADO
SIGNATURE DU

Guilmar José da Silva

Autenticado eletronicamente, após conferência com original. Carimbo

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2269491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO VOTO / ADRESSE DE RETOUR DU BULLETIN DE VOTE

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DR/BSB



JU 18515092 0 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO RECEBENTE / NOMEN CLASSE SOCIAL DE L'INTERVENIENT

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espaço dos Ministérios, Bloco R Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITE

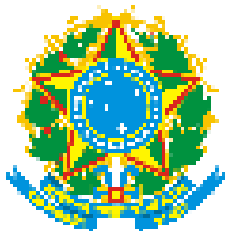
BRASIL
BRÉSIL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500442862018

8/28/19 1:13 PM

Página 1 de 1

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	GO	SÃO DOMINGOS	01250.044286/2018	112	13S2403	46W1854	EXINST	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53000.041798/2013	0	13S2353	46W1910	RAQ	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
0.57	GO	SÃO DOMINGOS	53670.000853/2001	13	13S2353	46W1910	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE SAO DOMINGOS
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000051/1999	5	13S1731	46W2343	DECRE N	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.90	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.069868/2013	5	13S1731	46W2343	RAUT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA VOZ DA PROMISSAO MEGA FM
14.91	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53670.000060/1999	5	13S1728	46W2339	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENV.COMUNITARIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS
33.13	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	53000.043583/2005	0	13S1725	46W3557	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO VAZANTE
35.30	BA	JEQUIÉ	53640.000094/1999	6	13S0520	46W1520	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL CIDADE SOL
Nº de Linhas: 0								



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Relatório de Processos Vizinhos (4575011)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 99

RadCom - Relatório de Vizinhos2

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.044286/2018 Localidade / UF: SÃO DOMINGOS/GO
Entidade: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
Aviso: 112 Canal: 0
Endereço Sistema Irradiante: Avenida Presidente Vargas, s/nº. Nº. - B. CENTRO SÃO DOMINGOS - GO
Endereço Estúdio: Avenida Presidente Vargas, s/nº. Nº. - B. CENTRO SÃO DOMINGOS - GO
Endereço Sede: PRESIDENTE VARGAS Nº S/N - B. CENTRO SÃO DOMINGOS - GO

Processo					
1. Entregou documentação tempestivamente?					Sim
2. Dados do Transmissor					
a. Fabricante :		Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.		b. Modelo : EX25	
c. Categoria :		2H		d. Certificado: 0119-11-2884	
				e. Potência (W) : 25	
3. Dados do Transmissor Reserva					
a. Fabricante :				b. Modelo :	
c. Categoria :				d. Certificado:	
				e. Potência (W) :	
4. Dados da Antena					
a. Fabricante:		Auad Correa Equipamentos Eletrônicos		b. Modelo : PT/0dB	
c. Altura:		30,0		d. Ganho Máximo: 0	
				5. Intensidade de campo(dBu) : 89.42	
6. Conclusão Geral (Parecer Técnico)					
Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.					

Janara Hellen Marques da Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RADCOM

Página 1 de 1

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-legis.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

roteiro de análise de instalação da Estação de RadCom (4575013) SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 100

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM**, entidade pleiteante de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (4575011) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (4575015).

2. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva**, **Engenheiro**, em 30/08/2019, às 15:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4575017** e o código CRC **608B89A7**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (4575011)

Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom (4575015)

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 4575017



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 101

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: (3219277) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Robesvaldo de Sousa Ribeiro – f. 2	não	0384.3199.1082 17/09/1975	693.043.431-00	Não
VICE-PRESIDENTE – Inocêncio Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN, Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.



PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8, I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8, I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/22-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para esses casos
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 30
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13, §1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (3800077)

2.2 Certidão FGTS: ausente

2.3 Certidão PGFN : ausente

2.4 Certidão CNDT: (3800080)

2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (3800094) e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16626/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO - 2.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Conforme Nota Técnica nº 1391/2019/SEI-MCTIC (3800121) encaminha por meio do Ofício nº 2799/2019/SEI-MCTIC, recebida em 20/02/2019, e com prorrogação de prazo recebida em 02/04/2019 (4101613), conforme Aviso de Recebimento AR , a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 02/05/2019.

3. Alegou em sua Petição 4139116 que, em razão da alteração do cartório, de Divinópolis para São Domingos, não teria sido possível efetuar os registros.

4. Assim, deve a entidade apresentar a ata de eleição do novo presidente, devidamente registrada, além do estatuto social, com as alterações já indicadas, e manter válidas todas as certidões negativas de recolhimento de tributos, conforme a seguir:

	Dispositivo	Descrição	Análise



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 16626 (4516289)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 104

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

			Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo: a. Consta do art. 19, inciso VII do estatuto social que é atribuição do presidente "participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário", o que está em desacordo com o art. 113 da Portaria, que estabelece que o Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização. Assim, não pode haver nenhum controle pelo Presidente da Associação. Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria. Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado. Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
	Art. 22, inciso II c/c art. 40	Cópia do estatuto social adequado à Portaria.	

Portaria nº
4334/2015/SEI-MC,
alterada pelas Portarias nº
1909/2018/SEI-MCTIC e



76/2018/SEI-
3, publicadas no

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 10026 (4816269)

SEI 01250-044280/2018-93 / pg. 105

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018		Estatuto social adequado ao Código Civil.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo: Art. 57: a cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto, não abrange o art. 9º e 10 do estatuto, que prevê situações de "perda de direitos", mas que configuram, em tese, justa causa. Deve haver o direito de defesa e de recurso para qualquer situação que implique em penalidade ao associado. Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil. Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Art. 39, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que o Presidente da Entidade se encontra devedor, por execução clandestina do serviço (3800101 e 3800082). Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada, ou a substituição do dirigente.
	Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.



5. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC).

7. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 11/09/2019, às 10:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**, Coordenador-Geral de **Rádiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4618289** e o código CRC **E30BA30D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 4618289



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 10020 (4618289)

SEI 01250:044286/2018-93 / pg. 108

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

OFÍCIO Nº 32407/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de setembro de 2019.

Ao Senhor

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16626/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 32407 (4018457)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 109

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4618457** e o código CRC **EA4542B6**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 4618457



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO AR**

DATA DE POSTAGEM

17/09/2019

DESTINATÁRIOROBERTO DE SOUSA RIBEIRO
AV. PRESIDENTE VARGAS, S/Nº, 0
CENTRO
73860-000

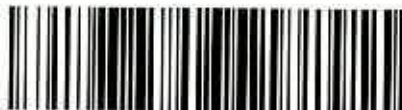
SAO DOMINGOS GO

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

27 SET 2019

REMETENTEMINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO H - SERADISERCO,
BRASILIA - DF
70044-900

BI891146906BR

TENTATIVAS DE ENTREGA1ª ☐ ☐ ☐ ☐
2ª ☐ ☐ ☐ ☐
3ª ☐ ☐ ☐ ☐

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

PR 01250.044286/2018-93 - OF 02407 SERADISERCO - NOTA TÉCNICA 18026/2019

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALCIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIROGilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteiro
Matrícula 2.433.729-8

Assinatura do Remetente

Assinatura do Destinatário

Assinatura do Remetente

Assinatura do Destinatário

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Aviso de recebimento (AR) - OF 02407/2019 (4727626)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 111

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS
UF GO	ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	
TELEFONE (63) 8454-6336		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/05/2020** às **17:04:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo certidões atualizadas em 21/05/2020 (5525294) - SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 112



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 11646943/2020

Expedição: 21/05/2020, às 17:07:49

Validade: 16/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo certidões atualizadas em 21/05/2020 (5525294) - SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 113

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/03/2020 a 29/06/2020

Certificação Número: 2020030203490944445065

Informação obtida em 21/05/2020 17:09:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo: Certificados atualizados em 21/05/2020 (3525294)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 114

**CNPJ:****28.682.123/0001-79****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 17:24:54 do dia 21/05/2020 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...

Anexo certidões atualizadas em 21/05/2020 (5525254) SLP 01250.044286/2018-93 / pg. 115

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574\\$\\$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...](https://mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574$$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...)

Anexo Certidões atualizadas em 21/05/2020 (5525254)

SLP 01250.044286/2018-93 / pg. 116



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
CNPJ: 28.682.123/0001-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 23:47:59 do dia 19/10/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/04/2020.

Código de controle da certidão: **E088.9BFC.91AF.8F0E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo I - PGFN atualizar (9523237)

SEI 01230-044260/2018-93 / pg. 117

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO 3**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: f. **4/14 (4687139)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3219275) Registra

da no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

(4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Abdon de Andrade e Silva – ausente	Cidadania	027718101074 31/07/1971	556.918.971-87	não
VICE-PRESIDENTE – Inocência Moreira Soares – f. 3	PSDB	0109.8455.1007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	Não	0325.7675.1074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	0683.2308.1058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist: RadCom (3559273)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 118

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º-**requerimento à diretoria**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24,

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º 9/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 31/32
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (5525254)

2.2 Certidão FGTS: 5525254

2.3 Certidão PGFN : **5525257**

2.4 Certidão CNDT: (5525254)

2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (5525254 e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.

21/05/2020: NT 16626/2019 recebida em 27/09/2019, resposta em 30/09/2019 e 04/10/2019: estatuto social: foram efetuadas as alterações, entretanto, inseriu texto no art. 3º, que submete à diretoria o ingresso de associado, o que não é permitido. Alteração do presidente, sem apresentação do documento que comprove nacionalidade e maioria. Não é possível renovar certidão PGFN. Renovadas pesquisas TSE, TRF1 e TJGO, Radar ok.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist RadCom (5525273)

SEP 01250.044266/2018-93 / pg. 120

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 21 de maio de 2020.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme Nota Técnica nº 16626/2019/SEI-MCTIC (4618289) encaminhada por meio do Ofício nº 32407/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (4618457), recebido em 27/09/2019, conforme Aviso de Recebimento AR 4727626, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 30/09/2019, por meio do protocolo nº 01250.049806/2019-35.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 22, incisos V e VI): A Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade do(s) diretor(es) eleito, Sr. **Abdon de Andrade e Silva**.

Observação 1: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

I - passaporte.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 19250/2020/SECOM

SEI 01250.044260/2018-93 / pg. 121

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Observação 2: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioridade e nacionalidade dos membros do **conselho fiscal**.

3.2. A entidade apresentou o estatuto social com retificações (4687139), entretanto, foi inserida alteração que está em desacordo com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo:

3.2.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

a. O art. 3º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que **restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria**. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

3.3. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

3.3.1. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a **impossibilidade de renovação** da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (5525257). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

4. Tendo em vista que não no município de São Domingos/GO entidade autorizada para a execução do Serviço, a presente notificação é permitida a aplicação da exceção prevista no §2º do art. 41 da Portaria nº 4.334/2015 e suas alterações.

5. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 122



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Anexos:

PGFN 5525257



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/05/2020, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5525280** e o código CRC **F94F5CA6**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 5525280



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 19250 (5525280)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 123

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

BO303176194BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
19/06/2020 16:04 SAO DOMINGOS / GO

19/06/2020	
16:04	Objeto entregue ao destinatário
SAO DOMINGOS / GO	
19/06/2020	
09:10	Objeto saiu para entrega ao destinatário
SAO DOMINGOS / GO	
16/06/2020	
16:20	Objeto postado
BRASILIA / DF	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

Rastreamento de Objetos BO303176194BR (5588067)

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm?autenticacao=5588067&camara=regio/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Rastreamento de Objetos DC003176734BR (5588067)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 125

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 15 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 15/10/2020, às 17:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5991313** e o código CRC **D0692BD4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 5991313



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (5991313)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 126

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da Xª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 15 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 15/10/2020, às 17:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5991328** e o código CRC **3DFB7561**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 5991328



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 127

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INSTRUÇÃO – ÚLTIMA OPORTUNIDADE**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: f. **4/14 (4687139)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

f. 4/ (5886639)

5. Ata de constituição: (3219275) Registra

da no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

(4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Abdon de Andrade e Silva – 5886637	Cidadania	027718101074 31/07/1971	556.918.971-87	não
VICE-PRESIDENTE – Inocência Moreira Soares – f. 3	PSDB	010984551007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	PODE	032576751074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	068323081058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist RadCom (5886639)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 128

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º-requerimento à diretoria
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 18- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24/26

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º 9/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 14/17
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 14/17, 31/32
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14/17
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 14/17
- k) Critérios de eleição dos administradores: 27
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5525254)
- 2.2 Certidão FGTS: 5525254
- 2.3 Certidão PGFN : 5525257
- 2.4 Certidão CNDT: (5525254)
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (5525254 e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.

21/05/2020: NT 16626/2019 recebida em 27/09/2019, resposta em 30/09/2019 e 04/10/2019: estatuto social: foram efetuadas as alterações, entretanto, inseriu texto no art. 3º, que submete à diretoria o ingresso de associado, o que não é permitido. Alteração do presidente, sem apresentação do documento que comprove nacionalidade e maioria. Não é possível renovar certidão PGFN. Renovadas pesquisas TSE, TRF1 e TJGO, Radar ok.

15/10/2020: Ofício 19250/2020 recebido em 19/06/2020, resposta em 16/09/2020: diversos protocolos, nº 01245.006277/2020-98 contém todos os documentos solicitados. Estatuto: manteve a redação do



art. 3º que o ingresso de novos associados se dá mediante “requerimento à Diretoria”, o que foi expressamente indicado para correção. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE,. TRF1 e TJGO. Última oportunidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist RadCom (5591646)

SEP 01250.044266/2018-93 / pg. 130

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 6437/2020/MCOM

Brasília, 09 de novembro de 2020.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: PROCESSO nº 01250.044286/2018-93. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO. ÚLTIMA OPORTUNIDADE.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme Ofício nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5525280), recebido em 19/06/2020, conforme Rastreamento de Objetos 5988067, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 16/09/2020, por meio do protocolo nº 01245.006277/2020-98, desconsiderando todos os demais, com os mesmos documentos.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.1.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

a. O art. 3º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que **restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria**. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. O ingresso não pode depender de "apreciação da diretoria".

A exigência foi feita no item "3.2.1" do Ofício nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, entretanto, a redação permanece a mesma.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. **Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável, conforme art. 41, §2º:** "*§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.*"

5. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c> / pg. 132

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Anexos:
não possui



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 20/11/2020, às 10:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5991342** e o código CRC **81E099D3**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6437/2020/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 5991342



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

DESTINATÁRIO
ANIEL RODRIGUES DE SOUZA
UA DOS FARRAPOS, 806
ILA DANTE
5680-000
CANELA RS

REMETENTE
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
PLANALTA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO,
QUADRA CIVICO-ADMINISTRATIVA BRASILIA - DF
0067-900



UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA F. STA.
CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
07 DEZ 2020

ENTATIVAS DE ENTREGA

1 - PR:01250.049191/2019-47;
1 - OF:4741/2020;
1 - COREC,

1 - PR:01250.049191/2019-47;
1 - OF:4741/2020;
1 - COREC,

1 - PR:01250.049191/2019-47;
1 - OF:4741/2020;
1 - COREC,

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [8] NÃO PROCURADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE
[3] NÃO EXISTE NÚMERO [6] FALECIDO
[4] DESCONHECIDO [9] OUTROS
[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
ERIVANDO DEWE
LIMANA
8095142-4

ASSINATURA DO RECEBEDOR
WFI
LONA

DATA DE ENTREGA
07-12-20

Nº DOC. DE IDENTIDADE



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Município/UF: SÃO DOMINGOS/GO **INDEFERIMENTO**

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3219272) **ok**

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775247) 4139121

4. Estatuto Social: f. **4/14 (4687139)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

f. 4/ (5886639)

5. Ata de constituição: (3219275) Registra

da no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022

(4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3219280)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Abdon de Andrade e Silva – 5886637	Cidadania	027718101074 31/07/1971	556.918.971-87	não
VICE-PRESIDENTE – Inocência Moreira Soares – f. 3	PSDB	010984551007 26/05/1958	426.029.981-68	Não
DIR. ADM – Divino Ferreira Rodrigues – f. 4/5	PODE	032576751074 25/03/1976	768.636.381-34	Não
DIR. OPE – Lindomar Ferreira Rodrigues Junior – f. 6/7	Não	068323081058 01/03/2000	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: (3219281)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)

11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)

12. Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3559728)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist RadCom (0400230)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 135

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

12.1 CNPJ (3559259), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3559653):

OBSERVAÇÕES: Apresentar Anexo 2. Após, instrução.

25/01/2019: NT 25258/2018 recebida em 29/11/2018, resposta em 17/01/2019: exigência cumprida. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º-**requerimento à diretoria**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 18- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24/26

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º 9/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 14/17
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 14/17, 31/32
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14/17
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 14/17
- k) Critérios de eleição dos administradores: 27
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5525254)
- 2.2 Certidão FGTS: 5525254
- 2.3 Certidão PGFN : **5525257**
- 2.4 Certidão CNDT: (5525254)
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3800114)

3. Pesquisa Anatel (5525254 e Radar: Despacho 3559671 e anexo Anatel (3800082)-Robesvaldo

4. Anexo 6/ART: (4139119)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN, FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (3559663 e 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.

11/09/2019: NT 1391/2019 recebida em 02/04/2019 prazo, resposta em 02/05/2019: Anexo 6 ok. Não apresentou estatuto social com as alterações, e ata de eleição do novo dirigente. Última oportunidade.

21/05/2020: NT 16626/2019 recebida em 27/09/2019, resposta em 30/09/2019 e 04/10/2019: estatuto social: foram efetuadas as alterações, entretanto, inseriu texto no art. 3º, que submete à diretoria o ingresso de associado, o que não é permitido. Alteração do presidente, sem apresentação do documento que comprove nacionalidade e maioria. Não é possível renovar certidão PGFN. Renovadas pesquisas TSE, TRF1 e TJGO, Radar ok.

15/10/2020: Ofício 19250/2020 recebido em 19/06/2020, resposta em 16/09/2020: diversos protocolos, nº 01245.006277/2020-98 contém todos os documentos solicitados. Estatuto: manteve a redação do



art. 3º que o ingresso de novos associados se dá mediante “requerimento à Diretoria”, o que foi expressamente indicado para correção. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE,. TRF1 e TJGO. Última oportunidade.

27/01/2021: Of. 6437/2020 recebido em 07/12/2020, pedido de prorrogação de prazo em 06/01/2021: o pedido é tempestivo, entretanto, de acordo com o art. 41, §1º, Port. 4334/2015 e alterações, o prazo é improrrogável. A alegação da entidade, de que não consta no art. 3º a condição para o ingresso de novos associados não altera o entendimento adota pela COREC e mesmo CONJR, pois, se o requerimento deve ser apresentado à diretoria, esta poderá rejeitá-lo. Se constasse ao menos, que a diretoria não pode indeferir, estaria de acordo com a legislação. Processo indeferido.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM

Processo nº: 01250.044286/2018-93.

Assunto: INDEFERIMENTO. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, em virtude da publicação do Edital nº 112/2018, no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Após análise realizada, observou-se a existência de pendências que acarretam o indeferimento do pedido, conforme a seguir descrito:

Dispositivo	Descrição	Análise
		O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 41 e 42 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 6437/2020/MCOM (5991342). O Ofício foi recebido pela Interessada, em 07/12/2020, conforme Aviso de Recebimento (6404779), tendo constado a expressa comunicação de que não seria permitida a prorrogação de prazo, e que seria a última oportunidade para correção das pendências, nos itens "4 e 5": <i>"4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, caput, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. <u>Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável, conforme art. 41, §2º: "§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo</u></i>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 43, inciso I	Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista nos art. 41 e 42.	<i>improrrogável de trinta dias."</i> 5. <i>Salienta-se que esta solicitação será a ÚLTIMA que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao indeferimento do pedido de outorga, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018."</i> A entidade apresentou por meio do protocolo nº 53115.000264/2021-75 petição 6324066, com pedido de prorrogação de prazo, e argumentos de seu entendimento acerca da regularidade do estatuto social. Apesar da tempestividade do pedido, conforme explanado, não é permitida a prorrogação de prazo nesta fase: <i>Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.</i> <u>§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.</u> <i>§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.</i> Assim, decorrido o prazo para cumprimento da exigência, sem apresentação do estatuto social com as devidas correções, o processo deve ser indeferido por descumprimento de exigências.
---	--------------------------	--	---



3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas comunica o **indeferimento** do processo.

4. O prazo para interposição de recurso administrativo contra esta decisão é de **30 (trinta) dias, improrrogáveis**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

5. Em caso de dúvida, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/02/2021, às 08:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2021, às 09:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/02/2021, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6408256** e o código CRC **2863CCA6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6408256



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 304 (6408256)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 140

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 35 / 2021

O **DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 964/2021/SEI-MCOM, constante do processo nº 01250.044286/2018-93, de sorte a INDEFERIR o pedido da **Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM**, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/03/2021, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6408399** e o código CRC **70CDC15A**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6408399

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho de Decisão 35 (6408399)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 141



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 1887/2021/MCOM

Brasília, 09 de março de 2021.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro
73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM**, acompanhada do despacho que trata **do indeferimento** do pedido de outorga.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
5. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <https://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.
6. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 1887 (0408488)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 142

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/03/2021, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6408486** e o código CRC **0B999949**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1887/2021/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 6408486



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

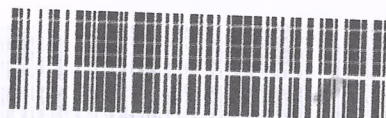
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

**AVISO DE RECEBIMENTO AR**DATA DE POSTAGEM
10/03/2021**DESTINATÁRIO**ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV. PRESIDENTE VARGAS,, 0
CENTRO
73860-000

SAO DOMINGOS GO

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

REMETENTEMINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
Esplanada dos Ministérios Bloco R,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70044-900

BO932749069BR

TENTATIVAS DE ENTREGA1ª 19/03/21 09:28
2ª
3ª1 - pr:01250.044286/2018-93;
1 - of:1887/2021;
1 - corsec;

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- ☒ [1] MUDOU-SE
☐ [2] ENDEREÇO INCORRETO
☐ [3] NÃO EXISTE NÚMERO
☐ [4] DESCONHECIDO
☐ [5] RECUSADO
☐ [6] NÃO PROCURADO
☐ [7] FALCIDO
☐ [8] FALCIDO
☐ [9] OUTROS

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Gilmar José da Silva
Ag. de Cor. - Ativ. Carteiro
Matrícula de Entrega 19-7229-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE



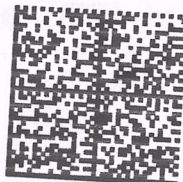
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.br/assinatura/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Aviso de Recebimento (AR) OF_1887/2021 (DEVOLVIDO) (6859793)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 144

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA REGISTRADA
FATURADO

Volume: 1/1
Peso(g): 00030



Nome Legível: _____

Documento: _____

Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV. PRESIDENTE VARGAS,
CENTRO
73860-000 SAO DOMINGOS/GO



Obs: processo:01250.044286/2018-93
corec/serad

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
Esplanada dos Ministérios Bloco R, SERAD/COREC
Zona Cívico-Administrativa
70044-900 Brasília/DF



AO REMETENTE

AC SÃO DOMINGOS	
☐ MUDOU-SE	☐ AUSENTE
☐ NÃO EXISTE N° INDICADO	☐ FALLECIDO
☒ ENDEREÇO INSUFICIENTE	☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO	☐ DESCONHECIDO
☐ OUTROS	
22 MAR 2021	
☐ INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO SINDICADO	
☐ REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL	
DATA:	RUBRICA:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Aviso de Recebimento (AR) CP_1337/2021 (DEVOLVIDO) (6859793)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 145

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 7849/2021/MCOM

Brasília, 09 de abril de 2021.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro
73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 1887/2021/SEI-MCOM, e **documentos que o acompanharam**, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: ilegível.

2. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.

4. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar, CEP 70044-900/ Brasília/DF.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 7849 (0599571)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 146

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício 1887 (6408486)

Nota Técnica 964 (6408256)

Despacho de Decisão 35 (6408399)



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 12/04/2021, às 08:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6999971** e o código CRC **1F8A3674**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7849/2021/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 6999971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 7849 (6999971)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 147

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATARIO
ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV PRESIDENTE VARGAS, 00
CENTRO - SAO DOMINGOS - GO
73860-000

B7320387057BR



SERAD/COREC PR01250044286/2018-93 OF 7849/2021



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERADDEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Guilmar José da Silva
Ag. de Car. - Ativ. Carteiro
Matrícula 8.133.729-9

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

ABDON DE ANDRADE E SILVA

DATA DE ENTREGA

29/04/21

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N.DOC. DE IDENTIDADE

3100846
557/60



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 9358/2021/SEI-MCOM

Processo nº: 01250.044286/2018-93.

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** na localidade de **São Domingos**, estado de **Goiás**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União em 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 964/2021/SEI-MCOM (6408256) o requerimento de outorga da entidade foi **indeferido** em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

O Ministério das Comunicações, em obediência aos art. 41 e 42 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio do Ofício nº 6437/2020/MCOM (5991342).

O Ofício foi recebido pela Interessada, em 07/12/2020, conforme Aviso de Recebimento (6404779), tendo constado a expressa comunicação de que não seria permitida a prorrogação de prazo, e que seria a última oportunidade para correção das pendências, nos itens "4 e 5":

"4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, caput, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável, conforme art. 41, §2º: "§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias."

*5. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018."*

A entidade apresentou por meio do protocolo nº 53115.000264/2021-75 petição 6324066, com pedido de prorrogação de prazo, e argumentos de seu entendimento acerca da regularidade do estatuto social.

Apesar da tempestividade do pedido, conforme explanado, não é permitida a prorrogação de prazo nesta fase:

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 9358 (7/558073)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 149

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Assim, decorrido o prazo para cumprimento da exigência, sem apresentação do estatuto social com as devidas correções, o processo deve ser indeferido por descumprimento de exigências.

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 1887/2021/MCOM (6408486), e reenviado por meio do Ofício nº 7849/2021/MCOM, recebido em 29/04/2021 conforme AR Postal (7278024), tendo a entidade **até o dia 30/07/2021 para recorrer** em virtude da Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, que suspendeu os prazos até 30 de junho de 2021.

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** Recurso administrativo conforme documento protocolado em **30/07/2021** sob o nº 53115.021146/2021-09, alegando, em suma, que:

Representando a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, faço uso desse expediente para em resposta ao OFÍCIO Nº 1887/2021/MCOM e NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM, recorrer da decisão de indeferimento do pedido de outorga dessa requerente, por entender improcedente, conforme argumentos a seguir.

Os membros da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM em AGE, como forma de garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão da comunidade ingressar no quadro de associados, no intuito de no futuro evitar que seu ingresso seja impedido ou dificultado pela Diretoria, resolveu incluir no Estatuto Social da entidade, mais precisamente no seu Art. 3º a necessidade da SOLICITAÇÃO DE INGRESSO SER FEITA MEDIANTE REQUERIMENTO À DIRETORIA, ficando o Art. 3º com a seguinte redação:

“Art. 3º - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de atuação da entidade e de execução do serviço de radiodifusão comunitária, bem como de pessoas jurídicas sem fins lucrativos nela sediadas, mediante requerimento à Diretoria e preenchimento de ficha cadastral.”

Vale aqui salientar que no Art. 3º e nem qualquer outro Artigo do Estatuto Social dessa requerente, menciona e tampouco torna obrigatório que o ingresso de novos associados está condicionado a análise e aprovação da Diretoria. Com a apresentação ao Ministério das Comunicações do Estatuto Social com a alteração acima mencionada, essa requerente recebeu o OFÍCIO Nº 6437/2020/MCOM de 09/11/2020 no qual foi notificada para retirar do Art. 3º o trecho que diz “mediante requerimento à Diretoria” por estar em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria.

OFÍCIO Nº 6437/2020/MCOM

3.1. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.1.1. Portaria nº 4334/2015 e alterações:

a. O art. 3º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à apreciação pela diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. O ingresso não pode depender de "apreciação da diretoria".

A exigência foi feita no item "3.2.1" do Ofício nº 19250/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, entretanto, a redação permanece a mesma.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:



- a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;
- b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.

A entidade ao receber o Ofício, vendo que não daria tempo para atender dentro do prazo, não atentou que nessa solicitação não caberia prorrogação de prazo, a mesmo assim solicito, onde na solicitação de prorrogação de prazo explicou que a exigência de requerimento disposta no Art. 3º do Estatuto não condicionada à aprovação da Diretoria, mas mesmo assim teve o processo indeferido, conforme decisão no OFÍCIO Nº 1887/2021/MCOM e NOTA TÉCNICA Nº 964/2021/SEI-MCOM.

Ocorre que, de forma cristalina, o Estatuto Social da entidade não condiciona o ingresso, como associado, à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado, O intuito dos membros dessa requerente foi de garantir que qualquer cidadão ingresse na entidade e o requerimento para ingresso como associado é justamente a forma de OFICIALIZAR O PEDIDO do cidadão em ingressar na entidade, que com o requerimento devidamente protocolado, caso haja uma negativa ou dificuldades impostas pela Diretoria, poderá buscar seus direitos na justiça, o que não seria possível caso permanecesse o requerimento verbal.

O preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, como bem diz, é simplesmente para fins cadastral, devendo primeiramente haver o requerimento para que o ingresso como associado seja de fato oficializado, afinal, até mesmo para ter acesso ao formulário cadastral deve haver um requerimento por parte do interessado em ingressar na entidade.

O Art. 4º que trata da demissão do quadro social da entidade, determina que para demitir-se do quadro social da entidade, é necessário manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade de carta datada e assinada, ou seja, se para sair é necessário a oficialização por escrito, é correto que para entrar também seja necessário a manifestação por escrito, que no caso seria o requerimento.

ESTATUTO SOCIAL

Art. 4º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, demitir-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade de carta datada e assinada.

A redação do Estatuto em seu Art. 3º, no qual exige o requerimento à Diretoria para ingresso de associado, já passou por análise no processo Nº. 01250.042205/2019- 00, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA INTERATIVA FM de Betânia do Piauí-PI, inclusive foi analisado pelo corpo jurídico CONJUR do Ministério das Comunicações e foi considerado de acordo com o Código Civil, ou seja, o processo em que o Estatuto da entidade tem a mesma redação do Estatuto dessa Requerente, passou pela CONJUR, foi aprovado e autorizado pelo Ministro das Comunicações, conforme Portaria Nº 2.104/SEIMCOM DE 2 DE MARÇO DE 2021 publicada no DOU de 17/03/2021.

Uma entidade que tem o Estatuto com a mesma redação que o Estatuto dessa requerente, que no Art. 3º exige o requerimento à Diretoria para ingresso como associado e teve sua documentação instruída, analisada e parecer favorável pela Conjur, foi autorizada pelo Ministro, então é direito dessa requerente EXIGIR tratamento igual, como determina a Lei, pois as duas entidades estão em situação idêntica, mas com tratamento diferenciado.

No processo administrativo sempre deve vigorar a AUTOLIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, não se pode dar o direito a uns, e a outros não. O direito é uniforme e a redação de um artigo de uma lei ou da Constituição Federal não é diferente para um determinado cidadão, AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DEVEM GUARDAR UM MÍNIMO DE COERÊNCIA, NÃO SE ADMITINDO, POR ISSO, TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA HIPÓTESES RIGOROSAMENTE IDÊNTICAS.

Não cabe aqui querer dizer que foi cometido um possível erro na análise do processo da entidade de Betânia do Piauí-PI, pois o processo Nº. 01250.042205/2019-00, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA INTERATIVA FM passou por todas as fases de análise e, análise jurídica, relatório final, revisão final na Conjur e em todas essas fases, nenhuma deles viu qualquer ilegalidade no Art. 3º do Estatuto Social da entidade.

Dessa forma, nada impede que o Ministério das Comunicações reconsidere a decisão de indeferimento do processo Nº. 01250.044286/2018-93, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, tendo em vista que o motivo do indeferimento não procede, pois o Art. 3º não condiciona o ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado, tão somente determina que o ingresso como associado seja feito e oficializado mediante requerimento à Diretoria e preenchimento de ficha cadastral,



não vinculado a nenhuma aprovação seja pela diretoria ou por Assembléia Geral.

Manter o indeferimento em base em uma decisão improcedente, terá como efeito a penalização dessa requerente e da comunidade local que é desassistida por um veículo de comunicação, na cidade não tem outra rádio comunitária autorizada nem com processo em tramitação, assim, faz-se necessário reconsiderar esse decisão de indeferimento para que essa requerente não seja penalizada injustamente.

Mesmo não concordando com a exigência do Ministério das Comunicações, mas para evitar a perda do processo de outorga, os membros dessa requerente, contrariados e se sentindo acuados, decidiram alterar o Estatuto Social afim que atender à exigência do Ministério das Comunicações, assim, encaminho em anexo o Estatuto Social devidamente alterado.

Tendo em vista que o processo Nº. 01250.044286/2018-93, da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM foi autorizado com o Estatuto IDÊNTICO dessa requerente, requeiro TRATAMENTO IGUAL PARA HIPÓTESES RIGOROSAMENTE IDÊNTICAS, como é o caso (Estatuto em anexo). Tendo em vista que o embasamento para decisão de indeferimento não procede, tendo em vista que o Art. 3º não condiciona o ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado e que apresentamos o Estatuto Social adequado com a exigência do Ministério das Comunicações, faço uso deste expediente para pedir reconsideração da decisão de indeferimento, que o processo siga seu tramite normal e por fim, seja autorizado.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

5. Conforme se constata do relatório de vizinhos (4575011), para o local pretendido, não consta que exista outra entidade interessada na execução do serviço, para o mesmo Edital. Assim, deve-se aplicar ao caso a exceção contida no parágrafo 2º, inciso I do art. 47 da Portaria nº 4.334/2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909/2018 e 1.976/2018:

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas;

6. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo conhecimento e **reconsideração da decisão** que indeferiu o processo, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 05/08/2021, às 14:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 05/08/2021, às 15:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 05/08/2021, às 15:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nóda Técnica 9358 (7/558073)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 152

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7958073** e o código CRC **44F3A026**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 7958073



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4>

Nota Técnica 9556 (7958073)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 153

2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 475 / 2021

O **DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 9358/2021/SEI-MCOM, constante no processo nº 01250.044286/2018-93, de sorte a **reconsiderar a decisão que indeferiu o pedido de outorga à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, retomando-se a análise processual.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 09/08/2021, às 22:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7958303** e o código CRC **5EDF9857**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 7958303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho de Decisão 475 (7958303)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 154

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 16491/2021/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2021.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro
73860-000 - SÃO DOMINGOS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044286/2018-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9358/2021/SEI-MCOM**, acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de indeferimento do processo, em razão do recurso administrativo interposto, para retomada da análise processual.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.
3. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 10/08/2021, às 09:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7958334** e o código CRC **D8EC9F04**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 16491 (7958334)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 155

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

DESTINATARIO
ABDON DE ANDRADE E SILVA
AV PRESIDENTE VARGAS, 00
CENTRO - SAO DOMINGOS - GO
73860-000

BZ539145163BR



SERAD/COREC PR01250044286/2018-93 OF16491/2021

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERAD DEOP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º 16/08/21 07:48 h
2º _____ h
3º _____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUCAO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Gilmar José da Silva
Ag. de Corr. - Ativ. Carteiro
Matrícula 8.133.729-9

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

ABDON DE ANDRADE E SILVA

DATA DE ENTREGA

17/08/21

N DOC. DE IDENTIDADE

3100816 55160



CHECKLIST

radar/Principal/Apoio/Entidade/Consultar/PesquisaEntidadeNaoOutorgada.asp

Município/UF: São Domingos/GO –

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. (4139121)
4. Estatuto Social: Fls. 5 - 15 (7941030) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls.(3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022 (4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls.(3219280) (5886637)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Abdon de Andrade e Silva	Cidadania	027718101074 31/07/1971	Domingos de Andrade e Silva e Francisca Pereira da Silva	556.918.971-87	Não
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares	PSDB	010984551007 26/05/1958	João José Soares e Leolina Moreira Soares	426.029.981-68	Não
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues	PODE	032576751074 25/03/1976	João Rodrigues de Aguiar e Nair Ferreira de Aguiar	768.636.381-34	Não
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior	Não	068323081058 01/03/2000	Lindomar Ferreira Rodrigues e Josmaria Ferreira da Silva	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. (3219281)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)
11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (3559728)

DADA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:



atuto social: 5 - 15 (7941030)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist (01/02/2018)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 158

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

13.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 18**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 19-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 18**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 24-25**

13.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3,4 e 11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 29-30**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 31-33**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 30**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 11-12**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-17**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

14. Certidões:

- 14.1 CNPJ: (8192981)
- 14.2 Certidão FGTS: (8192981)
- 14.3 Certidão PGFN : (8192977) **Não emitida**
- 14.4 Certidão CNDT: (8192981)
- 14.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5991328)
- 15. Pesquisa Anatel (8192981) e Radar (5991313)**
- 16. Anexo 6/ART: fl. (4139119)
- 17. Despacho Técnico de aprovação (4575017)

OBSERVAÇÕES: 01/10/2021: Processo instruído sendo necessário apenas a regularização da Certidão de PGFN.





Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 01/10/2021, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8192570** e o código CRC **5C9F77FC**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 8192570

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist (8192570)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 160

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 28.682.123/0001-79 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir/ResultadoEmissao/NDUkODk3OCMyMzQ2Nzg5IyojKjl4NjgyMTIzMDA...

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 18:18:57 do dia 01/10/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://mtoleg-autenticacao-de-assinatura.canal.anatel.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c)

<https://mtoleg-autenticacao-de-assinatura.canal.anatel.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certidões (6132961)

SER01250-044266/2018-93 / pg. 162

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-2318-490c-9f91-3c74b0b4cc4c>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS
UF GO	ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	
TELEFONE (63) 8454-6336		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/10/2021** às **18:18:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certidões (0152561)

SEI 01250-044266/2018-93 / pg. 164

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/09/2021 a 19/10/2021

Certificação Número: 2021092000575902421632

Informação obtida em 01/10/2021 18:20:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certdoes (0152961)

SEI 01250-044266/2018-93 / pg. 165



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 30271141/2021

Expedição: 01/10/2021, às 18:19:38

Validade: 29/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certidões (0152561)

SEI 01250-044266/2018-93 / pg. 166

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/2017
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****
------------------------------------	----------------	----------------------

CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
-------------------	---------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM	TELEFONE (63) 8454-6336
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/04/2022 às 10:06:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certidões Atualizadas (06/04/24)

SEI 01250-044286/2018-93 / pg. 167

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

CNPJ: **28.682.123/0001-79**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 10:09:11 do dia 13/04/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO /
73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2022 a 10/05/2022

Certificação Número: 2022041110080327829446

Informação obtida em 13/04/2022 10:09:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 11698228/2022

Expedição: 13/04/2022, às 10:12:53

Validade: 10/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-b374b0b4cc4c>

Anexo Certidões Atualizadas (06/24/24)

SEI 01250-044286/2018-93 / pg. 171

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 28.682.123/0001-79 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC

(<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Certidão I-GFN - Não emitida (9679462)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 172

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 8549/2022/MCOM

Brasília, 13 de abril de 2022.

Ao Senhor

Abdon de Andrade e Silva

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM (CNPJ nº 28.682.123/0001-79)

Av. Presidente Vargas, s/nº - Centro

73860-000 - São Domingos/GO

Assunto: PROCESSO nº 01250.044286/2018-93. SANEAMENTO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. Conforme art. 42 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018: *"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária"*.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

3.1.1. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (9679482). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 8549 (5679520)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 173

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 13/04/2022, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9679520** e o código CRC **21BFB651**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 0349 (3679520)

SEI 01230.044280/2018-93 / pg. 174

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

- Certidão PGFN - Não emitida (9679482)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8549/2022/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 9679520



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**Data/Hora: **27/04/2022 10:50:12****Relatório de RADCOM - Plano de Referência**

UF: GO		Município: São Domingos	
Município		Canal	Frequência
São Domingos		200	87,9

Usuário: **franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado**Data: **27/04/2022**Hora: **10:50:12**

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdnImprimir=true

Plano de Referência - Canal e Frequência (9/49299)

SLP01250.044286/2018-93 / pg. 176



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.682.123/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE VARGAS	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO *****	
CEP 73.860-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO DOMINGOS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/04/2022** às **11:07:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Certificados atualizadas (07/49557)

SEI 01290-044286/2018-93 / pg. 177

**CNPJ:****28.682.123/0001-79****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 11:08:33 do dia 27/04/2022 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://midleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Certidões atualizadas (3749357) - SLE 01290:044286/2018-93 / pg. 178

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.682.123/0001-79
Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 001 S/N / CENTRO / SAO DOMINGOS / GO / 73860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2022 a 10/05/2022

Certificação Número: 2022041110080327829446

Informação obtida em 27/04/2022 11:08:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://moodle-autenticidade-assinatura-caixa-federal.org.br/2899491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Certificados atualizados (5749357)

SEI 01290-044286/2018-93 / pg. 179

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
CNPJ: 28.682.123/0001-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:13:00 do dia 27/04/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/10/2022.

Código de controle da certidão: **971F.4CD0.6A5C.EAF0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>
Consulta Certidões atualizadas (3749357) - SEI 01290-044286/2018-93 / pg. 180

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.682.123/0001-79

Certidão nº: 13044225/2022

Expedição: 27/04/2022, às 11:09:14

Validade: 24/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.682.123/0001-79**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura-camara.jus.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Certidões atualizadas (3749357) - SEI 01290-044286/2018-93 / pg. 181

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI 9749357.

Brasília, 27 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/04/2022, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749534** e o código CRC **2B3CBB9C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9749534

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (9749534)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 182

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA

Adicionar filtro

Campo

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Abdon de Andrade e Silva

Adicionar filtro

Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Inocência Moreira Soares

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Divino Ferreira Rodrigues

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Lindomar Ferreira Rodrigues Junior

Adicionar filtro

Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

 Atom

 CSV

 PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

▼ Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

28682123000179

Adicionar filtro Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

Atom

CSV

PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

55691897187

Adicionar filtro Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar Limpar Salvar Nenhuma informação disponível

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

 Atom CSV PDF

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO ▼

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas



▼ Filtros

☒ Situação

todos ▼

☒ Tipo

igual a ▼

Atividade de Inspeção ▼

☒ Tipo de inspeção

contém ▼

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos ▼

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a ▼

42602998168

Adicionar filtro Campo

Todos

> Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Consulta Fiscaliza (9749676)

Exportar para

Atom

CSV

PDF

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 190

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

76863638134

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

06118069166

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat:

132403

Lon:

461854

Adicionar filtro

Campo

Todos

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar



Nenhuma informação disponível

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.044286/2018-93, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, na localidade de São Domingos/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 27 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/04/2022, às 11:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749677** e o código CRC **1CB2FABD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9749677



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (9749677)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 194

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

CHECKLIST

Município/UF: São Domingos/GO –

Processo nº: 01250.044286/2018-93 CNPJ: 28.682.123/0001-79

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

Nº do edital/ano: 112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

Canal/Frequência: 200 - 87,9 (9749299)

1. Data de postagem/SEI: 01/08/2018 CADSEI
2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. (4139121)
4. Estatuto Social: Fls. 5 - 15 (7941030) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. (3219275) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls.(3219278) para o período de 05/07/2018 a 05/07/2022 (4687140) Presidente de 10/04/2019 a 05/07/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls.(3219280) (5886637)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Abdon de Andrade e Silva	Cidadania	027718101074 31/07/1971	Domingos de Andrade e Silva e Francisca Pereira da Silva	556.918.971-87	Não
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares	PSDB	010984551007 26/05/1958	João José Soares e Leolina Moreira Soares	426.029.981-68	Não
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues	PODE	032576751074 25/03/1976	João Rodrigues de Aguiar e Nair Ferreira de Aguiar	768.636.381-34	Não
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior	Não	068323081058 01/03/2000	Lindomar Ferreira Rodrigues e Josmaria Ferreira da Silva	061.180.691-66	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. (3219281)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3219273)
11. Pesquisa Anatel (3559649) e Radar (3559671)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (3559728)

DADA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:



atuto social: 5 - 15 (7941030)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Checklist (9749299)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 195

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

13.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 3**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 18**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 19-23**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 18**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 24-25**

13.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 3,4 e 11**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 7-8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 29-30**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 27**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 31-33**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 30**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 11-12**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-17**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

REVISÃO FINAL:

14. Certidões:

- 14.1 CNPJ: (9749357)
- 14.2 Certidão FGTS: (9749357)
- 14.3 Certidão PGFN : (9749357)
- 14.4 Certidão CNDT: (9749357)
- 14.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (9749534)

15. Pesquisa Anatel (9749357) e Fiscaliza (9749677)

- 16. Anexo 6/ART: fl. (4139119)
- 17. Despacho Técnico de aprovação (4575017)

OBSERVAÇÕES: 27/04/2022: Processo instruído.





Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 27/04/2022, às 11:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749695** e o código CRC **BFDF19F6**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 9749695

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 01/08/2018, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Abdon de Andrade e Silva
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro
Coordenadas geográficas: 13°24'03"S de latitude e 46°18'54"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO



ço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4n>

Nota Técnica 5492 (3749600)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 198

2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4c

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(4139121)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 5 - 15 (7941030)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(3219275)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(3219278) (4687140)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(3219280) (5886637)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(3219281)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(3219273)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4n>

Nóda Técnica 3432 (3/4/2009)

SEI 01230.044286/2018-93 / pg. 199

2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4c

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(4139119) - Despacho COREC_MCOM_RADCOM (4575017)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	9749357
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	9749357
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	9749357
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	9749357
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	9749357
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9749677) (9749676)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COREC_MCOM_RADCOM (4575017), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (4575011).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o intento da outorga, conforme Despacho (9749534).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4>

Nota Técnica 5492 (9749534)

SEI 01230.044286/2018-93 / pg. 200

2239491a-25f8-49bc-9f91-b3c74b0b4cc4c

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 28/04/2022, às 13:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 28/04/2022, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 29/04/2022, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 03/05/2022, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749808** e o código CRC **6EB9B287**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 5492 (3749808)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 201

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no e seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 5492 (3749606)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 202

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 9749808



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nóda Técnica 5492 (9749808)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 203

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 19369/2022/MCOM

Brasília, 04 de maio de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 05/05/2022, às 16:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9786400** e o código CRC **3C566A21**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 19369/2022/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 9786400



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício Interno 19369 (9786400)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 204

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESTINATARIO

ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

AV PRESIDENTE VARGAS SN,
CENTRO - SAO DOMINGOS - GO

73860-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

BY444151380BR



SERAD/COREC PR 01250044286/2018-93 OF 8549

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ ____:____ h

2º ____/____/____ ____:____ h

3º ____/____/____ ____:____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Gilmar Jose da Silva

Agente de Correios

Matricula: 9.133.729-8

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

27.04.2022

N DOC. DE IDENTIDADE

6185941



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Aviso de Recebimento (AR) OF: 8549/2022 (9849815) SERAD/250.044286/2018-93 / pg. 205

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

NOTA n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, com base no Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.
2. Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão -SERAD afirmou que não havia outros concorrentes, estando a Associação interessada habilitada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 1391/2019/SEI-MCTIC (SEI 3800121)**.
3. A revisão final do processo de outorga foi realizada pela **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MC (SEI 9749808)**, que concluiu favoravelmente ao deferimento do pleito, remetendo o feito para análise desta Consultoria:

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.
4. Todavia, um aspecto merece melhor análise, a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à regularidade do processo em questão, vindo à tona, assim, adequada proteção para a Administração Pública e para os administradores envolvidos contra eventuais vícios que poderiam existir.
5. O **Despacho COREC_MCOM_RADCOM 3800101** relata que *"de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00, presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663)"*.
6. Trata-se do presidente da entidade à época do pedido. A área técnica, no entanto, não teceu quaisquer considerações sobre a questão, **o que merece esclarecimentos**.
7. Assim, sugiro a devolução do caso ao órgão técnico responsável, para que se possa, após a complementação da instrução, nos termos expostos, exarar manifestação sobre o procedimento.

À consideração superior.

Brasília, 23 de maio de 2022.

TÔNIA LAVOGADE COSTA

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 893965256 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 23-05-2022 14:23. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/893965256

Nota n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5908555)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 206

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01115/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo a NOTA n. 01115/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborada pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. Conforme os termos da NOTA n. 01115/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Secretaria de Radiodifusão devem adotar as providências apresentadas nos itens 5 e 6 ou informar eventual fato impeditivo.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida recomendação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para análise conclusiva.

Brasília, 23 de maio de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Por delegação da Consultoria Jurídica da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, na forma do art. 4º da Portaria nº 3.255, de 2021, publicada no Boletim Especial nº 49, de 2021.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 893981344 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 23-05-2022 14:46. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/893981344

Nota n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5908555)

SER 01250.044286/2018-93 / pg. 207

DESPACHO

Processo nº: 01250.044286/2018-93

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento da Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/05/2022, às 16:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9909254** e o código CRC **414CC450**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9909254



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (9909254/)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 208

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: 01250.044286/2018-93

Referência: Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335)

Interessado: Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM

Assunto: Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos.

À CGOU

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento da Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335) e providências cabíveis.

Brasília, 23 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 23/05/2022, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9909467** e o código CRC **93284D67**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9909467



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (9909467)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 209

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044286/2018-93**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM.**

Assunto: **Esclarecimentos.**

Informo que em atenção a Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335), no processo de interesse de ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO, a execução Clandestina do Serviço de Radiodifusão Comunitária só é impeditivo para o prosseguimento do processo quando constatado nos cinco anos que antecedem a publicação do Edital de habilitação e durante o curso do processo de outorga. Embora no COREC_MCOM_RADCOM 3800101, não tenha sido esclarecido essa questão, constou a data de 10/06/2005 treze anos antes da publicação do edital do qual a entidade em referência é participante.

Dessa forma, deve ser dado prosseguimento ao processo, com o encaminhamento das devidas minutas, à autoridade competente.

Brasília, 24 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 24/05/2022, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9911939** e o código CRC **611BDE2C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 9911939



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (9911939)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 210

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 6983/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota nº 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335), a Consultoria Jurídica deste Ministério devolveu os autos a esta Coordenação-Geral de Outorgas, a fim de que fossem tomadas as seguintes providências:

4. Todavia, um aspecto merece melhor análise, a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à regularidade do processo em questão, vindo à tona, assim, adequada proteção para a Administração Pública e para os administradores envolvidos contra eventuais vícios que poderiam existir.

5. O Despacho COREC_MCOM_RADCOM 3800101 relata que "de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que consta que Robesvaldo de Sousa Ribeiro, CPF 693.043.431-00, presidente da entidade, executou o serviço clandestinamente, tendo sido objeto de fiscalização pela Anatel, em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, com a apreensão dos equipamentos, conforme extratos em anexo (3559663)".

6. Trata-se do presidente da entidade à época do pedido. A área técnica, no entanto, não teceu quaisquer considerações sobre a questão, o que merece esclarecimentos.

7. Assim, sugiro a devolução do caso ao órgão técnico responsável, para que se possa, após a complementação da instrução, nos termos expostos, exarar manifestação sobre o procedimento.

3. Sobre o assunto cumpre-nos informar que:

3.1 A entidade em questão apresentou a documentação em atendimento ao Edital 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2018;

3.2 A constatação da execução clandestina do serviço, segundo pesquisa realizada no sistema de fiscalização da época (RADAR), ocorreu em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, ou seja, 13 e 11 anos respectivamente antes da apresentação dos documento em atendimento ao Edital nº 112/2018;

3.3 Visto que esta consulta é feita com base no Art. 25, inciso V da portaria 4334/2015 com suas alterações: "*V - a execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço*", entende-se assim, que o analista da época, considerando que a data em que ocorreu a execução clandestina era superior aos cinco anos previstos na portaria, não viu necessidade para esclarecimentos.

3.4 Por fim, na última pesquisa realizada no sistema mais recente da ANATEL, o FISCALIZA, que agora é o sistema oficial para a realização das consultas em substituição ao RADAR, conforme consta no Despacho COREC_MCOM 9749677, não restou constatado que a entidade tenha executado o serviço sem a outorga do Poder Concedente nos últimos cinco anos que antecedem a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 6983 (01/12/2022)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 211

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Outorgas opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento do feito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 24/05/2022, às 14:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 24/05/2022, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga substituto, em 30/05/2022, às 08:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9911266** e o código CRC **E69988CB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 9911266



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 6983 (9911266)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 212

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 20655/2022/MCOM

Brasília, 10 de maio de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 6983/2022/SEI-MCOM (9911266)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 6983/2022/SEI-MCOM (9911266), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 31/05/2022, às 19:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9940952** e o código CRC **53BD5A96**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 20655/2022/MCOM - Processo nº 01250.044286/2018-93 - Nº SEI: 9940952



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>
Ofício Interno 20655 (9940952) SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 213

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE,
SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

NOTA n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

EMENTA: Pedido de outorga de radiodifusão Comunitária. Edital 112/2018. Localidade de São Domingos, no Estado de Goiás.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. A Nota Técnica 6983/2022 (SEI 9911266) dispõe:

“3. Sobre o assunto cumpre-nos informar que:

3.1 A entidade em questão apresentou a documentação em atendimento ao Edital 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2018;

3.2 A constatação da execução clandestina do serviço, segundo pesquisa realizada no sistema de fiscalização da época (RADAR), ocorreu em 10/06/2005, com a lacração do transmissor, e em 11/10/2007, ou seja, 13 e 11 anos respectivamente antes da apresentação dos documento em atendimento ao Edital nº 112/2018;

3.3 Visto que esta consulta é feita com base no Art. 25, inciso V da portaria 4334/2015 com suas alterações: "V - a execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço;" entende-se assim, que o analista da época, considerando que a data em que ocorreu a execução clandestina era superior aos cinco anos previstos na portaria, não viu necessidade para esclarecimentos.

3.4 Por fim, na última pesquisa realizada no sistema mais recente da ANATEL, o FISCALIZA, que agora é o sistema oficial para a realização das consultas em substituição ao RADAR, conforme consta no Despacho COREC_MCOM [9749677](#), não restou constatado que a entidade tenha executado o serviço sem a outorga do Poder Concedente nos últimos cinco anos que antecedem a publicação do edital e nem durante o curso do processo de outorga até o presente momento.”
[Destaques nossos].

3. A Lei que institui a Radiodifusão Comunitária, Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, aduz:

“Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751

Nota n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740)

SEP01250.044286/2018-93 / pg. 214

agosto de 1962, e demais disposições legais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001).

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.” (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001).

4. Um dos requisitos para prestação do serviço de radiodifusão está descrito no artigo 15, § 2º, inciso IX, do Decreto 52.795/1963, Regulamento de Serviços de Radiodifusão:

“Art. 15. Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa:

[...]

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017) [Destacamos].

5. A radiodifusão vale-se da Lei de Ficha Limpa como parâmetro de idoneidade para contratar com a União. Invoque-se, ainda, o artigo 1º, inciso I, alínea “e”, item 1, todos da Lei Complementar 64/90, citado como requisito de execução do serviço de radiodifusão pelo RSR supracitado:

“Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

*e) os que forem condenados, em **decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena**, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)*

I. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)” [Grifamos].

6. Dito isso, verifica-se que as normas do ordenamento jurídico colocam um requisito para prestação do serviço de radiodifusão que pode estar sendo inobservado (ausência de condenação criminal transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa aos crimes da Lei da Ficha Limpa). Portanto, retornem os autos para a Secretaria de Radiodifusão, a fim de promover diligências para verificar se houve condenação da empresa ou seus sócios ou dirigentes pelo crime de radiodifusão clandestina e qual o status atual das investigações e feitos a tal respeito (artigo 70 da Lei 4.117/62). Para tanto, oficie-se ao Ministério Público Federal do Estado de Goiás.

Brasília, 27 de junho de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO



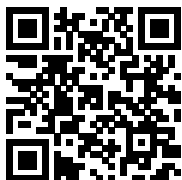
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751

ata n. 00341/2022-CONJUR-MCOM-CCG/AGU (10036740)

SEP01250.044286/2018-93 / pg. 215

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 920854751 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-06-2022 13:45. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073368-920854751)

ata n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CG/AGU (10036740)

SER01250.044286/2018-93 / pg. 216



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA
JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE,
SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01503/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

1. Aprovo a NOTA n. 00328/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborada pela Dra. Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre a autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. Conforme os termos da NOTA n. 00328/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Secretaria de Radiodifusão deve adotar a providência apresentada no item 6 ou informar eventual fato impeditivo.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida recomendação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para análise conclusiva.

Brasília, 27 de junho de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Por delegação da Consultora Jurídica da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, na forma do art. 4º da Portaria nº 3.255, de 2021, publicada no Boletim Especial nº 49, de 2021.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073369-920909603

Nota n. 00328/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10036740)

SEP01250.044286/2018-93 / pg. 217



institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 920909603 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 27-06-2022 15:20. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073369-920909603](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/visualizar/1542073369-920909603)

Data: 27/06/2022 CONJUR-MCOM/CG/AGU (10096740)

SEP01250.044286/2018-93 / pg. 218

DESPACHO

Processo nº: 01250.044286/2018-93

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento da Nota nº 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740) e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/06/2022, às 16:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10097284** e o código CRC **ABD509CE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI-MCOM nº 10097284



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Despacho (10097284)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 219

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

PARECER Nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.048668/2012

INTERESSADO: Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pedro Ometto

ASSUNTO: Exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Consulta acerca da idoneidade dos dirigentes.

I – Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.

II – Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.

III – O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.

IV – Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.

V - Devolução dos autos à SCE.

Senhor Consultor Jurídico,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 2395/2013 (fl. 394), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pedro Ometto, participante da seleção para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.



2. Durante a instrução processual, foram requeridas as certidões criminais dos dirigentes da entidade, a fim de averiguar sua idoneidade moral. Em resposta, constatou-se a existência de algumas demandas judiciais, notadamente de natureza criminal, em face de seu presidente, a saber, o Senhor Márcio Roberto de Almeida, segundo certidões de objeto e pé de fl. 292 e 381 e s.. Observa-se que há processos ainda inconclusos, pendentes de apreço de recurso, bem como outros nos quais foi absolvido ou teve extinta a punibilidade.

3. A par da situação ora descrita, solicita a SCE, por meio da já referida Nota Técnica nº 2395/2013, orientações quanto ao procedimento a ser adotado no caso.

4. É o relatório.

5. A situação em questão já foi objeto de apreço por esta CONJUR, ocasião em que foi proferido o **PARECER Nº 579/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU** (no PROCESSO Nº 53000.014517/2011, em resposta a consulta formulada por essa SCE quanto à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU); destaque-se que, em verdade, o referido Parecer tratou igualmente de outras questões, dentre as quais a ora consultada. Nesses termos, transcrevem-se os seguintes excertos *in verbis*:

(...)

5. Referida cota tem por condão aperfeiçoar, diante da legalidade, isonomia e moralidade da Administração Pública, o procedimento adotado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica no processo de escolha da entidade, interessada na obtenção de autorização para a prestação de serviço de radiodifusão comunitária. O artigo 21 inciso XII alínea "a" na Constituição Federal estabelece que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão; O legislador infraconstitucional ao legislar sobre a radiodifusão comunitária, escolheu o ato administrativo da autorização para a obtenção do serviço por particular, e o fez por este ser ato discricionário e precário, já que o serviço de radiodifusão comunitária tem um caráter totalmente especial, visto que não há pagamento de valores para a obtenção do serviço, sendo este por vezes, o único serviço de radiodifusão a ser prestado na localidade, se revelando em serviço de alta relevância pública. Com este objetivo, para a fiscalização, proteção dos princípios que devem pautar atuação da administração pública, se faz necessário, após a escolha da possível entidade com possibilidade de obtenção da autorização para a prestação do serviço, que esta junte aos autos as certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência dos dirigentes da entidade, e que a Secretaria de Comunicação Eletrônica com o apoio da Anatel, verifique se aquela entidade possui imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina junto àquela Agência.





6. A juntada pela entidade, antes da apresentação do projeto técnico, das certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência de seus dirigentes, é documento imprescindível para a verificação da idoneidade moral destes, já que administram e traçam diretrizes da entidade que possivelmente irá prestar serviço público com potencial influência sobre a população e a cidadania, tanto assim e, que os próprios executores dos serviços de radiodifusão afirmam ser formadores de opinião, ou seja, de possuírem uma forma peculiar de influência sobre a sociedade.

7. A avaliação da idoneidade moral dos dirigentes da entidade, bem como da própria entidade, encontra respaldo na legislação de radiodifusão, mormente no artigo 34 alínea "a" da Lei nº 4117/62, aplicável ao serviço de radiodifusão comunitária de acordo com o estabelecido no artigo 2º da Lei 9612/98, (...):

(...)

9. A idoneidade moral dos dirigentes será aferida por meio da juntada das certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 anos do local de residência dos dirigentes. **No caso de haver positivação de certidão criminal atestando estar algum dirigente respondendo a imputação de alguma infração penal, a entidade deverá ser comunicada, em homenagem à ampla defesa, a publicidade e ao contraditório, de que a superveniência de uma sentença penal condenatória transitada em julgado acarretará a perda de sua autorização, ato administrativo precário.** O trânsito em julgado da sentença penal condenatória deverá ser um marco em respeito ao estatuído no artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal, o princípio constitucional da presunção de inocência.

(...)

a) Em relação ao item 1, que diz respeito ao momento em que deverá ser solicitada as certidões criminais dos dirigentes da entidade junto à Justiça Estadual e Federal, esclarecemos que o momento propício à solicitação é a etapa final de instrução do processo selecionado para a obtenção da outorga, que segundo o Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, seria o momento de apresentação do projeto técnico, se restringindo o pleito apenas a entidade escolhida como possível operadora do serviço de radiodifusão comunitária. **Quanto à possibilidade do Ministério das Comunicações solicitar a entidade, em caso de positivação da certidão criminal de algum dirigente, a substituição deste por dirigente apto, por ser questão "interna corporis" da entidade, tal solicitação não caberá a este Ministério, devendo este comunicar à entidade que a positivação da certidão com posterior condenação penal transitada em julgado, acarretará a desconstituição da autorização obtida. No caso da entidade modificar o quadro diretivo espontaneamente, não existe óbice para a não aceitação deste, desde que juntada as certidões criminais do novo dirigente.** [grifos nossos]



(...)

6. Com base, pois, nas considerações supra, pode-se concluir o seguinte:

(i) a condenação criminal, com trânsito em julgado, independentemente da natureza do tipo penal, de algum dirigente da entidade vencedora da seleção pública do serviço de radiodifusão implicará na sua exclusão e consequentemente arquivamento de seu processo, caso opte a entidade por manter referido membro em seu quadro diretivo, visto que deixou de cumprir requisito legal (idoneidade moral);

(ii) também segundo apontado no Parecer acima transcrito, é possível, sim, o saneamento do vício apontado, com a substituição espontânea pela entidade do diretor condenado, caso o processo administrativo ainda esteja em curso (inclusive em sede recursal).

7. Acrescente-se, por oportuno, ainda, o seguinte: mesmo se estivesse diante de decisão condenatória transitada em julgado, com aplicação da correspondente pena, deteria o então condenado a possibilidade de permanecer no quadro diretivo da entidade, desde que presentes as benesses decorrentes da figura da reabilitação. Aprofunda-se o tema.

8. A pessoa do condenado que tenha cumprido integralmente sua pena tem o direito de, preenchidos determinados requisitos legais, requerer a correspondente declaração judicial de que estão cumpridas ou extintas as penas que lhe foram impostas. Trata-se, pois, da reabilitação, antevista pelos arts. 93 a 95 do Código Penal e arts. 743 a 750 do Código de Processo Penal. Sobre o assunto, ensina Mirabete¹:

A reabilitação é um direito do condenado que preenche os requisitos legais, decorrente da sua reintegração social após o cumprimento da pena. Diante de sua natureza e pressupostos, o pedido de reabilitação só cabe em hipótese de ter havido sentença condenatória com trânsito em julgado. É inadmissível, portanto, no caso de ter sido decretada extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, ainda que intercorrente ou retroativa.(...)

9. Assim, nos termos do art. 94 caput do CP, a reabilitação poderá ser requerida decorridos dois anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução. Ainda segundo Mirabete, "*é insito à finalidade do instituto de ser de efeitos totais, gerais, assegurando o sigilo de todos os registros e a suspensão dos efeitos de todas as condenações.*"

¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 11. ed. Atlas: São Paulo, 2003. p.p. 1808-1809.



397
gm

10. Assim, para fins da reabilitação, faz-se mister preliminarmente a condenação e cumprimento da pena em si. Nesse sentido decidiu o Tribunal de São Paulo: "A existência de pena criminal é pressuposto da reabilitação, pelo que não cabe esta se foi declarada extinta a punibilidade do réu pela prescrição da pretensão punitiva" (TACRSP – RJDTACRIM 3/159). "Declarada extinta a punibilidade, pela ocorrência da prescrição da ação penal, inexistente, pois, condenação. Destarte, não pode ser reabilitado quem não foi punido" (TJSP – RT 423/365).

11. De todo modo, a reabilitação, ainda que não seja o caso em apreço, deverá restar inequivocamente comprovada nos autos (análise no caso concreto).

12. Em razão do exposto, sugere-se o retorno dos autos a SCE a fim de que comunique a entidade acerca da situação ora apresentada, advertindo-a de que, caso opte por manter em seu quadro de dirigente membro em face de quem advenha decisão criminal condenatória com trânsito em julgado (e que não se enquadre na situação de reabilitação supra), a situação poderá implicar na exclusão da entidade da seleção (ou, caso já tenha sido brindada com a outorga, na sua extinção, visto ter deixado de preencher requisito legal obrigatório – idoneidade moral), podendo, no entanto, a entidade, por iniciativa própria, promover a substituição do diretor em tela e permanecer no procedimento seletivo.

À consideração superior.

Brasília, 19 de dezembro de 2013


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 5435/2013/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.048668/2012

INTERESSADO: Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pedro Ometto

ASSUNTO: Exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Consulta acerca da idoneidade dos dirigentes.

Aprovo o PARECER Nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 6 de janeiro de 2014.


JOSE FLAVIO BIANCHI
Consultor Jurídico





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

27323389/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO

OU

CPF n. 693.043.431-00

Certidão emitida em 06/03/2023, às 09:31:57 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 05/03/2023, às 17:05:55.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 27323389

Código de Validação: 952B 2170 6A2D 5997 D2FB 1823 3EB7 A844

Data da Atualização: 05/03/2023, às 17:05:55



3/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certidões criminais (10768334)

SEI 01236-044286/2018-93 / pg. 226

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : **104414542350**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Nome da Mãe : Maria Mirtes de Sousa Ribeiro

Data de Nascimento : 17/09/1975

CPF : 69304343100

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) somente positavam ações penais e execuções penais;

e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;

f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.

g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104414542350**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 6 de março de 2023, às 09:40:28

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 6 de março de 2023





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N^o : **104014502294**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : Robesvaldo de Sousa Ribeiro

Nome da Mãe : Maria Mirtes de Sousa Ribeiro

Data de Nascimento : 17/09/1975

CPF : 69304343100

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104014502294**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 6 de março de 2023, às 09:50:41

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 6 de março de 2023





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : **104214532236**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM

CNPJ : 28682123000179

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positivam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104214532236**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 6 de março de 2023, às 09:44:36
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 6 de março de 2023



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Ato Publicado Digitalmente em 06/03/2023 às 09:44:36
pelo código: 104214532236 no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>
Anexo Certidões criminais (10768994) - SEU 01236.044266/2016-93 / pg. 229

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

27323888/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM

OU

CNPJ n. 28.682.123/0001-79

Certidão emitida em 06/03/2023, às 09:45:43 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Goiás.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Goiás (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 05/03/2023, às 17:05:55.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 27323888

Código de Validação: 2A3F D1EF BB02 781D C07D 211C 6C16 6212

Data da Atualização: 05/03/2023, às 17:05:55



3/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-deg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Anexo Certidões criminais (10768334)

SEI 01236-044286/2018-93 / pg. 230

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 01250.044286/2018-93.

Assunto: **RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740), a Consultoria Jurídica deste Ministério devolveu os autos a esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, a fim de que fossem tomadas as seguintes providências:

5. A radiodifusão vale-se da Lei de Ficha Limpa como parâmetro de idoneidade para contratar com a União. Invoque-se, ainda, o artigo 1º, inciso I, alínea “e”, item 1, todos da Lei Complementar 64/90, citado como requisito de execução do serviço de radiodifusão pelo RSR supracitado: “Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: [...] e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010) 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)” [Grifamos].

6. Dito isso, verifica-se que as normas do ordenamento jurídico colocam um requisito para prestação do serviço de radiodifusão que pode estar sendo inobservado (ausência de condenação criminal transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa aos crimes da Lei da Ficha Limpa). Portanto, retornem os autos para a Secretaria de Radiodifusão, a fim de promover diligências para verificar se houve condenação da empresa ou seus sócios ou dirigentes pelo crime de radiodifusão clandestina e qual o status atual das investigações e feitos a tal respeito (artigo 70 da Lei 4.117/62). Para tanto, oficie-se ao Ministério Público Federal do Estado de Goiás.

3. Sobre o assunto informa-se que na análise do processo efetuada nesta Coordenação, constatou que um dos então dirigentes – **e não a entidade** – o Sr. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o Serviço, em 2005 e 2007, tendo sido verificado, na análise inicial, conforme constam das observações do checklist 3800120:

“OBSERVAÇÕES: 25/01/2018: para instrução: alterações estatuto social, Anexo 6, certidões PGFN/FGTS. Robesvaldo de Sousa Ribeiro executou clandestinamente o serviço em 2005/2007. Não existe ação penal em curso, mas existem pendências junto à Anatel (Anexo SEI nº 3559663 e Despacho SEI nº 3559671). Deve apresentar quitação dos valores ou substituição do dirigente.”

4. Notificada a entidade por meio da Nota Técnica nº 1391/2019/SEI-MCTIC (3800121), em resposta apresentada em 02/05/2019 por meio do protocolo nº 001250.011063/2019-21, a entidade apresentou nova ata de eleição, com a substituição da pessoa física que havia executado o serviço clandestinamente, conforme lhe fora facultado.



forme consta do processo, na data da distribuição do processo de outorga perante esta Pasta, não qualquer ação penal em curso, nem mesmo condenação que houvesse transitado em julgado em face Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 3470 (10766363)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 231

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

de Robesvaldo de Sousa Ribeiro, que levasse à inabilitação da entidade, conforme dispõe o art. 25 da Portaria nº 4.334/2015 e suas alterações:

Art. 25. São hipóteses de inabilitação:

- I - a inscrição na Seleção Pública por entidade que não seja associação civil ou fundação;
- II - apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22;
- III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza;
- IV - o não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no **caput** do art. 24;
- V - a execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço; ou
- VI - quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.**

§ 3º As hipóteses dos incisos III e VI, quando constatadas no curso do processo de outorga, são vícios insanáveis.

6. Vale lembrar que a aplicação aos processos de radiodifusão comunitária, das disposições do Decreto 52.795/1963, Regulamento de Serviços de Radiodifusão, é subsidiária, vez que a questão está expressamente tratada na legislação específica aplicada ao Serviço em questão, conforme consta do art. 2º da Lei nº 9.612/1998, e, mesmo assim, aquele Decreto não foi infringido: não havia condenação criminal transitada em julgado.

7. Na análise do processo de outorga, foram aplicadas as considerações constantes do Parecer nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (10768360), que assim orienta:

I – Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.

II – Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.

*III – O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. **Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.***

IV – Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.

V – devolução dos autos à SCE.”

8. Com base em tal entendimento da D. Conj. foi dada à entidade a possibilidade de alterar o quadro diretivo, o que foi prontamente atendido.

9. Assim, não havia óbice para o deferimento da Outorga por esta Coordenação-Geral, uma vez que **(i)** não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina e **(ii)** o dirigente Robesvaldo foi substituído, não possuía – e não possui até esta data – nenhum processo criminal, ou condenação criminal com a transitada em julgado, conforme certidões em anexo (10768394).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 3470 (10768360)

SEI 01250-044280/2018-93 / pg. 232

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

10. Diante do exposto, devolvendo os autos à Conjur, solicita esclarecimentos sobre a necessidade de remessa de ofício ao Ministério Público Federal de Goiás, tendo em vista a legalidade do deferimento da outorga, e o tempo transcorrido desde aquela constatação pela Anatel, que ocorreu e foi interrompida em 2005/2007.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento do feito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 07/03/2023, às 13:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de **Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 13:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 16:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768363** e o código CRC **C7AA15C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10768363



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 0470 (10768363)

SEI 01250-044286/2018-93 / pg. 233

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DESPACHO

Processo nº: 01250.044286/2018-93

Interessado: Paulo HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

Assunto: RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 3470 (10768363), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para consulta acerca da possibilidade de prosseguimento do feito.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/03/2023, às 18:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10772216** e o código CRC **F61A278F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10772216



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>
Despacho DEFOB (10772216) SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 234

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Ofício Interno nº 32927/2023/MCOM

Brasília, 20 de março de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363), a qual trata do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

Dessa forma, de ordem, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 20/03/2023, às 16:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10792693** e o código CRC **1312BDBD**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10792693



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício Interno 32927 (10792693)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 235

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA
TERRA RONCA FM**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM**, cuja conclusão é no sentido de deferimento do requerimento apresentado;

III. Viabilidade jurídica do pedido, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e para submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Restituição dos autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

Senhor Coordenador-Geral,

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 62927/2023/MCOM (10792693)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o procedimento administrativo em epígrafe, cujo teor versa sobre a seleção pública para autorização do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**.

2. Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE tornou público o **Edital de Seleção Pública nº 112, de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 04 de junho de 2018**, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em diversas localidades, inclusive em **São Domingos/GO**, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e para apresentação de documentação instrutória.

3. A **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, consoante os termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 236

4. Registre-se, ainda, que a SECOE opinou "*pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica*", conforme se verifica do item 8, da referida Nota Técnica.
5. Cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e com a exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 9749808 - parte final - SUPER).
6. Em princípio, esta Consultoria Jurídica solicitou maiores esclarecimentos a respeito da instrução processual no que tange à situação jurídica do presidente da entidade vencedora do certame, dados os indícios nos autos de que ele praticou o crime de radiodifusão clandestina (art. 70 da Lei nº 4.117/62).^[1]
7. Com efeito, neste momento, retornam os autos à Conjur para reanálise, tendo a SECOE ratificado o seu posicionamento no sentido de que não há óbice para o deferimento da outorga uma vez que 1) não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina e 2) que, ainda que não exista processo ou condenação criminal em seu desfavor, conforme certidões em anexo (10768394), o dirigente Robesvaldo foi substituído.
8. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

9. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
10. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o Serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
11. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
12. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest)

05/04/2023, 15:11 - CONJUR-MC/CM/CEG/AGU (10843367)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 237

13. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

14. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

[CONSTITUIÇÃO FEDERAL]

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

[LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998]

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº



10.597, de 2002)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

[DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998]

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

15. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

[PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015]

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest)

05/04/2023, 15:11 - CONJUNTO DE DOCUMENTOS (10843367)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 239

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

(...)

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o art. 23, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em



apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

(...)

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(...)

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.



§3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

(...)

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

16. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

17. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada a apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

II.3. ANÁLISE DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

18. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e no processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

19. A SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme se verifica do teor do **Checklist (9749695)**, e, como foi relatado, a referida Secretaria opinou pelo deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**.

20. Em relação à tempestividade do requerimento administrativo deduzido pela entidade, tem-se que o **Edital de Seleção Pública nº 112, de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 04 de junho de 2018**, estabeleceu o prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória, sendo o prazo final da inscrição o dia 03 de agosto de 2018. Logo, o pedido da entidade interessada é tempestivo, visto que foi apresentado em 01 de agosto de 2018, como aborda a referida Nota Técnica produzida pela SECOE.

21. No teor do requerimento da citada Associação, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I, da Portaria nº 4.334, de 2015 (que são as constantes no seu anexo II). Neste ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo, do art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64, de 1990 (Lei da Ficha Limpa). Além disso, os dirigentes da Associação declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Verifica-se também que a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**, atestou o seguinte sobre o requisito do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest)

certif. n.º 06/05/2023/CONJUNTO MCOM/CEG/AGU (16843567)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 242

6. De acordo com o Despacho COREC_MCOM_RADCOM ([4575017](#)), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos ([4575011](#)).

23. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 13), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334, de 2015 - (7941030). Além disso, a SECOE deve atentar para que o referido Conselho Comunitário esteja funcionado por ocasião da prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24. No que concerne à existência dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a SECOE atesta a inexistência de vínculo de qualquer natureza, como se verifica do item 7.1 do **Checklist (9749695)**.

25. A manutenção do cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, deve ser realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização para execução do serviço de radiodifusão.

26. E por fim, em consideração aos questionamentos trazidos por esta Conjur quanto à situação jurídica do Sr. Robesvaldo de Sousa Ribeiro, responsável por assinar o pedido de autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, na qualidade de presidente da entidade, pontua-se que a instrução processual demonstrou efetivamente que tal fato não se apresenta como um impeditivo ao prosseguimento do feito, eis que, para todos os efeitos, ele foi substituído da função.

27. Nesta esteira, verifico que incidem sobre os caso as mesmas conclusões trazidas pelo Parecer nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, confira-se a sua ementa:

- I - Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.
- II - Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.
- III - O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.
- IV - Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.
- V - Devolução dos autos à SCE.

28. Além disso, é válido mencionar que, conforme explicitado pela SECOE na **NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363)**, "*não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina*" e que até mesmo em face do Sr. Robesvaldo não foi identificado em seu desfavor nenhum processo ou condenação criminal com sentença transitada em julgado, conforme certidões em anexo ([10768394](#)).

29. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a emissão de autorização para a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, com a finalidade de que haja a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III – CONCLUSÃO

30. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de **São Domingos/GO**; ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos elaboradas pela SECOE, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material, inclusive no que diz respeito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 243

nome do titular do cargo de Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, o Ministro Juscelino Filho; e iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

31. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

32. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e para posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Notas

1. [^] Vide Nota n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335) e Nota n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740).



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1135384900 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 04-04-2023 10:54. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Vitor Carvalho Curvina Costa de Araújo, Procurador da Fazenda Nacional e Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão, referente à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre procedimento seletivo para obtenção de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA N° 6983/2022/SEI-MCOM e da NOTA TÉCNICA N° 3470/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da autorização para a Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice jurídico para o deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da Lei n° 9.612, de 19 de dezembro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n° 2.615, de 3 de março de 1988, e da Portaria ministerial n° 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria n° 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018).
5. Deste modo, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de São Domingos/GO.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033)

Despacho n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10843587)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 245

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1138073033 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2023 11:14. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 00701/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA
TERRA RONCA FM**

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comunitária. Autorização.

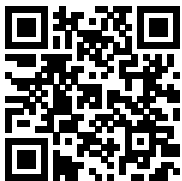
Aprovo o **PARECER n. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO
n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 5 de abril de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1139267014 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2023 14:58. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 9087, DE 10 DE ABRIL DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 05/05/2023, às 17:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850222** e o código CRC **1D7A0B91**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10850222



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Portaria 9087 (10850222)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 248

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Brasília, 10 de abril de 2023.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9087, de 10 de Abril de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 05/05/2023, às 17:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850225** e o código CRC **1B0770D2**.



Ofício Interno nº 34217/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 9087/2023/MCOM (10850222) e Exposição de Motivos (10850225)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 5492/2023/MCOM (9749808) e Parecer Jurídico nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10845987), encaminho a Portaria nº 9087/2023/MCOM (10850222) e Exposição de Motivos (10850225), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 26/04/2023, às 17:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850229** e o código CRC **90FD2C0A**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10850229



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício Interno 34217 (10850229)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 250

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 09/05/2023 16:08:25
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9583640
Data prevista de publicação: 10/05/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20582665	ATO PORTARIA MCOM NA 9092.rtf	c6c0ea98e35964c0 195811d8291b1c42	8,00	R\$ 311,36
20582666	ATO PORTARIA MCOM NA 9090.rtf	21a6444afad6ebd3 cfe22424efa54cb2	8,00	R\$ 311,36
20582667	ATO PORTARIA MCOM NA 9087.rtf	1d5f7c5b547817cd 87ce1c0432dfbc82	8,00	R\$ 311,36
20582668	ATO PORTARIA MCOM NA 8759.rtf	7b0174287467e4d8 3869d138a9c51eac	8,00	R\$ 311,36
20582669	ATO PORTARIA MCOM NA 9112.rtf	d388ed62c7363077 a1548ea862782cc2	10,00	R\$ 389,20
20582670	ATO PORTARIA MCOM NA 9100.rtf	933e2dcd64348bc2 a79983c762edea90	9,00	R\$ 350,28
20582671	ATO PORTARIA MCOM NA 9066.rtf	b823097c567a4096 e41409da7e53e173	11,00	R\$ 428,12
20582672	ATO PORTARIA MCOM NA 9063.rtf	0acba8d4d3e2cdfa fd33fb1b6bd5fdff	11,00	R\$ 428,12
TOTAL DO OFÍCIO			73,40	R\$ 2.841,16



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9583640<https://comprovante.imprensa.nacional.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Comprovante Envio Portaria nº 9067 (10895892)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 251

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/05/2023 | Edição: 88 | Seção: 1 | Página: 76

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 9.087, DE 10 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





BOM DIA
Adauto Soares de Brito Neto
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	GO	Distrito:	
Município:	São Domingos	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Especifico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	CNPJ:	28.682.123/0001-79
Nome Fantasia:	Radio Comunitaria Terra Ronca Fm	Bairro:	CENTRO
Logradouro:	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS	Número:	S/N
Telefone:	(63) 98454-6336	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
☐ Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	28682123000179	Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil					
Número do CEP:	73860000	Logradouro:	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS			
Número:	S/N	Complemento:		Bairro:	CENTRO	
Município:	São Domingos	Distrito:		SubDistrito:		
Telefone:	63 98454-6336				Fax:	

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	01250044286201893	Fistel:	50445239689
Caixa:		Sequência:	

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	9087	Portaria	MC	10/04/2023	10/05/2023	Outorga	Jur.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Ofício Interno nº 35613/2023/MCOM

Brasília, 11 de maio de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10850225)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9087/2022/SEI-MCOM (10896254), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10850225), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/05/2023, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10900074** e o código CRC **C2C17F71**.



Brasília, 16 de maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob o nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no DOU de 10/05/2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Exposição de Motivos nº 00162/2028-MCOM (10514601) - SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 256

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 13365/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044286/2018-93.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 19/05/2023, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914776** e o código CRC **43464A0A**.

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

Documento nº 10914776



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Ofício 13365 (10914776)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 257

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Brasília, 18 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob o nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no DOU de 10/05/2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA
TERRA RONCA FM**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA: I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**;

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM**, cuja conclusão é no sentido de deferimento do requerimento apresentado;

III. Viabilidade jurídica do pedido, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e para submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Restituição dos autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

Senhor Coordenador-Geral,

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 62927/2023/MCOM (10792693)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o procedimento administrativo em epígrafe, cujo teor versa sobre a seleção pública para autorização do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**.

2. Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE tornou público o **Edital de Seleção Pública nº 112, de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 04 de junho de 2018**, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em diversas localidades, inclusive em **São Domingos/GO**, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e para apresentação de documentação instrutória.

3. A **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** foi a única entidade que demonstrou interesse na prestação do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, os termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest>

<https://m01e-g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

4. Registre-se, ainda, que a SECOE opinou "*pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica*", conforme se verifica do item 8, da referida Nota Técnica.
5. Cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e com a exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº 9749808 - parte final - SUPER).
6. Em princípio, esta Consultoria Jurídica solicitou maiores esclarecimentos a respeito da instrução processual no que tange à situação jurídica do presidente da entidade vencedora do certame, dados os indícios nos autos de que ele praticou o crime de radiodifusão clandestina (art. 70 da Lei nº 4.117/62).^[1]
7. Com efeito, neste momento, retornam os autos à Conjur para reanálise, tendo a SECOE ratificado o seu posicionamento no sentido de que não há óbice para o deferimento da outorga uma vez que 1) não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina e 2) que, ainda que não exista processo ou condenação criminal em seu desfavor, conforme certidões em anexo (10768394), o dirigente Robesvaldo foi substituído.
8. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

9. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - AGU), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 01 de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
10. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o Serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
11. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
12. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas na AGU assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

13. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

14. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

[CONSTITUIÇÃO FEDERAL]

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

[LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998]

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº



10.597, de 2002)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

[DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998]

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

15. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

[PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015]

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest>

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-2318-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

(...)

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o art. 23, estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em



apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

(...)

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

(...)

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.



§3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

(...)

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

16. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

17. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada a apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

II.3. ANÁLISE DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

18. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e no processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

19. A SECOE atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme se verifica do teor do **Checklist (9749695)**, e, como foi relatado, a referida Secretaria opinou pelo deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**.

20. Em relação à tempestividade do requerimento administrativo deduzido pela entidade, tem-se que o **Edital de Seleção Pública nº 112, de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 04 de junho de 2018**, estabeleceu o prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória, sendo o prazo final da inscrição o dia 03 de agosto de 2018. Logo, o pedido da entidade interessada é tempestivo, visto que foi apresentado em 01 de agosto de 2018, como aborda a referida Nota Técnica produzida pela SECOE.

21. No teor do requerimento da citada Associação, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I, da Portaria nº 4.334, de 2015 (que são as constantes no seu anexo II). Neste ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo, do art. 38, alínea "j", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64, de 1990 (Lei da Ficha Limpa). Além disso, os dirigentes da Associação declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Verifica-se também que a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM (9749808)**, atestou o seguinte sobre o requisito do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998:



6. De acordo com o Despacho COREC_MCOM_RADCOM ([4575017](#)), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos ([4575011](#)).

23. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 13), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334, de 2015 - (7941030). Além disso, a SECOE deve atentar para que o referido Conselho Comunitário esteja funcionado por ocasião da prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24. No que concerne à existência dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a SECOE atesta a inexistência de vínculo de qualquer natureza, como se verifica do item 7.1 do **Checklist (9749695)**.

25. A manutenção do cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, deve ser realizada a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização para execução do serviço de radiodifusão.

26. E por fim, em consideração aos questionamentos trazidos por esta Conjur quanto à situação jurídica do Sr. Robesvaldo de Sousa Ribeiro, responsável por assinar o pedido de autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, na qualidade de presidente da entidade, pontua-se que a instrução processual demonstrou efetivamente que tal fato não se apresenta como um impeditivo ao prosseguimento do feito, eis que, para todos os efeitos, ele foi substituído da função.

27. Nesta esteira, verifico que incidem sobre os caso as mesmas conclusões trazidas pelo Parecer nº 1611/2013/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, confira-se a sua ementa:

I - Procedimento para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaú, no Estado de São Paulo.

II - Constatação de decisão criminal condenatória em face de um dos dirigentes da entidade.

III - O advento do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória acarreta a inidoneidade moral do dirigente. Caso opte a entidade por manter o referido integrante em seu quadro diretivo, o pedido da entidade deverá ser indeferido e seu processo arquivado.

IV - Possibilidade de saneamento, com substituição do referido diretor.

V - Devolução dos autos à SCE.

28. Além disso, é válido mencionar que, conforme explicitado pela SECOE na **NOTA TÉCNICA Nº 3470/2023/SEI-MCOM (10768363)**, "*não foi constatada em nome da entidade a execução clandestina*" e que até mesmo em face do Sr. Robesvaldo não foi identificado em seu desfavor nenhum processo ou condenação criminal com sentença transitada em julgado, conforme certidões em anexo ([10768394](#)).

29. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a emissão de autorização para a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, com a finalidade de que haja a prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **São Domingos/GO**, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III – CONCLUSÃO

30. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de **São Domingos/GO**; ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SECOE, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material, inclusive no que diz respeito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/latest>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

nome do titular do cargo de Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, o Ministro Juscelino Filho; e iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

31. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

32. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e para posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO

Procurador da Fazenda Nacional
Chefe da Divisão de Assuntos de
Radiodifusão CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def

Notas

1. [^] Vide Nota n. 00284/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9908335) e Nota n. 00341/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10096740).



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1135384900 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 04-04-2023 10:54. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Vitor Carvalho Curvina Costa de Araújo, Procurador da Fazenda Nacional e Chefe da Divisão de Assuntos de Radiodifusão, referente à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre procedimento seletivo para obtenção de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de São Domingos/GO.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA N° 6983/2022/SEI-MCOM e da NOTA TÉCNICA N° 3470/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da autorização para a Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe óbice jurídico para o deferimento da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e da Portaria ministerial nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018).
5. Deste modo, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, pelo prazo de 10 (dez) anos, na localidade de São Domingos/GO.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1138073033 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2023 11:14. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28743804/chave/33b40def/visualizar/1862108036-1138073033

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00701/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044286/2018-93

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM - RADIO COMUNITARIA
TERRA RONCA FM**

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comunitária. Autorização.

Aprovo o **PARECER n. 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO
n. 00684/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 5 de abril de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA
FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044286201893 e da chave de acesso 33b40def



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1139267014 e chave de acesso 33b40def no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2023 14:58. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/05/2023 | Edição: 88 | Seção: 1 | Página: 76

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 9.087, DE 10 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº – Centro, na localidade de São Domingos, estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5492/2022/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044286/2018-93.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Domingos/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 01/08/2018, via CADSEI, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Abdon de Andrade e Silva
Vice-Presidente: Inocêncio Moreira Soares
Diretor Administrativo: Divino Ferreira Rodrigues
Diretor de Operações: Lindomar Ferreira Rodrigues Junior
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro
Coordenadas geográficas: 13°24'03"S de latitude e 46°18'54"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro



ço: Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/2289491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(4139121)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 5 - 15 (7941030)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(3219275)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(3219278) (4687140)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(3219280) (5886637)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(3219281)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(3219273)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 5452 (34/2020)

SEI 01250.04/2008-93 / pg. 2

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	(4139119) - Despacho COREC_MCOM_RADCOM (4575017)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	9749357
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	9749357
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	9749357
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	9749357
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	9749357
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(9749677) (9749676)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho COREC_MCOM_RADCOM (4575017), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (4575011).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Domingos/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o intento da outorga, conforme Despacho (9749534).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadetrassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 28/04/2022, às 13:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 28/04/2022, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 29/04/2022, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 03/05/2022, às 14:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9749808** e o código CRC **6EB9B287**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044286/2018-93, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.682.123/0001-79, cuja sede se situa na Avenida Presidente Vargas, S/Nº - Centro, na localidade de São Domingos, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no e seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/2289491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 9749808



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

Nota Técnica 5452 (9749808)

SEI 01250.044286/2018-93 / pg. 6

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 24 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 102 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 24/11/2023, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4765876** e o código CRC **E19D8959** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4500/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 102/2023 MCOM 4765865), do Ministério das Comunicações, referente ao "Processo nº 01250.044286/2018-93, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM, inscrita no CNPJ sob o nº 28.682.123/0001-79, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Domingos/GO".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 24/11/2023, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4767211** e o código CRC **6E7354D0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044286/2018-93

SUPER nº 4767211

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 102/2023 MCOM (4765865) acompanhada de pareceres anexos.

Assunto: Autorização de execução de serviços de radiodifusão para a Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC (4765876), para os protocolos da SAJ/CC, SAG/CC e CC/PR.

OFÍCIO Nº 4500/2023/GM/CC/PR (4767211) do Gabinete do Ministro da Casa Civil à Secretária-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 28/11/2023, às 23:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4771756** e o código CRC **0CFB48A2** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 996/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.044286/2018-93.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00102/2023 MCOM, de 16 de maio de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de São Domingos/GO.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00102/2023 MCOM (4760866), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.044286/2018-93, acompanhado da [Portaria MCOM nº 9.087, de 10 de abril de 2023](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de São Domingos, estado de Goiás, sem direito à exclusividade, para a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONÇA inscrita no CNPJ sob o nº 28.682.123/0001-79, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00183/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4760858), de 04/04/2023, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização.
 - Nota Técnica nº 5492/2022/SEI-MCOM, de 03/05/2022 (4765875), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[2], ratificada pela Exposição de Motivos nº 00102/2023 MCOM (4760866), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)^[3], da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (4760864).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 28.682.123/0001-79
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA TERRA RONCA FM
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: ROBESVALDO DE SOUSA RIBEIRO
Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/10/2024 às 11:03 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[4].

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] Sucideda pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 27/02/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/02/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 27/02/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6181047** e o código CRC **000CF1F6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6181047

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.044286/2018-93

Nota SAJ - Radiodifusão nº 224 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	01250.044286/2018-93

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.044286/2018-93, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 9.087/2023** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TERRA RONCA FM**, CNPJ nº 28.682.123/0001-79, na localidade de **São Domingos/GO**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.044286/2018-93, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

DE ACORDO.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

DANIELA FERREIRA MARQUES
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA
Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 17/02/2025, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 17/02/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 17/02/2025, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6428468** e o código CRC **40181E24** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2023, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São Domingos, Estado de Goiás.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 231, de 27 de fevereiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2023, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São Domingos, Estado de Goiás.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/02/2025, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 27/02/2025, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6468831** e o código CRC **CAA12009** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 231

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2023, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São Domingos, Estado de Goiás.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>



2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6469575) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 28/02/2025, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6470040** e o código CRC **8935D555** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6470040



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 251/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9.087, de 10 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2023, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Terra Ronca FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de São Domingos, Estado de Goiás.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 28/02/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6470607** e o código CRC **08A40EC5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044286/2018-93

SEI nº 6470607

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c>

2239491a-25f8-49bc-9f91-3c74b0b4cc4c